

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

ESTELAMARIS DE BARROS DIHL

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO DISPOSITIVO
PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA:
Possibilidades e Limites

SÃO LEOPOLDO

2015

ESTELAMARIS DE BARROS DIHL

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO DISPOSITIVO
PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA:
Possibilidades e Limites

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Sociedade, Economia e Emancipação.

Professora Orientadora: Dr^a Adriane Ferrarini

SÃO LEOPOLDO

2015

D575p	<p>Dihl, Estelamaris de Barros O Programa Bolsa Família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e limites / por Estelamaris de Barros Dihl. – Porto Alegre, 2015.</p> <p>111 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2015.</p> <p>Área de concentração: Sociedade, Economia e Emancipação. Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Adriane Ferrarini, Escola de Humanidades.</p> <p>1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Programas de sustentação de renda – Brasil. 3. Política social – Canoas (RS). 4. Assistência social. 5. Inclusão produtiva. I. Ferrarini, Adriane. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 364.422 364.422(81) 304(816.51)</p>
-------	--

Catalogação na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ESTELAMARIS DE BARROS DIHL

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO DISPOSITIVO
PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sergio Schneider - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Marilene Maia – Universidade Vale do Rio dos Sinos

Prof. Drª. Laura Cecília Lopes – Universidade Vale do Rio dos Sinos

Profª Drª Adriane Ferrarini – Orientadora - Universidade Vale do Rio dos Sinos

Às mulheres do Guajuviras que participaram desta pesquisa, pelas lutas travadas no dia a dia por reconhecimento social e novas alternativas de se bem viver.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Deus,
pelo dom da vida e a luz que ilumina
os meus caminhos e fortalece a caminhada.

À minha mãe e irmãos,
com quem aprendi amar e acreditar no outro, a solidariedade.
Sei que sempre acreditaram e apoiaram minhas escolhas.

Aos meus amores, Marcelo, Gabriela e Fernanda,
pelo amor incondicional, sem igual, partilhado nesta família.
Amo vocês, mesmo nos momentos de ausência.

Às amigas,
Ivete por ser este presente em minha vida;
Cléa por acreditar no meu trabalho e incentivar novos desafios;
Maria Julia pela dedicação e força nos momentos mais difíceis;
Adrianna, por, mais uma vez, poder contar com a tua parceria.
Sem o apoio, carinho e, principalmente, a confiança de vocês,
eu não teria conquistado mais este sonho.

Aos colegas do mestrado,
pela acolhida e apoio constante.

Aos professores,
pelos ensinamentos e possibilidades de
um conhecimento emancipador.

À Adriane Ferrarini,
por compartilhar muito mais que conhecimentos, teorias e metodologias, mas
valores solidários. Tua competência e generosidade serão sempre exemplo em minha vida.

“Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem, a cada dia, formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.”

Milton Santos, 2001.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema a Inclusão Produtiva como política de proteção social desenvolvida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) de Canoas/RS, conforme preconiza na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de reconhecimento social das mulheres referenciadas no CRAS Nordeste do bairro Guajuviras, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito da inclusão produtiva, considerando as esferas do direito e da estima social. A metodologia da pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, através do método de estudo de caso, na perspectiva de Robert K. Yin (2005) e da análise de conteúdo, de acordo com Laurence Bardin (2009). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram os diários de campo, a observação participante e a entrevista semiestruturada. Como aporte teórico utilizou-se a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003), que traz questões pertinentes acerca da realidade atual, a fim de compreender contextos de desigualdade social e injustiça moral em sociedades democráticas. O ponto nodal da pesquisa foi o desafio de desvelar o sentimento de reconhecimento social das beneficiárias, através do PBF, objeto empírico desta pesquisa, identificando os efeitos materiais e subjetivos atribuídos à inclusão produtiva e como estes são construídos, considerando as esferas do direito e da estima social. As principais percepções identificadas nas beneficiárias, no que tange à esfera do direito, foram o acesso às políticas de proteção, à documentação, à educação, o acesso à renda e a cursos profissionalizantes. No que se refere à esfera da autoestima, ou seja, às questões subjetivas, cabe a preocupação da centralidade da vida no mundo privado, demonstrando a ausência de uma consciência cidadã do papel já desempenhado por elas no mundo público. A pesquisa revelou que, dentro dos limites no que tange à PNAS, ao PBF e às ações de inclusão produtiva em Canoas, é preciso pensar uma agenda unificada e articulada com as demais políticas setoriais, discutindo metodologias, técnicas e teorias para que a operacionalização do programa se torne mais eficiente e eficaz, garantindo que a proteção social avance, efetivamente, na garantia de melhores condições de vida, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho aos sujeitos beneficiários.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Inclusão Produtiva. Reconhecimento Social.

ABSTRACT

The present dissertation has as its theme the “Productive Inclusion” as a social protection policy developed by the Municipal Secretary of Social Development (SMDS) of Canoas, State of Rio Grande do Sul, as recommended in the National Social Assistance Policy (PNAS) and the Unified Social Assistance System (SUAS) . The overall objective of the research was to analyze the process of social recognition of women referenced in CRAS Northeast Guajuviras neighborhood, beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) within the productive inclusion, taking into account the spheres of law and social esteem. The research methodology used a qualitative approach descriptive, through the case study method, from the perspective of Robert K. Yin (2005) and the content analysis, according to Laurence Bardin (2009). The research instruments used were field diaries, participant observation and semi-structured interview. As theoretical framework was used the theory of Axel Honneth Recognition (2003), which brings pertinent questions about the current reality in order to understand social contexts of inequality and moral injustice in democratic societies. The nodal point of the research was the challenge of revealing the feeling of social recognition of beneficiaries, through PBF, empirical object of this research, identifying the material and subjective effects attributed to productive inclusion and how they are constructed, taking into account the spheres of law and social esteem. The main perceptions identified in the beneficiary with respect to the right sphere were access to protection policies, documentation, education, access to income and job training. With regard to the sphere of self-esteem, i.e., the subjective questions, it should be the concern of the centrality of life in the private world, demonstrating the lack of public awareness of the role already played by them in the public world. The survey revealed that, within the limits in respect to PNAS, the PBF and productive inclusion initiatives in Canoas, we need to think a unified and specific agenda with other sectorial policies, discussing methodologies, techniques and theories for the implementation of the program become more efficient and effective, ensuring that social protection proceed effectively in ensuring better living conditions, enabling access to the labor market subject to the beneficiaries.

Key words: Social Protection Policy. Productive Inclusion. Social Recognition.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Benefício Declarado – Tempo de Permanência no PBF	72
Gráfico 2 – Renda Declarada – Nº de Familiares – Renda <i>Per Capita</i>	73
Gráfico 3 – Situação no PBF – Atividade Declarada –Vínculo ao Mundo do Trabalho - Renda..	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura das Relações Sociais de Reconhecimento (síntese).....	45
Quadro 2 – Síntese das Categorias de Análise	57
Quadro 3 – Síntese do entendimento das participantes sobre o que é o PBF.....	76
Quadro 4 – Percepções sobre os Cursos de Inclusão Produtiva.....	82
Quadro 5 – Síntese das respostas sobre o termo Inclusão Produtiva.....	85
Quadro 6 – Síntese do acesso à política de proteção social básica - CRAS.....	92
Quadro 7 – Síntese das respostas sobre seus sonhos futuros – (projeto de vida).....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CF – Constituição Federal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social

DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FET – Frente de Trabalho

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FJP – Fundação João Pinheiro

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS - Instituto da Assistência Médica da Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MACA - Movimento Ação por Canoas

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NOB/SUAS - Normativa Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos

PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PCA - Programa Cidadania Alimentar do Idoso

PET - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PLANFOR - Plano Nacional de Formação Profissional
PLANSEQ - Planos Setoriais de Qualificação
PMAS – Política Municipal de Assistência Social
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNQ - Plano Nacional de Qualificação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONACI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTCR – Programa de Transferência Condicionada de Renda
RBC - Renda Básica da Cidadania
RMV - Renda Mensal Vitalícia
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SMD – Secretaria Municipal de Desenvolvimento
SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUAS PROPOSTAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA	16
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	16
2.2 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....	25
2.3 A INCLUSÃO PRODUTIVA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	31
3 A TEORIA DO RECONHECIMENTO.....	42
3.1 A TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH	42
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	50
4.1 UNIVERSO DA PESQUISA	52
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS	55
4.2.1 A Política de Proteção Social em Canoas e as Iniciativas de Inclusão Produtiva....	58
4.2.1.1 Frentes Emergencias de Trabalho.....	59
4.2.1.2 Pontos Populares de Trabalho	60
4.2.1.3 Programa Recomeçar.....	61
4.2.1.4 PRONATEC / Brasil Sem Miséria	61
4.2.1.5 Projeto Cidade da Solda Canoas.....	62
4.2.2 Perfil das Beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	70
5 PRINCIPAIS PERCEPÇÕES E ANÁLISES DOS DADOS PRODUZIDOS	75
5.1 PERCEPÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	75
5.2 PERCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO PRODUTIVA	80
5.3 PERCEPÇÕES ACERCA DA ESFERA DO DIREITO E DA ESTIMA SOCIAL	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	108
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AS BENEFICIÁRIAS DO PBF	109
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS TÉCNICAS DO CRAS - GUAJUVIRAS	111

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre as iniciativas de inclusão produtiva, no que rege a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para inserção dos usuários da política no mundo do trabalho, como instrumento de enfrentamento à situação de pobreza e extrema pobreza. A pesquisa foi desenvolvida com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o qual atende os bairros da região nordeste do município de Canoas, entre eles, o bairro Guajuviras.

Neste trabalho, a temática inclusão produtiva será abordada a partir do entendimento de que inclusão é um processo, um meio social disponível através das políticas sociais para o acesso ao mundo do trabalho, o qual possibilita aos sujeitos transformar e ou alterar a sociedade. A discussão acerca do tema é percebida, em nossa sociedade, a partir da sua instituição legal na política de assistência social, ancorada no artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o qual dispõe que um dos objetivos seja a promoção da integração ao mundo do trabalho.

A inclusão produtiva é temática relevante por estarmos inseridos em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, que geram sentimentos de abandono, injustiça, desrespeito e de não pertencer a um coletivo, da sociedade. Sentimentos estes, no primeiro momento, expressados no âmbito individual e, após, no coletivo, em decorrência de situações que levam os sujeitos ao isolamento social por sentirem-se excluídos do tecido social. E, neste contexto, buscamos aporte teórico na Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003), material essencial para esta dissertação por trazer questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual evidencia-se diferentes situações de humilhação, desrespeito e violação de direitos que os sujeitos, beneficiários do PBF, vivenciam em seu cotidiano.

Após introduzir a temática geradora desta pesquisa, assim como a teoria que nos ajudará a compreender os fenômenos sociais, avaliaremos os avanços e implicações da política de assistência social na vida dos sujeitos. O ponto nodal da pesquisa foi o desafio de desvelar o sentimento de reconhecimento social das beneficiárias, através do Programa Bolsa Família (PBF), objeto empírico desta pesquisa, identificando os efeitos materiais e subjetivos atribuídos à inclusão produtiva e como estes são construídos, considerando as esferas do direito e da estima social.

Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa, elencamos três ações estruturantes, que foram, paralelamente, desenvolvidas: conhecer as ações e os procedimentos da Política

Municipal de Assistência Social (PMAS) voltadas à inclusão produtiva; mapear e selecionar as beneficiárias do PBF no bairro Guajuviras a fim de tabular o período de permanência no programa e compreender os efeitos materiais e subjetivos atribuídos à inclusão produtiva pelas referidas beneficiárias, avaliando sua implicação no processo de reconhecimento social.

Estas ações estão cuidadosamente desenvolvidas nos capítulos desta dissertação. O segundo capítulo aborda questões conceituais e históricas acerca da questão social a partir da manifestação de fenômenos como o desemprego e a pobreza, entre outros; e a constituição das políticas de proteção para o enfrentamento da pobreza, como a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, e os programas de transferência de renda e de inclusão produtiva.

No terceiro capítulo, apresentamos a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003), a qual serve como aporte teórico desta dissertação. O quarto capítulo descreve toda a metodologia do trabalho, a qual utilizou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, através do método de estudo de caso, na perspectiva de Robert K. Yin (2005) e da análise de conteúdo, de acordo com Laurence Bardin (2009). Os instrumentos essenciais foram os diários de campo, a observação participante e a entrevista semiestruturada, que permite elaborar uma estrutura com perguntas abertas, mas com flexibilidade para discorrer sobre o tema, sem ficar engessado na pergunta previamente formulada. (MINAYO, 1999).

Neste mesmo capítulo, ainda é apresentado o universo do campo da pesquisa, com as principais características do município de Canoas e do bairro Guajuviras, as quais visam justificar a escolha do território, assim como a política de assistência social de Canoas e as principais ações e iniciativas de inclusão produtiva desenvolvidas no município. As percepções das técnicas sociais, que atuam na política de proteção social do bairro, ao pontuarem sobre as possibilidades e os limites destas ações também serão objetos de reflexão neste capítulo.

O capítulo 5 traz os sentimentos e as percepções das beneficiárias do PBF e das ações de inclusão produtiva desenvolvidas no bairro Guajuviras. Estas percepções foram construídas a partir das categorias: PBF, inclusão produtiva e reconhecimento social. Procuramos articular e refletir sobre os dados coletados através das entrevistas com o que preconiza a política de proteção social e a Teoria do Reconhecimento Social, considerando a esfera dos direitos, ou seja, as conquistas materiais e os acessos efetivos aos serviços e programas que garantem a condição de cidadania; e a esfera da estima social, no reconhecimento destas beneficiárias enquanto sujeitos ativos deste processo.

As considerações finais fazem uma síntese das questões pertinentes nesta construção. A pesquisa identificou avanços nas ações referentes ao enfrentamento da desigualdade social, em especial com a implementação da PNAS (2004) e do SUAS (2005), permitindo aos municípios terem autonomia na gestão e adaptarem-se à realidade local, com maior cobertura de beneficiários. No entanto, também identifica os limites demonstrados em suas estruturas físicas, de recursos humanos e financeiros. No que diz respeito à inclusão produtiva, evidenciou-se a necessidade de maior publicização do termo e investimento na articulação com as demais políticas setoriais.

A pesquisa revelou que, dentro das possibilidades e limites no tange à PNAS, ao PBF e às ações de inclusão produtiva desenvolvidas em Canoas, é preciso pensar uma agenda unificada e articulada com metodologias, técnicas e teorias para que a proteção social avance, efetivamente, na garantia de melhores condições de vida dos sujeitos beneficiários. Só assim os efeitos materiais e subjetivos irão ampliar o sentimento e a consciência de cidadania.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUAS PROPOSTAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Para enfrentar e superar as diferentes expressões de privações vivenciadas por milhões de brasileiros e suas famílias, hoje, em sua maioria famílias beneficiárias da política de assistência social, é preciso compreender que as atuais políticas governamentais fazem parte da conjuntura de uma sociedade capitalista, globalizada, de cunho neoliberal. Assim, vimos refletido na sociedade um conjunto de fenômenos sociais como a desigualdade social, a ausência total de renda, o desemprego, a pobreza, a violência, entre outras expressões que violam os direitos garantidos em nossa Constituição Federal (1988).

Assim, para compreender o impacto de programas sociais no reconhecimento social das mulheres participantes, como o de inclusão produtiva, é necessário conhecermos o seu contexto, ou seja, as políticas de proteção social no Brasil, com destaque para as políticas de transferência de renda e os programas de inclusão produtiva.

Desta forma, apresentamos um breve recorte da questão social no Brasil e, a partir destas expressões, como foram constituindo-se as políticas sociais para o enfrentamento da desigualdade social. Após, abordaremos as políticas de transferência de renda aprofundando o conhecimento acerca do Programa Bolsa Família, finalizando este capítulo com a política de inclusão produtiva.

2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Entre as diversas expressões da questão social focaremos a desigualdade social, a pobreza e a extrema pobreza, por serem fenômenos diretamente relacionados ao objeto de estudo deste trabalho. Uma das respostas a estas expressões são as políticas públicas, com destaque para as políticas de proteção social que pretendem disponibilizar meios para o enfrentamento das vivências de risco e vulnerabilidade social experienciadas pelos sujeitos no seu cotidiano.

Historicamente, a questão social emerge no período capitalista industrial - século XIX - na Europa. Sua gênese está na relação estabelecida entre o trabalho e o capital, ou seja, na subalternidade do trabalhador que vende sua mão de obra ao capital que detém os meios de produção, regulando, ao longo da história, os processos de produção e as relações sociais no mundo do trabalho.

As transformações do capitalismo industrial foram significativas para o avanço da sociedade moderna, porém os impactos destas mudanças provocaram tensões entre as conquistas econômicas e as lutas sociais. Lutas estas implicadas nas conquistas e avanços dos direitos sociais, políticos, nas relações trabalhistas e no direito sobre a terra.

Segundo Telles (1996, p.85),

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

Com a alteração do modelo capitalista concorrencial para o capitalismo dos monopólios, alteram-se, de forma estrutural, as relações de produção e, conseqüentemente, as sociais, que, até então, a modernidade havia conquistado e organizado. A partir do final do século XIX, o modelo monopolista exige uma reorganização do mercado no que se refere às questões jurídicas, econômicas, políticas e sociais. Entre estas, o Estado passa a estar articulado ao poder econômico, para além das questões sociais, podendo configurar um Estado mínimo. (TELLES, 1996).

A questão social tem sua origem nos conflitos estabelecidos nas relações sociais ao longo da história, considerando as múltiplas dimensões políticas, religiosas, econômicas, sociais e culturais e suas implicações no cotidiano da vida em sociedade.

Compreender os fenômenos sociais presentes na questão social permite-nos olhar a sociedade por diferentes lentes e ângulos, pois ao conceituar ou analisar a questão social é necessário ir além da relação capital e trabalho, é preciso considerar a situação em que os sujeitos sociais se encontram, como vivem, quais são as reais oportunidades de acesso aos direitos, à inclusão produtiva e à qualidade de vida. Afinal, a questão social é uma categoria que emerge do real e sua manifestação se dá na negação do acesso dos direitos e, segundo Yamamoto (2011, p.156),

[...] condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...]. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto às dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômica e sociais [...].

A privação no acesso a bens e serviços dos sujeitos sociais agrava a desigualdade social. Esta relação desigual na sociedade remete à violação de direitos manifestados em forma de desemprego, violência, fome e analfabetismo, entre outros fenômenos sociais presentes no cotidiano dos sujeitos. E estar inserido em uma sociedade marcada pela questão social e suas expressões, como a desigualdade social e a pobreza, leva os sujeitos a desempenharem novas atividades produtivas que não estavam reguladas pelo mercado de trabalho, como catadores de materiais recicláveis, limpadores de parabrisa ou cuidadores de carros. Outras atividades que crescem nas comunidades, como alternativas geradas pelos sujeitos para garantir a sobrevivência, são os vendedores de mercadorias contrabandeadas e a panfletagem nos centros urbanos.

Buscar novas alternativas para enfrentar as expressões da questão social como a pobreza e o desemprego, mobilizam processos de resistência nos sujeitos. Inseridos nestes conflitos sociais, os sujeitos coletivamente se organizam a partir das necessidades e desejos compartilhados, os quais geram novos movimentos de lutas e conquistas, seguindo, assim a transformação da sociedade. (YAZBEK, 2008).

Os reflexos das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais brasileiras provocaram alterações na concepção da questão social, conforme cada período histórico. Entre os anos 1960 e 1980, a questão que permeava nos debates era o enfrentamento à dominação política. Já entre 1980 e até o início dos anos 2000, a grande questão era a pobreza, a violação dos direitos, o desemprego e a ausência de políticas de proteção social. A luta dos movimentos sociais, as pressões da sociedade e dos sindicatos resultaram na Constituição Cidadã. Nesta construção e reconstrução da sociedade, no constante movimento em busca de garantia de direitos a fim de enfrentar a questão social, esta precisa ser compreendida em sua totalidade social, sempre partindo de como os sujeitos vivenciam estas transformações, afinal, estes são os principais protagonistas deste sistema.

A desigualdade social e a pobreza são dois fenômenos estruturais da questão social, exigindo que o Estado, através das políticas públicas e do seu papel frente à regulação do mercado, construa possibilidades e estratégias de enfrentamento a estas situações. Saber que a desigualdade e a pobreza estão presentes em nossa sociedade desde seu descobrimento levamos a refletir que estas mudanças não serão fáceis e nem rápidas.

Mesmo com o significativo investimento em gastos sociais nos últimos dez anos (2004 - 2014), o qual vem impactando na redução da extrema pobreza, o Brasil ainda figura entre os dez países mais desiguais do mundo (PNUD, 2010). Pode-se dizer que no país, historicamente, desigualdade reproduz desigualdade, o que pode ser observado quando 58%

da população pobre brasileira mantêm o *status* social de pobreza entre duas gerações, ou seja, as famílias pobres criam filhos que também serão pobres, num círculo vicioso de reprodução da pobreza, conforme relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), com base em pesquisas e dados do IBGE (2010).

Dados da mesma instituição (IBGE, 2014) demonstram que a desigualdade social no Brasil caiu consideravelmente no período entre 1992 e 2014. Os dados mostram que, em 1992, 35% da população estava em situação de pobreza e, em 2014, este número caiu para 8,6% da população. O índice de Gini¹ também registra esta queda, marcando, em 1992, 0,6091 e, em 2012, estava em 0,5190. Cabe ressaltar que o IBGE (2014), aponta os investimentos nos programas sociais como um dos indicadores destes resultados. Em 2013, o Brasil avançou em investimentos sociais, o que o levou a ocupar 79ª posição no ranking de desenvolvimento humano entre os 187 países e territórios reconhecidos pela ONU. Porém, ainda figura entre os países periféricos no que diz respeito à desigualdade social, com 39,7% de diferença entre a média da renda dos mais ricos e os mais pobres.

Falar em desigualdade social é abordar a categoria pobreza, que nos remete a considerar suas múltiplas dimensões, ou seja, compreender a situação da pobreza não só pela ausência ou insuficiência da renda, mas o conjunto de privações que a pobreza remete, sempre vinculada às desigualdades sociais. Conforme Barros, Henrique e Mendonça (2000), o Brasil não é um país pobre, porém possui muitos pobres. Os autores pontuam que não há ausência de recursos, mas sim que estes são mal distribuídos, o que reforça a situação da pobreza e a dominação do modelo capitalista.

A pobreza é resultado da herança histórica da relação desigual do modelo de produção, somada à fragilização e fragmentação das políticas públicas e da hegemonia do modelo capitalista. Mantemos, ainda, diversos fatores e situações, como nossa construção de cidadania, os modelos econômicos, as relações de poder instituídas em nossa sociedade, que estão implicadas nas relações de trabalho e no trato das questões sociais, como a implementação de políticas públicas pelo Estado para o enfrentamento da questão social. É preciso considerar o ideário coletivo acerca da pobreza presente no paradigma dominante. Segundo PNUD (1997), a pobreza é compreendida como

Negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletindo em vida curta, falta de educação, alimentação, [...] a pobreza humana é

¹ O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912.

multidimensional, centrada nas pessoas, privilegiando a qualidade de vida, e não as posses materiais.

A pobreza assume uma dimensão multidimensional, pois está relacionada a diferentes meios de produzir privações. Além da privação de renda que, conforme Sen (2000, p.112), os sujeitos “[...] não podem deixar de estar vinculados, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter as capacidades”, é fundamental entender o sentido simbólico da pobreza, em como os sujeitos sentem e vivenciam esta situação, seus sentimentos, valores, crenças, entre outros. Esta compreensão é essencial para acionar o substrato motivacional dos sujeitos e, assim, provocar o desejo do desenvolvimento de competências, habilidades e capacidades, buscando sua valorização seu reconhecimento. (PAUGAM, 1999).

Na política de enfrentamento à pobreza, os indicadores que medem esta situação estão referenciados no Banco Mundial, o qual estabelece US\$2 por pessoa/dia, definição esta adotada por diversos países. (STOTZ, 2005). Cabe a ressalva que este indicador apresenta limitações quando relacionado ao conceito de pobreza, visto que cada família possui suas particularidades quanto à questão de renda e condições de vida; outra implicação é em que critério está baseado o ideal de renda para uma vida digna. Os US\$2 diários seriam suficientes para uma família ter uma vida digna? De quais famílias estamos nos referindo? Não há como definir um padrão mensurável, pois a vida não é estática, e sim, dinâmica e em constante transformação.

Ainda em nossa sociedade, a pobreza está vinculada ao modelo de produção capitalista, onde a situação de pobreza é utilizada para reforçar e manter a desigualdade social. Mesmo com os avanços das políticas sociais, de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social no Brasil, estas passaram por diferentes momentos, assumindo um caráter assistencialista, com foco em oferecer assistência às necessidades emergenciais, sem problematizar e ou investigar os motivos, as causas destas necessidades, imprimindo a lógica de ajuda e não de direitos. (PEREIRA, 2002). E, em um segundo momento, legitimam uma proposta emancipatória e cidadã.

Em um breve recorte histórico, Pereira (2002) elucida as políticas sociais desenvolvidas no Brasil, a partir da década de 1970. Neste primeiro período, o regime que operava era o tecnocrático militar, cujas pretensões eram a supremacia do saber técnico e a reestruturação da máquina estatal. Entre as desigualdades sociais que estavam explícitas no período estava o vínculo tributário, o qual só permitia a proteção social ao sujeito que contribuísse diretamente, com trabalho formal. Quanto aos investimentos na habitação, estes eram inviáveis, pois eram regidos pela lógica da auto-sustentação financeira. Sobre o custo do

imóvel incidiam a correção monetária, os juros, os custos e o lucro dos agentes privados ou públicos. Os agentes financiadores eram o FGTS e a Caderneta de Poupança. A questão do saneamento básico também ficava sobre o custo total da população. Em 1970, apenas 1/5 da população tinha saneamento básico. (FAGNANI, 2005).

Os serviços de proteção previdenciária, médica e de assistência social, a partir de 1977, passaram a integrar a Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Este sistema tinha como fonte de recursos, as contribuições das empresas e dos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, assim como a fonte de trabalhadores autônomos e domésticos. A União também direcionava recursos ao SINPAS. Os recursos repassados pela União deveriam garantir o custeio do Instituto Previdência Social (INPS), Instituto da Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o Instituto de Administração Financeiras da Previdência Social (IAPAS), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a DATAPREV, empresa de processamento de dados da previdência social e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Com o conceito de seguro social, apenas os trabalhadores do mercado formal e seus familiares podiam acionar os serviços oferecidos, o que excluía parcela significativa da população. (FAGNANI, 2005).

Os investimentos na questão da alimentação e transporte coletivo neste período, até 1984, foram insignificantes, não acompanhando a necessidade da população brasileira. O investimento em educação, assim como as demais políticas sociais, ficou restrito ao salário educação, o qual incidia sobre a folha de pagamento dos trabalhadores. Neste período, recaí sobre os municípios os custos com a educação, totalizando 20% da receita tributária para o investimento na educação primária. O ensino médio, naquele período, também é colocado sob responsabilidade dos municípios, precarizando os investimentos.

O período de 1985 a 1990, conhecido como a transição para a democracia, foi significativo para a política de proteção social. A assistência social passa a compor o tripé da seguridade social, por meio da Constituição Federal (CF), em 1988, e a ampliação dos direitos sociais. Em contrapartida a estas conquistas, o Estado implementou contra-reformas de caráter conservador visando a constituição de um Estado mínimo, através de privatizações e flexibilizações dos serviços públicos. (PEREIRA, 2002).

Entre as ações prioritárias da política social que ocorrem neste período, fica a instituição do seguro desemprego, em 1986, sob os critérios de estar desempregado há mais de trinta dias, em sessenta dias não conseguir novo trabalho e ter contribuído para a previdência por trinta e seis meses nos últimos quatro anos. Eram pagas, a partir deste período, quatro parcelas correspondendo a, no mínimo, 70% do salário mínimo. Havia um

cálculo específico, conforme os rendimentos de cada trabalhador, quando este fosse superior ao salário mínimo. (FAGNANI, 2005).

Em 1986, iniciou-se a reforma da previdência social com o objetivo de garantir a justiça social, introduzindo-se questões como seguridade social, reforma nos planos dos benefícios, ampliação da cobertura, correção no critério do valor dos benefícios, estabelecimento de pisos, aumento da cobertura da renda mensal vitalícia e idade mínima para aposentadoria, entre outras, sendo que parte desta discussão foi incluída na Constituição Federal de 1988.

Paralelo aos avanços conquistados na proteção social com a CF (1988), o Estado reage com movimentos estratégicos e manobras para impedir e retardar a consolidação dos direitos propostos pela CF (1988). Entre estes, suprir as despesas e ajustar finanças, em especial nos investimentos direcionados à área social; alardear que o país seria ingovernável, compondo uma frente opositora através do desmonte orçamentário e burocrático; boicotando a aprovação das leis orgânicas, como a do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e fazendo com que todos os recursos que financiavam a previdência social, ou seja, que todos os recursos da SINPAS fossem recolhidos para o Ministério da Fazenda. (FAGNANI, 2005).

Entre conquistas e entraves, após a Constituição Federal de 1988, com a perspectiva da universalização e a descentralização das políticas sociais, o Estado passa a ser compreendido como responsável direto pelas políticas sociais, compreendidas como garantia de direitos sociais e pelo financiamento, mesmo que este seja proposto na perspectiva da cooperação entre as instâncias federal, estadual e municipal e a sociedade civil organizada.

Desta forma, o final do período dos anos 1990 marca as inovações nas políticas sociais. O Estado inicia a descentralização das políticas sociais, ampliando o poder dos municípios e a participação da população. Ocorre a delimitação de territórios prioritários de atendimento. O Estado aproxima-se dos movimentos sociais do terceiro setor e estimula os conselhos municipais de controle social. (DRAIBE, 1998).

Pode-se dizer que a legitimação deste processo de políticas sociais vem com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que é uma política relativamente nova no Brasil, tendo sido instituída pela resolução nº145, de outubro de 2004, onze anos após a criação da LOAS, em 1993. A aprovação da PNAS é resultado da militância e manifestação da sociedade brasileira que busca, por meio de políticas sociais, o enfrentamento à desigualdade social, por uma sociedade mais justa, com espaços para que todos os sujeitos possam ser protagonistas de suas histórias, de suas escolhas.

De acordo com a LOAS (1993), a proteção socioassistencial, objeto da PNAS (2004), pauta-se na garantia de seguranças sociais básicas, quais sejam: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia), acolhimento e convívio ou vivência familiar e comunitária.

A PNAS (2004) materializa as premissas da LOAS (1993), no que diz respeito ao direito à cidadania e às responsabilidades do Estado, com o objetivo de responder às demandas da sociedade brasileira. A partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003, o Estado brasileiro inicia a construção e a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), condição preconizada na LOAS (1993) para legitimação da Assistência Social, reconhecida como Política Pública de Proteção Social no âmbito da Segurança Social.

Segundo Couto (2004, p.38),

A implantação da PNAS e do SUAS tem liberado, em todo o território nacional, forças políticas que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área.

A PNAS (2004) propõe três tipos de segurança: a de sobrevivência, a qual visa acesso a uma forma monetária de garantir a sobrevivência do sujeito, mesmo que este apresente limitações para realizar alguma atividade produtiva; a segurança de acolhida, que busca atender as necessidades como direito à alimentação, vestuários e um abrigo digno e à segurança de convívio, a qual prima pelo direito ao convívio social e à resistência à situação de reclusão. Assim, a PNAS (2004) realiza, de forma integrada, as ações preconizadas na LOAS (1993), articuladas com as políticas setoriais.

A PNAS (2004), através do SUAS (2005) e da Tipificação (2009), a qual regulamenta todos os serviços socioassistenciais, busca de atender as pessoas, famílias, grupos e ou comunidades em situação de risco e ou vulnerabilidade social. Conforme Sposati (2001, p. 112), “o SUAS não é um programa, mas uma nova ordenação da gestão da assistência social como política pública”.

É objetivo do SUAS (2005), proporcionar às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal, a oferta e a garantia de acesso aos serviços, programas e projetos sociais ofertados pela PNAS (2004). O SUAS deve ser implementado e gestado pela política pública, porém, se necessário, permite o convênio com organizações sem fins lucrativos a fim de atingir o maior número de famílias em seus territórios.

Para sua operacionalização, o SUAS traz, como eixos estruturantes, a matricialidade sociofamiliar, a qual visa à atenção integral à família; a territorialização, que permite a oferta dos serviços o mais próximo possível dos beneficiários, além de identificar as principais demandas presentes naquele território e pensar estratégias de enfrentamento; e a descentralização, que visa efetivar a parceria entre o Estado e os demais órgãos gestores.

A Normativa Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2005 (NOB/SUAS) contempla os eixos estruturantes como orçamento, planejamento, informação, monitoramento e avaliação, além de orientar o papel do controle social, da participação social e dos financiamentos.

O SUAS (2005) organiza seus serviços socioassistenciais de acordo com a vigilância social, que tem como função a produção, a sistematização da informação e a proteção social e a defesa social, que refere-se à proteção social básica e especial, sendo estes serviços oferecidos nas unidades de referência de assistência social, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Os CRAS oferecem serviços, programas e projetos de proteção básica nos territórios, diagnosticando as situações de risco e vulnerabilidade social de cada região ou município. Por meio dos CREAS, são ofertados serviços, programas e projetos de proteção social especializados, destinados às pessoas em situação de violação de direitos.

O CRAS é a unidade física onde ocorre a operacionalização da política de proteção social básica. O CRAS desempenha um papel central no território onde se localiza, pois oferta um conjunto de serviços à população por meio do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), trabalhando na perspectiva da prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio de projetos, serviços, oficinas e benefícios eventuais aos indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social.

O perfil do público alvo atendido no CRAS são famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; de pobreza, de precariedade na habitação, saúde e educação, contemplando crianças, adolescentes, famílias, moradores de rua, idosos e pessoas com deficiência. O atendimento se realiza por intermédio das intervenções: acolhida coletiva, atendimento particularizado, visita domiciliar, encaminhamentos, procura espontânea, busca ativa e oficinas.

O trabalho é realizado pelos técnicos sociais, que formam uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos e estagiários de serviço social, os quais buscam promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, inserção da família, seus

membros e indivíduos na rede de serviços socioassistenciais, fazendo com que o trabalho coletivo se torne mais evidente e eficiente no CRAS, dando primazia ao atendimento aos usuários, de acordo com suas necessidades e demandas apresentadas.

O CREAS oferta serviços através do Programa de Atendimento Especializado à Família e aos Indivíduos (PAEFI), como: o serviço de abordagem de rua; serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e de liberdade assistida; a prestação de serviços à comunidade e serviços de proteção social especializado à pessoa idosa e com deficiência.

Mesmo sem ser objeto desta pesquisa, é importante pontuar que a Política de Proteção Especial é dividida em proteção social de média complexidade, a qual as famílias são assistidas nas unidades de referência (CREAS) e as de alta complexidade, que atendem famílias que já necessitam de proteção integral do Estado, através do serviço de acolhimento institucional.

Entre os programas e projetos organizados dentro da política de proteção social com vistas ao enfrentamento da situação de pobreza, está o Programa Fome Zero, organizado, em 2001, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual integra a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), e a implantação do SUAS (2005), quando ambos constituíram um programa constitucional sob a gestão da PNAS (2004).

Entre as ações prioritárias, estão os programas de transferência de renda, apresentados no próximo capítulo. Conforme a NOB/SUAS (2005), estes “[...] programas visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza, [...]”. (BRASIL, 2005, p.94).

2.2 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

No Brasil as políticas sociais sempre tiveram forte vinculação ao trabalho. Ser cidadão era estar inserido no mundo do trabalho. Os trabalhadores que não tivessem este vínculo em uma lógica contratual eram excluídos, ou seja, os pobres e os desempregados perdiam o *status* de cidadão e passavam a ser clientes dos serviços de assistência social. Estes serviços eram oferecidos por instituições privadas através de práticas caritativas, muitas vezes, com parceria financeira do Estado.

Diante de uma figura normativa do trabalhador que dá provas da sua capacidade para a vida em sociedade e, portanto, tem o privilégio da proteção do Estado, a figura do pobre é inteiramente desenhada em negativo sob o signo da incapacidade e

impotência, fazendo da ajuda a única forma possível para os assim definidos “carentes” se manterem em sociedade. (TELLES, 2006, p.97).

No Brasil, como já expresse acima, as políticas sociais e econômicas estão inseridas e instituídas na história do capitalismo, relacionadas com a produção e reprodução social, voltadas à acumulação do lucro, à defesa do capital, e não pensadas para a proteção do cidadão e para a defesa dos direitos sociais. (VIEIRA, 1992).

Vale destacar que, também no período de redemocratização, o país manteve o padrão das políticas sociais voltado para a categoria dos trabalhadores. Neste período, o Estado cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)², o qual serve de inspiração para outras políticas futuras de renda e emprego. Além do FAT, outros recursos que promovem a cidadania são os Programas de Transferência de Renda (PTR), no primeiro momento, direcionados à previdência rural, aos idosos e deficientes físicos. Compreender esta dimensão das políticas de proteção social, ou seja, a transferência direta de renda é fundamental para o estudo dos impactos destas políticas na promoção da cidadania e da emancipação dos beneficiários das políticas de proteção social nos dias de hoje.

No Brasil, os primeiros debates referentes à PTR datam da década de 1970, sendo que os primeiros elementos para este debate podem ser encontrados no artigo “Redistribuição de Renda”. (SILVEIRA, 1975). Nesta década foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei que previa a pensão de meio salário mínimo aos idosos acima de 70 anos. Este projeto deu origem à Lei 6.179, de 11 de dezembro de 1974, conhecida como Renda Mensal Vitalícia (RMV), estendendo-se à pessoa incapacitada para o trabalho. (FONSECA, 2001).

Ainda nesta década, mas já em 1975, novos elementos são incorporados a este debate quando, em artigo publicado na revista brasileira de economia, o tema da redistribuição de renda passa a ser discutido, destacando-se a relação entre renda mínima e o enfrentamento da pobreza no Brasil. A discussão centrava-se na redução da pobreza e na intervenção do Estado na perspectiva do crescimento econômico. (SILVA; YAZBEK; GIOVANI, 2006).

² O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. [...] As principais ações de emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno de dois programas: o Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação do emprego) e os Programas de Geração de Emprego e Renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais criados pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), nas modalidades Urbano e Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em 1991, o projeto de Lei 80/1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, objetivava um Programa de Garantia de Renda Mínima, com subsídio a partir do imposto de renda negativo. Segundo Yazbek (2008), este foi baseado na formulação do imposto negativo de Milton Friedman, o qual propõe que o sujeito que ganhasse acima de um determinado valor, pagaria imposto de renda e quem recebesse abaixo deste valor (linha de pobreza), receberia uma renda mínima. O Senador também propôs a Renda Básica da Cidadania (RBC), gerando a Lei 10.835/2004, então sancionada.

Outra conquista dentro da PTR, foi o Benefício de Prestação Continuada (BPC), presente na CF (1988), no artigo 203, o qual determina a implantação de um benefício voltado a idosos e pessoas com deficiência, sem contribuição para a previdência, regulamentado em 1993, através da LOAS, Lei 8.742, sendo, porém, efetivada somente em 1996.

A partir de 1990, o país começa a implementar programas de renda mínima vinculada à frequência escolar, com iniciativas de âmbito municipal e, depois, adotados pelo governo federal como Programa Bolsa Escola, o qual condicionou a vacinação ao benefício. (COBO, 2012).

Nesta mesma linha, outros benefícios eram oferecidos à população, porém gestados por diferentes ministérios e secretarias, o que gerava sobreposição de serviços e benefícios. O programa Bolsa Escola era gestado pelo Ministério de Educação; o Auxílio Gás, gestado pelo Ministério de Minas e Energia; o benefício Bolsa Alimentação, posteriormente sendo denominado Cartão Alimentação, pelo Ministério da Saúde. Todos estes benefícios faziam uso de um instrumento único, nacional, para a inserção das famílias, tal seja, o Cadastro Único³ (CadÚnico). (COBO, 2012).

Os benefícios eram distribuídos por diferentes cartões magnéticos. Na transição dos governos de Fernando Henrique Cardoso para o de Luis Inácio Lula da Silva, houve espaço para problematizar esta situação e pensar alternativas de superação das sobreposições de ações, que fragmentavam os programas e os resultados previstos. (SILVA; YASBEK; GIOVANI, 2006).

³O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Os dados são consolidados pelo governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, além de orientar a inclusão de famílias nos programas do governo federal, podem também ser utilizados pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais. (BRASIL, MDS, 2014).

Diante da demanda de unificar diferentes ações com o mesmo objetivo, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), através da medida provisória nº132, de 20 de outubro de 2003 e transformado na Lei 10.836/2004. Sua operacionalização passa a ocorrer através dos serviços ofertados pela PNAS (2004).

O PBF, hoje operacionalizado pelo CRAS, tem o objetivo de combate à situação de pobreza e extrema pobreza por meio de um benefício financeiro às famílias, vinculado ao acesso dos direitos sociais básicos (SILVA, 2006), pretendendo ser uma ferramenta de enfrentamento à desigualdade social via transferência direta de renda. Com o PBF, os sujeitos ampliam suas possibilidades de acesso a direitos e passam a conhecer e serem reconhecidos no tecido social, assim construindo no coletivo um projeto de resistência e de ruptura frente à implosão de direitos alimentados pelo ideário neoliberal. (COUTO, 2004).

A política social brasileira, a partir da Política de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), materializada no PBF, vem reconhecendo e assumindo, mesmo que em parte, sua responsabilidade para com o enfrentamento das situações de desigualdade e pobreza. O PBF se configura como um programa de transferência de renda com condicionalidades que integra a política de saúde, de educação, de assistência social e emprego e renda. Este programa tem possibilitado que milhões de famílias saiam da situação de extrema pobreza, sendo que o critério para a inclusão é a renda *per capita* familiar, prevendo, também, auxílio para que estas consigam manter a qualidade de vida no contexto nas quais estão inseridas. (PINZANI; REGO, 2013).

A partir do Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014, os valores para as famílias serem incluídas é de R\$ 77,00. Conforme o programa, estas famílias estão na linha da extrema pobreza. As famílias que possuem renda entre R\$ 77,01 a R\$ 154,00, estão na linha da pobreza. Os valores a serem transferidos para cada família obedecem a critérios previamente definidos, como o valor básico de R\$ 77,00, acrescido das variáveis, conforme a composição familiar e a situação de vulnerabilidade apresentada. (MDS, 2014).

Os investimentos no PBF, desde sua implementação, possibilitaram que 14 milhões de famílias fossem beneficiadas, ou seja, 50 milhões de pessoas. Em 2014, o MDS repassou ao programa 24,7 bilhões de reais. (MDS, 2014). Os dados do IBGE (Censo 2010) demonstram que 22,9% das famílias no país vivem com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e que o PBF vem contribuindo, significativamente, para a redução da extrema pobreza e para o aumento do percentual de rendimento destas famílias, totalizando 28% dos rendimentos mensais. (IPEA; MDS, 2012).

Segundo dados disponibilizados, em 2013, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), houve melhorias nas condições habitacionais, nos cuidados com a saúde, na frequência e no progresso escolar das beneficiárias do PBF, identificando, porém, diminuição na participação destas no mercado formal de trabalho. Os dados apontaram que este comportamento resulta da incompreensão das famílias sobre as regras do programa, gerando receio de trocar a transferência de renda estável por um vínculo laboral “instável”, ainda que formal, comprometendo os resultados esperados pelo programa.

Mesmo o PNUD (2013) apontando a redução das mulheres no mercado formal de trabalho, as pesquisas que resultaram no livro “Vozes do Bolsa Família”, de Pinzani e Rego (2013), evidenciam que as mulheres beneficiárias ganharam “liberdade”, liberdade de escolhas, entre tantas, a de trabalhar no mercado formal ou informal.

Os autores também mostram que as mulheres beneficiárias do PBF não conquistaram sua independência financeira, ainda, mas que saíram da situação de extrema pobreza e mendicância, passando a ser pobres. Ganharam, também, espaços de liberdade ao escolher seus alimentos e realizar trocas por produtos que acreditam qualificar a nutrição familiar. Outro indicador apontado pelos autores é o fortalecimento das relações sociais no âmbito familiar e comunitário, atribuindo valor e reconhecimento social às famílias, tanto na dimensão material, pois passam a controlar e gerir seus custos, quanto na dimensão subjetiva, identificada no aumento da autoestima, no poder escolher o que comprar e onde comprar, reconhecendo suas necessidades e seus desejos, em um processo coletivo de reconhecimento social.

O PBF, ao se articular a PNAS (2004) através do SUAS, oportuniza às famílias beneficiárias espaços de socialização e de convivência para que possam experimentar novas formas de expressar seus sentimentos, desejos, frustrações e, assim, desenvolverem potencialidades e habilidades profissionais, reconhecendo novos símbolos e reconstruindo novas normativas cívicas. Estes espaços são oportunizados através do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos, ofertado pelo PAIF e que ocorrem semanalmente no espaço do CRAS, utilizando dinâmicas e técnicas através de temáticas pertinentes aos conflitos vivenciados pelas beneficiárias. Conforme a PNAS (2004), o serviço deve prever abordagens na perspectiva da emancipação social, assim trabalhando por meio do fortalecimento dos vínculos e da convivência social, a qual pode instigar novas ações, novas formas de bem viver, novos desejos e oportunidades. A partir do grau de interação com o outro, do reconhecimento na esfera do direito e da estima social é possível construir relações equilibradas e positivas com seu próprio eu. (HONNETH, 2003).

Os resultados de pesquisas científicas e estudos sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza no país através dos PTCR indicam que vem se alterando o conceito de carentes e desvalidos para cidadãos e sujeitos da política, ampliando o interesse por novos estudos e investimentos em pesquisas a fim de compreender o impacto social deste programa na sociedade.

Pinzani e Rego (2013) descrevem em sua pesquisa que não constataram o sentimento de acomodação por parte dos beneficiários do programa, mas sim, sentimentos de desejo por uma vida melhor. O Brasil possui uma democracia jovem, que ainda não compreende as políticas públicas como direito, sendo preciso reconhecer que o PBF deu visibilidade a 50 milhões de cidadãos.

As mulheres são as protagonistas de programas e projetos governamentais como o PBF, Minha Casa Minha Vida, Mulheres Mil e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). (MDS, 2012). A partir de sua inserção nestes programas e projetos, em especial no PBF, estas desenvolvem habilidades e competências, fortalecem sua cidadania, passam a agir e a decidir sobre questões pertinentes à sua realidade, contemplando desejos, valores e atribuindo novo sentido à sua vida. (PINZANI; REGO, 2013).

O PBF, a partir de sua intencionalidade de enfrentamento à pobreza, torna-se um meio disponível para que estas possam reconhecer suas potencialidades e habilidades, a fim de transformar os desafios em possibilidades, com atitudes que fortalecem o processo de reconhecimento social por meio de práticas no cotidiano, construindo diferentes caminhos e alternativas de viver bem. Estes caminhos podem ocorrer no fortalecimento coletivo através dos grupos socioeducativos ofertados no CRAS, ou nos grupos de convivência desenvolvidos por entidades conveniadas com a política de proteção básica, como acontece em Canoas.

Pensar a proteção social, na perspectiva do reconhecimento social, significa considerar que as mudanças sociais perpassam pelas situações de desrespeito vivenciadas pelos sujeitos e resignificadas através de experiências individuais. Quando compartilhadas no coletivo, tais experiências e significados geram conflitos sociais que podem se expressar na forma de mobilização, em geral, dentro da comunidade. É de fundamental importância compreender estas mobilizações sociais nos territórios. Estas, assim como a participação dos sujeitos envolvidos, estarão efetivando seu protagonismo na política. Para Honneth (2003), mobilização é compreendida a partir das experiências compartilhadas em um grupo “de forma que podem influir como motivos diretores da ação na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento”. (HONNETH, 2003, p.257). Ainda segundo o autor, estas participações permitem aos sujeitos expressarem seus medos e conflitos, deixando-se

“generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar base de um movimento coletivo”. (HONNETH, 2003, p.256).

Os sujeitos beneficiários do PBF, no acesso ao diferentes serviços, oficinas, projetos e programas, ampliam suas necessidades e passam a identificar novos direitos, antes não percebidos. Novos desejos que são comuns, fazendo parte da natureza humana, pois, após uma situação de desrespeito superada, buscam-se novos desafios, novas realizações. (HONNETH, 2003). Podemos trazer como exemplo, o desejo por melhores condições de moradia, o retorno aos estudos, a busca por cursos profissionalizantes, a ampliação da renda, a mobilização coletiva na realização de atividades produtivas como catadores, prestadores de serviços gerais ou manutenção predial.

De acordo com Honneth (2003), é nas situações de desrespeito e violação de direitos que os sujeitos vivenciam e constituem os conflitos sociais e, a partir da mobilização coletiva, estes ensejam lutas por reconhecimento social, cidadania e estima social. A cada movimento e articulação social o sujeito fortalece suas capacidades e habilidades, atribuindo novas compreensões sobre os fenômenos sociais, o que os torna possíveis de serem enfrentados, ampliando e enriquecendo sua compreensão sobre o contexto social que o cerca, possibilitando ver o mundo em uma totalidade, possibilitando, assim, planejar e construir pequenos projetos de vida. E tudo indica que esta tem sido uma possibilidade criada pela inserção no PBF considerando, inclusive, os programas de inclusão produtiva.

2.3 A INCLUSÃO PRODUTIVA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abordar a inclusão produtiva em uma sociedade demarcada pela Terceira Revolução Industrial é um grande desafio. As inovações tecnológicas provocam mudanças significativas no mundo do trabalho, sendo preciso considerar esta diversidade de demandas oriundas da globalização, da relação desigual das forças produtivas, da má distribuição de renda, do desemprego, entre outras.

Hoje, o mundo do trabalho busca um novo trabalhador, um sujeito multiprofissional, empreendedor, autônomo, apto a tomar decisões eficientes e eficazes em um contexto de inovações constantes. Sendo assim, será que este mundo do trabalho, que exige trabalhadores com especialização, criatividade e autonomia, possibilita espaços para novas formas de inclusão de trabalhadores que estão à margem da sociedade globalizada?

Para contemplar esta problemática é importante refletir sobre este mundo do trabalho e discutir as alternativas que o Estado brasileiro, através das políticas sociais, apresenta aos

cidadãos que, por diferentes motivos, se encontram excluídos do mundo do trabalho. Cabe refletir que os sentidos e significados atribuídos à inclusão produtiva, mesmo que nos direcione ao um novo paradigma e, para o fim da centralidade das políticas sociais na categoria trabalho, numa perspectiva formal, ainda muito se misturam.

É uma revolução de nossos dias [...]. É no trabalho, na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador. (ANTUNES, 2013, p.96).

O trabalho pode ser compreendido desde a teoria marxista, a qual defende este como a capacidade de transformar a natureza para atender às necessidades humanas, como em Antunes (2015), o qual reafirma que a categoria trabalho, mesmo com as mudanças ocorridas em diferentes períodos históricos e estas refletidas na contemporaneidade, ainda compõe o ser social. Segundo o autor, o trabalho compõe o ser social como um elo entre este sujeito e a sociedade, o mundo do trabalho e a natureza, na sua luta pela sobrevivência, pela dignidade e a felicidade social.

Algumas tendências identificam as novas formas de organização produtiva: a migração dos ramos formais para as atividades desregulamentadas; o aumento da população vinculada a atividades terceirizadas, em subcontratação; o aumento significativo no mundo do trabalho das mulheres; a dificuldade de inserção dos jovens no mundo do trabalho e dos trabalhadores na faixa acima dos 40 anos e as atividades do terceiro setor. (ANTUNES, 2015).

Com as transformações regidas pelo modelo capitalista nas relações de produção, na contemporaneidade ocorrem mudanças relevantes na dinâmica do trabalho humano. Este passa a assumir uma dupla dimensão na vida dos sujeitos, pois a mesma atividade “[...] cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza”. (ANTUNES, 2015, p. 4).

Com base neste recorte sobre a transição que o mundo do trabalho vem passando, a política de proteção social traz a temática da inclusão produtiva, que não ignora a categoria trabalho, mas sim agrega e amplia seu sentido, buscando ir além da concepção mercantilista de exploração. Segundo Antunes (2013), nos referimos às necessidades de sobrevivência que nos levam à precarização e à flexibilização da mão de obra. Ao pensarmos em trabalho no

sentido de *status*, pode-se relacionar a necessidade de mais poder. Assim, o aumento da riqueza material amplia as necessidades, a busca pela satisfação exige cada vez mais dos sujeitos maiores remunerações e o trabalho novamente passa ter um só sentido, o material.

Então, quanto maiores forem as horas dedicadas ao trabalho, menor será o tempo disponível para usufruir destes bens e maior será o desejo por outras riquezas. Mas o que mais impacta é que estes valores perpassam todas as esferas da sociedade e, sem percebermos, somos influenciados por eles. E, mesmo quando não estamos inseridos no mundo do trabalho, os desejos permanecem, pois o mesmo capital que precisa dos trabalhadores, também necessita dos ditos improdutivos. (ANTUNES, 2013).

Para Antunes (2013), a metamorfose que ocorre no mundo do trabalho amplia as relações de produção que eram regulamentadas pelo Estado. Hoje as relações de trabalho ocorrem através de empresas terceirizadas que negociam a mão de obra barata, representando uma nova classe no mundo do trabalho, os sujeitos que vivem, ou melhor, sobrevivem do trabalho em condições precárias.

As novas relações no mundo do trabalho através da terceirização da mão-de-obra barata refletem na estigmatização e, porque não dizer, na desqualificação dos sujeitos. Por outro lado, a situação de pobreza é ampliada com a exclusão dos sujeitos do mundo do trabalho. O desemprego faz com que os sujeitos busquem, nas políticas de proteção social, meios de enfrentar, de resistir, de manterem-se pertencentes à sociedade.

Segundo Paugam (2003), os sujeitos, ao estarem excluídos do mundo do trabalho, ficam fragilizados e buscam, nas políticas sociais, manter sua autonomia. Após um período na situação de desemprego o sujeito passa a depender das políticas através de benefícios eventuais, inclusão em programas e projetos a fim de voltar ao mundo do trabalho. Porém, com o passar do tempo, entre as idas e vindas do mundo terceirizado, o sujeito inicia um processo de ruptura com a política de proteção na tentativa de buscar, de construir um *status* como trabalhador. Desta forma, a terceirização se fortalece e hoje se torna pauta política para ampliar sua atuação em outras esferas do mundo do trabalho.

Por isso, no estágio atual, a reestruturação produtiva de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se, também, mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presente com intensidade [...]. (ANTUNES, 2013, p.236).

Neste cenário, o processo de trabalho perde seu real sentido, deixando de ser uma relação entre o homem e a natureza. O trabalho perde seu lugar instituído na sociedade e passa

a ser uma relação de sobrevivência, de subsistência. Estas novas características das relações de trabalho imprimem, no social, movimento que permite a desregulamentação dos direitos já conquistados e, em contrapartida, políticas sociais são acionadas para subsidiar estas novas relações.

O Brasil tem o desafio histórico de promover a inclusão no mundo do trabalho de uma parcela significativa da população que vive em extrema pobreza, que está literalmente fora do mundo do trabalho, ou seja, é necessário promover a inclusão produtiva desta população.

Antes de abordarmos diretamente a concepção atual de inclusão produtiva, é importante destacar que, ainda na década de 1990, o Brasil já estava preocupado com a inserção da população pobre no mundo do trabalho.

Ao final da década de 1990, o Brasil passa a investir 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em programas de qualificação profissional. (TEIXEIRA, 2014). Neste mesmo período, outro investimento do Estado foi o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), com o objetivo de capacitar o maior número possível de trabalhadores. A limitação do plano deu-se por oferecer cursos com períodos reduzidos, baixa efetividade e a desqualificação dos professores. No PLANFOR, não ocorria articulação entre as diferentes políticas de governo, os cursos não dialogavam com os desejos dos trabalhadores desempregados e nem com a necessidade do mercado. (TEIXEIRA, 2014).

Com o desgaste do PLANFOR e fortes rumores de desvio de verbas públicas, o Estado, em 2003, propõe o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) com a missão de suprir as demandas existentes. O PNQ amplia a carga horária dos cursos, que passam a ter duração de 200 horas aula, qualifica o conteúdo específico e passa a contemplar temáticas de empreendedorismo e cidadania, traz como desafio a integração das políticas direcionadas ao emprego e renda e aproxima-se da realidade dos sujeitos ao propor os Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQ), focando os desempregados e os sujeitos beneficiários de políticas de transferência de renda.

A partir do PNQ, as mulheres e os jovens são beneficiados diretamente com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal ou informal, mas os critérios de inclusão esbarram em novos desafios, valendo destacar os milhares de cidadãos trabalhadores que apresentavam índices baixos de escolarização e analfabetismo. Entretanto, paralelo aos investimentos nas políticas e programas de emprego e renda, ampliava-se, gradativamente, a desigualdade social no Brasil e a situação de pobreza e pobreza extrema.

O termo inclusão parece simples, pois, de certa forma, está naturalizado na sociedade globalizada. Segundo Holanda (1993), inclusão que dizer estar incluído ou compreendido,

fazer parte. Para Sasaki (1997), inclusão é vista na perspectiva de uma sociedade construída para todos, ou seja, uma sociedade que se adapta para poder incluir, em um processo do coletivo para o individual e vice-versa. É a mudança da sociedade como pré-requisito para que os sujeitos possam exercer sua cidadania. Este processo é lento, porém contribui para a construção de uma nova ordem societária.

E, produtiva, segundo a definição do dicionário, significa capacidade de produzir, produz com abundância (HOLANDA, 1993). Ampliando um pouco estas definições, temos que inclusão produtiva, no contexto da PNAS (2004), se relaciona à possibilidade das pessoas, individualmente ou em grupo, se sentirem pertencentes à sociedade através do que elas produzem economicamente.

Neste trabalho, a temática inclusão produtiva está sendo abordada a partir do entendimento de que inclusão é um processo e que o acesso ao mundo do trabalho possibilita aos sujeitos transformar e ou alterar a sua realidade. Para viabilizar este acesso de forma processual, uma parcela da sociedade utiliza, como meio disponível, as políticas sociais as quais, em suas diretrizes propõem ações a fim de fortalecerem habilidades e potencialidades dos sujeitos para esta integração. (MARTINS, 2002).

A discussão acerca do tema da inclusão produtiva é percebida, em nossa sociedade, a partir da sua instituição legal na política de assistência social, ancorada no artigo 2º da LOAS (1993), o qual dispõe que um dos objetivos da assistência social é a promoção da integração ao mundo do trabalho.

A inclusão produtiva é, portanto, um serviço de proteção básica e, conforme a NOB/SUAS (2005),

[...] consiste, no seu sentido mais operativo, no esforço para a mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir ou provocar um processo de desenvolvimento por meio de projetos integrados de educação socioprofissional, cidadã e ético-político, investimentos em capital para possibilitar o acesso aos meios de produção e assistência técnica. O ponto de partida é o fortalecimento das formas de organização e iniciativas de produção no território, garantindo novos meios e capacidades coletivas de produção e gestão, com respeito e preservação das formas organizacionais, [...]. Nesse sentido, as ações de inclusão produtiva buscam a ampliação da capacidade de autogestão econômica e social das comunidades, por meio da vivência e troca de experiências sobre formas coletivas de organização da produção, a promoção de arranjos produtivos viáveis e sustentáveis, reconhecendo o papel de protagonista ativo das comunidades na promoção do seu próprio desenvolvimento. (Edital nº 001/SNAS/MDS, 2007, p.3).

Assim, a inclusão produtiva, como complemento à política de transferência direta de renda, é entendida como instrumento de enfrentamento à situação de pobreza, sendo pensada

a partir das seguranças protetivas, em especial a segurança de sobrevivência, em sua dimensão material (renda) e subjetiva (autonomia), conforme previsto na LOAS (1993).

Seu fundamento não está em ser uma ação compensatória, mas sim, de garantia de direitos, assegurando a todos que dela necessitem uma renda mínima que os possibilite sobreviver com dignidade, buscando, também, contribuir com a superação das desigualdades ocasionadas pela falta de emprego.

No mesmo edital, a SNAS (2007) indica o público alvo da política de inclusão produtiva, sendo ele: os beneficiários do PBF e do BPC; os jovens entre 16 e 24 anos; os trabalhadores em situação de desemprego com perfil para o cadastro único e os sujeitos em situação de rua. Conforme Paiva (2006, p.17), “um público-alvo originalmente circunscrito aos grupos sociais sem vínculo com o mercado de trabalho, [...] afetados pelo desemprego, ainda que em idade ativa e em gozo das suas habilidades”.

Para as cidades, a inclusão produtiva prevê ações voltadas para os 53% da população que vive em extrema pobreza, na expectativa de gerar renda e ocupação para cidadãos de 18 a 65 anos. Ou seja, seu público são homens e mulheres que estão em situação de pobreza e ou extrema pobreza, que apresentam baixos índices de escolaridade, desemprego estrutural, desenvolvimento de doenças crônicas e fragilização dos laços sociais, fenômenos que favorecem a emergência de significados que expressam a frustração social pela impotência individual e ou coletiva na luta pela sobrevivência, pelo reconhecimento e pela dignidade.

A escolha da inclusão produtiva como um dos três eixos estruturantes do Plano Brasil sem Miséria (BSM)⁴ foi muito significativo, em especial, porque representa uma posição do Estado frente à problemática histórica da desigualdade social na realidade brasileira. O BSM tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população, priorizando as famílias em situação de extrema pobreza (MDS, 2011), tendo como critério de inserção a renda *per capita* com valor de R\$ 77,00. O ponto de atendimento às famílias é CRAS. O BSM dispõe de três eixos estruturantes para garantir a totalidade das ações, sendo estes:

- a. Acesso aos serviços, através das políticas de educação, saúde, assistência social e segurança alimentar;
- b. Garantia de renda, por meio dos Programas Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada;

⁴ Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do Decreto nº 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/apresentacao>>.

- c. Inclusão produtiva, com objetivo de proporcionar o acesso da população em situação de pobreza e extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda.

A inclusão produtiva está articulada diretamente ao conjunto de ações desenvolvidas pela política de assistência social nos equipamentos CRAS e CREAS. O PAIF é o programa de maior cobertura nos territórios, acolhendo, orientando, encaminhando e acompanhando as famílias no acesso aos serviços da proteção básica, assim como mapeando as famílias para promoção de acesso à renda por meio dos cursos de capacitação profissional ofertados pela política de inclusão produtiva.

Ao assumir a inclusão produtiva, a política de assistência social passa a subsidiar recursos para contratação de equipes técnicas e iniciativas por meio de programas e projetos que garantam capacitações para a geração de trabalho e renda, bem como a elevação da qualidade de vida dos beneficiários da política. A promoção social, conforme a LOAS (1993), dispõe que, além de desenvolver cursos de qualificação para geração de trabalho e renda, é preciso desenvolver as capacidades dos sujeitos e prover meios para o exercício destas capacidades. Para contribuir com a promoção dos sujeitos beneficiários destas políticas, o programa prevê, entre outras iniciativas, ações efetivas de geração de emprego e renda, o desenvolvimento local das comunidades e a concessão de crédito aos pequenos e microempreendedores. Isto significa investimento efetivo no microempreendedor, na economia solidária e nas pequenas associações e cooperativas, através do

[...] fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos; orientação profissional e o encaminhamento de mão-de-obra para empregos; fomento, capacitação ocupacional e assistência técnica a empreendimentos populares. Há também ações do programa de erradicação do trabalho infantil; e administração das unidades e pagamento de pessoal. (BRASIL, 2014).

No que diz respeito ao público jovem, a inclusão produtiva se materializa na política de proteção social a partir de ações específicas, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), destinado a adolescentes de 14 a 17 anos e desenvolvido por meio de oficinas socioeducativas com objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, a inserção e a permanência dos jovens na escola, a inclusão dos jovens em atividades de esporte e lazer, oficinas com temáticas transversais sobre o universo adolescente e a preparação futura para o mundo do trabalho com oferta de cursos técnicos.

Considerando a totalidade do público alvo e compondo o BSM, um projeto de grande repercussão na política de proteção social é o PRONATEC, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e outros atores, através do qual se oferta vagas de qualificação profissional. São oferecidos cursos de formação inicial e continuada, com 160 horas aulas, no mínimo.

O desenvolvimento dos cursos do PRONATEC se dá em parceria com os municípios, por intermédio direto da política de assistência social, a qual tem a responsabilidade de mobilizar e realizar as pré-inscrições dos sujeitos beneficiários. Os critérios para inserção é ser maior de 16 anos e estar cadastrado no CadÚnico. Os cursos são operacionalizados por instituições de ensino reconhecidas pelo MEC e especialistas em ensino técnico, como Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O MDS informou que, em 2014, foram inscritas 4,6 milhões de brasileiros e a previsão no orçamento da união, para 2015, é de 14 bilhões de reais.

Outro programa desenvolvido pelo BSM é o Mulheres Mil, o qual tem como objetivo oferecer cursos profissionalizantes e a iniciação e continuidade dos estudos. Este programa é direcionado para mulheres, a partir de 16 anos, chefes de família, preferencialmente beneficiárias do PBF. Os cursos, assim como os do PRONATEC, devem ter duração mínima de 160 horas/aula, devendo contemplar conteúdos específicos e de cidadania, com ênfase em temáticas como auto-estima, saúde, direitos e deveres da mulher. (MDS, 2014).

Além dos programas e projetos de inclusão produtiva ofertados por meio da política de assistência social, outras iniciativas de inclusão produtiva são ofertadas por meio de parcerias com o terceiro setor e empresas privadas, como o Projeto Pescar, no Rio Grande do Sul, que tem como missão promover o desenvolvimento pessoal, profissional e de cidadania para jovens em situação de vulnerabilidade social, entre outros investimentos de empreendimentos solidários.

Porém, reconhecer a inclusão produtiva como eixo da política de assistência social exige considerar que a inclusão produtiva não é de natureza pura, pois será preciso a articulação entre as diferentes políticas setoriais, além da integração com iniciativas de desenvolvimento local para atingir os resultados esperados, considerando a realidade dos beneficiários e as potencialidades e fragilidades de cada território.

Um dos grandes desafios para a política de inclusão produtiva é atender o quadro significativo de baixa escolarização, que compromete a adesão a novos cursos de capacitação profissional, bem como vagas nas escolas de educação infantil da rede municipal para que as mães ou responsáveis possam garantir o cuidado ideal para suas crianças. Outra demanda

cabe à rede de saúde pública, a qual trabalha com um limite mínimo de consultas e atendimentos na área da saúde da mulher, na saúde bucal e mental, situações estas que estão implicadas diretamente na realidade das beneficiárias para o acesso ao mundo do trabalho formal e informal.

É importante ressaltar que, como já apresentamos acima, as políticas sociais brasileiras foram, ao longo da história, construídas a partir das demandas sociais, geralmente direcionadas ao contraditório mundo do trabalho, o qual inclui e exclui na mesma dimensão.

Desenvolver ações, programas e projetos na intenção de incluir os sujeitos produtivamente só é efetivo quando os beneficiários utilizam sua capacidade para realizar aquilo que consideram importantes. Então, tornam-se produtivos em ambas as dimensões: *material*, no que diz respeito à geração de renda e *subjetiva*, no âmbito da autoestima.

A inclusão produtiva proporciona aos sujeitos o exercício de diferentes capacidades, pois é comum, entre os beneficiários desta política, realizar vários cursos. Mesmo a política não tendo esta intencionalidade, oportuniza aos sujeitos o desenvolvimento de diferentes habilidades. Assim, ao participar de diferentes cursos, podem descobrir atividades com as quais se identifiquem, se realizem, assumindo o papel de protagonistas, de pertencentes incluídos socialmente.

A inclusão produtiva, através dos cursos de capacitação, possibilita aos sujeitos participantes compartilhar experiências, construir e reconstruir novas formas de bem viver. Nesta interpelação, estimula a tomada de decisões com responsabilidade e comprometimento para com as escolhas realizadas. Este processo fortalece o processo de reconhecimento e de estima social, possibilitando “[...] ser livre para agir como bem se entender, mas, acima de tudo, ser capaz de eleger valores e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos”. (PEREIRA, 2002, p. 71).

Entretanto, para que estas habilidades possam contribuir efetivamente para a inclusão produtiva, é necessário também o crescimento econômico e social por meio de novas formas de trabalhos e políticas sociais eficientes, bem como é necessário que a população efetivamente tenha acesso à educação e à saúde de qualidade, ampliando, assim, o acesso aos direitos civis e a participação efetiva na sociedade.

De toda forma, o processo de inclusão produtiva nos remete à expansão das capacidades dos beneficiários, permitindo que eles escolham e definam os cursos, ampliando as ações através da participação em uma relação de mão dupla, pois de um lado a política torna-se mais efetiva e eficiente e, de outro, as demandas passam a ser desveladas e atendidas.

Por outro lado, cabe destacar que não é só por meio da inserção no mundo do trabalho que os sujeitos se transformam e constroem seu processo de emancipação. É necessário desenvolver outras competências através do acesso à cultura, ao lazer, à vida.

Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. (ANTUNES, 2013, p.177).

A inclusão em diferentes mundos permitirá aos sujeitos acionar diferentes dispositivos e, assim, construir e reconstruir possibilidades de emancipação. Precisamos romper o paradigma que determina que estar fora do mundo do trabalho é estar fora da sociedade, deixando de ter direitos de ser cidadão. Segundo Antunes (2013), devemos reconceituar o trabalho, partindo do princípio de que o trabalho deve fazer parte da dimensão material e subjetiva de cada sujeito, e não ser a centralidade.

Conforme Barros, Mendonça e Tsukada (2011), a inclusão produtiva precisa ir além da oferta de cursos e capacitações. É necessário o comprometimento para com as famílias que acessam este programa, para maior aproveitamento e efetividade da proposta. Os autores acreditam que as oportunidades oferecidas por meio da inclusão produtiva não são apenas um serviço, mas sim um processo de transição, um caminho.

Para que a inclusão produtiva ocorra com sucesso, é necessário que oportunidades produtivas de boa qualidade existam e estejam disponíveis [...]. Essas oportunidades, no entanto, não precisam necessariamente ser novas. O sucesso da inclusão produtiva não é determinado exclusivamente pelo surgimento ou criação de novas oportunidades, mas pela qualidade das oportunidades disponíveis, sejam elas, novas ou já existentes. (BARROS; MENDONÇA; TSUKADA, 2011, p.5).

Os autores reforçam a importância das políticas públicas na oferta de oportunidades, preferencialmente nos territórios, para garantir o acesso e a complementaridade com os setores privados a fim de ampliar a cobertura do programa e efetivar a inclusão produtiva como travessia para o mundo do trabalho e a redução da situação de pobreza no país. (BARROS; MENDONÇA; TSUKADA, 2011).

Para Silva (2003), é necessário validar a cobertura e as possibilidades que as políticas de transferência de renda estão desempenhando no país. Ainda que os resultados obtidos difiram dos projetados pela política é preciso considerar “[...] o significado real que têm para as famílias beneficiárias, por permitir a elevação ou mesmo o único acesso a uma renda

monetária por parte de um número elevado de famílias que se encontra à margem da sociedade”. (SILVA, 2013, p.20).

Por outro lado, considerando o contexto das políticas sociais no Brasil e o atual estágio do sistema capitalista, cabe uma reflexão: como pensar a inclusão produtiva em um cenário de mudanças no mundo do trabalho e no aumento significativo das taxas de desemprego estrutural gerado pelos processos de reestruturação da produção e a legitimação do projeto político neoliberal? Será que a inclusão produtiva não vem mascarando o que realmente deveria ser a centralidade das intervenções do Estado, a desigual relação entre capital e trabalho, ou seja, a desigualdade social?

Entretanto, qualquer que seja o caminho da inclusão produtiva no mundo do trabalho, esta demanda exige um esforço conjunto dos diferentes setores da sociedade para materializar sua intencionalidade.

3 A TEORIA DO RECONHECIMENTO

O objetivo deste capítulo é apresentar argumentos teóricos capazes de compreender como ocorrem os processos de reconhecimento social a partir de lutas e conflitos sociais urbanos, vivenciados pelos sujeitos em seu cotidiano, considerando os aspectos culturais, sociais e econômicos e suas implicações no que diz respeito às dimensões material e subjetiva.

O campo empírico desta pesquisa faz parte de uma sociedade contemporânea, marcada pelas desigualdades sociais que geram sentimentos de abandono, injustiça, desrespeito e não pertencimento a um coletivo, à sociedade. Sentimentos estes, num primeiro momento, expressados no âmbito individual e, após no coletivo, através de situações que levam os sujeitos ao isolamento social por sentirem-se excluídos do tecido social, não reconhecidos socialmente.

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) é essencial para esta dissertação por trazer questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual se evidenciam diferentes situações de humilhação, desrespeito e violação de direitos que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano.

Primeiramente, apresentaremos a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, com a intenção de demonstrar o seu potencial explicativo para compreender contextos de desigualdade social e injustiça moral em sociedades democráticas, as quais deveriam segundo suas leis e constituições, garantir os direitos sociais e políticos dos sujeitos. Porém, a relevância desta teoria é vislumbrar, neste cenário social desigual, elementos no substrato motivacional dos sujeitos que ensejam resistência e lutas por reconhecimento, através das situações de privação de direitos, desrespeito e de vergonha social.

Após, abordaremos o desafio de pensar a teoria do reconhecimento na sociedade brasileira, sendo um país que apresenta uma democracia jovem, com fortes raízes assistencialistas e que vem construindo políticas de proteção social efetivas nas últimas duas décadas, entre elas o Programa Bolsa Família, como meio social disponível para o fortalecimento da cidadania e da inclusão produtiva.

3.1 A TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH

A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth tem sua origem a partir dos estudos de Mead (1934 apud HONNETH, 2003, p.24), acerca da formação da identidade e das pesquisas de Hegel (apud HONNETH, 2003, p.24) sobre o reconhecimento social. Sua tese central

discute a identidade dos sujeitos a partir de um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. A falha ou ausência do reconhecimento intersubjetivo, no que diz respeito à autoconfiança, ao autorespeito e à autoestima, segundo Honneth (2003), seria o fator gerador dos conflitos sociais. Esses, então, atuariam como vetores de movimentos e mudanças sociais e, conseqüentemente, da sociedade.

Os conflitos sociais são disparados por diferentes interesses e necessidades que, num primeiro momento, ocorrem de forma individual, porém, por estes sujeitos estarem inseridos em um contexto social, estas necessidades e interesses compartilhados transformam-se em movimentos de lutas e mudanças sociais, conquistas e ampliação de direitos civis, políticos e sociais, assim alterando o ritmo da sociedade. (HONNETH, 2003).

A alternância no ritmo da sociedade, segundo o autor, é promovida pelas novas normativas que se estabelecem a partir destas lutas, o que mobiliza e desperta novas expectativas e necessidades, assim imprimindo um fluxo em constante movimento, afinal, estes conflitos ocorrem em diferentes contextos históricos, sociais, políticos e econômicos.

As transformações sociais e as diferentes normativas cívicas também alteram os valores éticos, “[...] as obrigações éticas passam a ser vistas como resultados de processos decisórios intramundanos, a compreensão cotidiana do caráter da ordem social se altera tanto quanto a condição de validade do direito”. (HONNETH, 2003, p.3).

O advento da modernidade e o reconhecimento jurídico ampliam as conquistas no âmbito dos direitos civis e sociais, e a partir da existência pública e da legitimidade social os sujeitos constituem o seu “*status quo*”. Dentro dos padrões normativos da sociedade moderna, a luta por reconhecimento se justifica na perspectiva do ideal de igualdade social, que impõem a exigência de conteúdos e habilidades para os sujeitos sentirem-se pertencentes a esta sociedade. Estes padrões ecoam na dimensão simbólica dos sujeitos, com mensagens que fragilizam, marginalizam e excluem por padrões morais pré-estabelecidos por uma sociedade conservadora e uma elite dominante.

A teoria do reconhecimento busca enfatizar os conflitos sociais para compreender as lutas sociais no século XXI, segundo as três esferas centrais para a autorealização. A primeira ocorre na esfera da família, meio social das primeiras relações e interações de afetividade e vínculos a partir da categoria da dependência absoluta para dependência relativa de Winnicott (HONNETH, 2003), identificada pelo autor como “*esfera do amor*” por esta permitir a vinculação e a independência do sujeito e, com o passar do tempo, procuramos um “*outro*” para fundirmos novamente, assim retornando ao “[...] balanço entre a autonomia e a simbiose [...]”. (HONNETH, 2003, p.140).

A segunda, conhecida como “*esfera do direito*”, ultrapassa a instituição familiar, ampliando as relações e interações sociais para o todo da sociedade. São as normativas de convivência, as leis, as quais possibilitam olhar para si como uma pessoa jurídica, ou seja, reconhecer-se como sujeitos em igualdade de condições para aderir a normas morais, assim sentindo-se membro da comunidade, adquirindo o autorespeito. Ao sentirem-se sujeitos de direitos buscam garantir suas demandas e necessidades individuais em um espaço partilhado coletivamente e, a partir destas experiências positivas, ingressam em novas lutas por cidadania. Cabe salientar que essas necessidades precisam ser socialmente aceitas, ou seja, um desejo coletivo, pois a compreensão de direitos perpassa pelo reconhecimento do direito do outro.

A terceira esfera proposta por Honneth (2003) é a “*esfera da estima social*”, sem a qual o sujeito não teria completo o processo da autorealização no meio social. Nesta esfera o autor prima pelo reconhecimento a partir da valorização das habilidades e das competências do sujeito pelo todo social, a autoestima. Este processo de valorização social enseja lutas coletivas por um bem comum, promove e fortalece a identidade de um grupo, assim reconhecendo o outro enquanto um ser valioso.

A esfera da estima social traduz na contemporaneidade o conceito de honra como prestígio e reputação, onde Honneth (2003) refere-se ao grau de estima que os sujeitos recebem na sociedade por suas realizações e habilidades. Para o autor, além das experiências positivas do amor e do direito, é na esfera da estima social que os sujeitos experienciam um sentimento do próprio valor nos espaços da vida social de forma mais complexa e plural. Assim, ampliando a participação ativa dos sujeitos, seja na vida privada, na comunidade, no mundo do trabalho ou na sociedade.

Honneth (2003) aponta a estima como a esfera central nas lutas por reconhecimento, pois possibilita aos sujeitos espaços de visibilidade, de valoração de suas habilidades e competências, projetando-os na coletividade, com representatividade para mobilização social, questionando padrões sociais e morais pré-estabelecidos e, com sua inserção na divisão social do trabalho, ampliando efetivamente as lutas por reconhecimento social. Esta mobilização social, política e econômica contribui para o avanço dos debates acerca das políticas sociais para inclusão social.

O autor, em sua tese de luta por reconhecimento na sociedade contemporânea, amplia a compreensão da sociedade para além das contradições da relação capital x trabalho defendida pela teoria crítica, contemplando elementos para compreender as implicações das

questões de gênero, da diversidade cultural, sexual e religiosa, entre outras, a fim de refletir e discutir novas formas de lutas por reconhecimentos em uma dimensão mais subjetiva.

A teoria do reconhecimento está vinculada à situação de injustiça moral. Este movimento negativo tem duas funções, conforme Souza e Mattos (2007, p.108),

[...] (1) para cada esfera de relação de reconhecimento deve surgir um equivalente negativo, com a qual a experiência de desrespeito possa ser esclarecida, seguindo a estrutura da forma de reconhecimento; (2) a experiência de desrespeito deve ser ancorada de tal forma em aspectos afetivos do ser humano que a sua capacidade motivacional de desencadeamento de uma luta por reconhecimento venha à tona.

Quadro 1 – Estrutura das Relações Sociais de Reconhecimento (síntese)

Modos de Reconhecimento	Dedicação Emotiva	Respeito Cognitivo	Estima Social
Dimensão da Personalidade	Natureza Carencial e Afetiva	Imputabilidade Moral	Capacidades e Propriedades
Formas de Reconhecimento	Relações Primárias: Amor	Relações Jurídicas: Direitos	Comunidade de Valores: Estima Social
Formas de Desrespeito	Maus Tratos e Violação	Privação de Direitos e Exclusão	Degradação e Ofensa
Componentes Ameaçados da Personalidade	Integridade Física e Psíquica	Integridade Social	Honra – Dignidade

Fonte: Honneth (2003, p. 211).

Observa-se que, para Honneth (2003), a existência de uma sociedade justa deveria garantir a todos os sujeitos sociais o reconhecimento recíproco, nas diferentes esferas, as quais também estão entrelaçadas, podendo ou não ocorrer sentimentos de desrespeito e vergonha social ao mesmo tempo.

Quando os sujeitos sofrem alguma forma de desrespeito que fere suas expectativas, suas percepções subjetivas podem levá-los a paralisar, até mesmo em grupo, evidenciando a dependência e a necessidade do reconhecimento social, pois não vivemos de forma isolada. Muito pelo contrário, estamos inseridos em uma sociedade complexa e interligados por uma rede de relações intersubjetivas, a qual exige, também, para manter-se, o reconhecimento do outro.

Neste contexto, segundo Honneth (2003), os sujeitos estão sempre inseridos em uma dinâmica social de lutas, repouso e tensão provocados pela pretensão subjetiva, pelo constrangimento e pelo meio social. As lutas correspondem aos sonhos, aos objetivos de vida. Já o constrangimento reflete as dificuldades, as necessidades que impedem que as pretensões subjetivas se concretizem, as situações de desrespeito. O meio social são as

situações de conflitos os quais oportunizam mobilização, resistências, partilha de valores como democracia e liberdade. As novas pretensões da subjetividade desenvolvem-se a partir das situações de desrespeito e de vergonha social, que incitam construções coletivas de novos modelos normativos, novos sonhos, para restaurar a justiça e a inclusão social.

[...] através da via indireta da demonstração dos desvios negativos eu queria fundamentar uma vez mais a tese que estava no centro de minha exposição: o eu busca o nós da vida comum em grupo porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação. Ele não pode manter nem o autorespeito, nem a autoestima sem a experiência de apoio que ele faz através da prática de valores compartilhados no grupo. (HONNETH, 2003, p. 39).

O sentimento de menos-valia, identificados e ou desvelados nos grupos de convivência e na comunidade ao longo de sua trajetória de vida, são os elementos fundamentais para acionar ensejos de lutas por reconhecimento social, de resistência às diferentes expressões da questão social. Mesmo para Honneth (2003, p.224), estes sentimentos de menos-valia, compartilhados ou não, podem acionar o substrato motivacional dos sujeitos através de novas normativas de justiça e de lutas por valores comuns, por cidadania, desde que

[...] o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torne uma convicção política e moral dependendo, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política.

A teoria do reconhecimento permite-nos pensar em categorias para compreender a sociedade contemporânea, partindo do entendimento que não basta a redistribuição econômica na lógica das relações de produção, ou mesmo a distribuição de bens para enfrentar a desigualdade social, mais sim, estratégias políticas, culturais e sociais para valorar a dignidade e o respeito humano, valores que compreendem a justiça social. (HONNETH, 2003).

Pensar justiça social na sociedade contemporânea, em especial no Brasil, é estar em tensão permanente na busca por novas formas de participação social e de inclusão produtiva. Hoje, as políticas sociais ofertam ações que possibilitam espaços sociais de participação, através do acesso a diferentes serviços, projetos e programas sociais, além de trocas de experiências e cursos de capacitação para inserção futura no mundo do trabalho. A inclusão produtiva pode ser percebida como uma construção objetiva, pois gera renda e uma

construção simbólica por trazer, com ela, elementos de valoração, de reconhecimento e de bem viver.

A participação nos programas de inclusão produtiva, no acesso aos serviços e direitos, nos cursos de capacitação profissional e nos grupos socioeducativos promovem partilhas de experiências de vida que fortalecem as mulheres a fim de reconhecerem o outro como igual e, principalmente, a se reconhecerem como sujeitos de direitos em uma lógica cívica, inserindo valores como democracia e igualdade, assim emergindo o sentimento de estima social. Segundo Honneth (2003), quando o reconhecimento é recíproco entre os sujeitos, fomenta a ideia de vontade comunitária, em uma lógica jurídica e solidária,

[...] pois, para poder pôr em práticas as exigências que afluem do íntimo, é preciso, em princípio, o assentimento de todos os membros da sociedade, visto que a vontade comum controla a própria ação, até mesmo como norma interiorizada. É a existência do “Me” que força o sujeito a engajar-se no interesse de seu “EU” por novas formas de reconhecimento social”. (HONNETH, 2003, p.141).

Assim, o PBF, no âmbito da inclusão produtiva, pode tornar-se um meio social disponível para desvelar elementos que disparem ensejos por reconhecimento social nas esferas do direito e da estima social. Mesmo com as dificuldades que a contemporaneidade nos coloca, ainda, para atingir a totalidades das pretensões subjetivas, dos valores e da justiça social desejada por seus cidadãos, a teoria do reconhecimento permite, nas diferentes formas de luta coletiva, compreender este processo lento, porém constante. Mas, a mesma sociedade que possibilita reflexões e mobilizações coletivas por lutas de reconhecimento, mantém uma estrutura conservadora e elitizada e, inserida neste contexto de contradição e de correlação de forças, é que os sujeitos impulsionam o desenvolvimento social.

A teoria de reconhecimento se trata de um estudo necessário no momento em que se torna claro que os conflitos sociais são resultados destas contradições e da reprodução das relações de desrespeito que perpassam as diferentes gerações da família, da comunidade e da sociedade, assim naturalizando as diferentes formas de violência, de exclusão e limitando as expectativas de se bem viver.

Em um país desigual como o Brasil, a teoria do reconhecimento permite estabelecer relações de afeto, no sentido de reconhecimento do outro, refletindo e questionando os paradigmas dominantes, na perspectiva que não existem saberes inferiores e ou superiores, mas sim, diferentes, e que estes, compartilhados, podem ser emancipatórios. E, neste processo de construção e reconstrução de diferentes normativas de justiça social e, a partir do entendimento da inter-relação dos diferentes saberes existentes no cotidiano - senso comum -

é possível observar que, mesmo em um processo de transição de paradigmas, há muitas lacunas entre estes diferentes conhecimentos, ou seja, o saber dominante fica restrito a um grupo elitizado, não interagindo e reconhecendo o todo do tecido social. (SANTOS, 2000).

Para pensar o reconhecimento social na contemporaneidade, é preciso compreender as heranças que a modernidade deixou sob a hegemonia de um saber dominante, o qual é detentor de poderes num modelo capitalista, com discursos de liberdade e igualdade, onde a responsabilidade de sucesso e ou sobrevivência é de incumbência única dos indivíduos, o que provoca diversas situações de desrespeito e vergonha social. A realidade social nos mostra um contexto desigual, onde poucos têm acesso ao conhecimento, ao mundo do trabalho e, porque não dizer, à participação na sociedade como um todo. Fortalecem-se nas periferias as eternas lutas por sobrevivência e resistência. A teoria do reconhecimento social possibilita compartilhar os diferentes saberes e as diferentes formas de sobrevivência e, assim, pensar e propor modelos alternativos de produção onde as sobras, e não os salários, são igualmente divididas pelos trabalhadores, sem expropriação da mais-valia. (SANTOS, 2006).

Desta forma seria possível pensar diferentes alternativas de inclusão produtiva não capitalista e, ao mesmo tempo, enfrentar a questão do desemprego oferecendo reais oportunidades. E, também, pensar a reorganização das relações de produção a partir de ações e modelos de economias alternativas, experimentando princípios de democracia na perspectiva da equidade e da solidariedade. Também podem ser múltiplos os meios de resistência e de reconhecimento social, pois, a inserção em diferentes lutas sociais permite aos sujeitos coletivos conversar, socializar sobre as situações de opressão, de violação, de desrespeito e construir meios e formas de resistência para este enfrentamento.

Assim, a participação em diferentes meios sociais para fortalecer a inserção social e favorecendo a cidadania, desperta no sujeito o sentimento de estima social, ampliando seu mundo privado para o reconhecimento do mundo exterior. Nesta relação saudável entre a esfera privada e a esfera externa reforça-se o sentimento de reconhecimento recíproco, mobilizando os sujeitos para novas lutas sociais.

Para Honneth, as lutas sociais vão além da pobreza material, que acentua as situações de desrespeito, de humilhação e de negação de direitos. O autor pontua que a estigmatização enfraquece a autonomia dos sujeitos e que a participação social em programas sociais, projetos, serviços públicos na comunidade e no próprio núcleo familiar são fundamentais para os sujeitos sentirem-se pertencentes e reconhecidos pelo outro. Reconhecendo o outro, disparam mecanismos de fortalecimento no autoentendimento, na confiança, no respeito e na cidadania, conquistando, assim, sua emancipação.

O autor enfatiza, em sua obra, que a emancipação social é conquistada na participação dos sujeitos em diferentes contextos sociais. Nestes espaços estes sofrem todos os tipos de atravessamentos e implicações e é nestas interações que os sujeitos ampliam suas atitudes, constroem e desconstroem valores, podendo estes ser positivos ou não. A participação mantém os sujeitos inseridos socialmente, incluídos de alguma forma e rompendo com processos de alienação e exclusão. É dentro destes espaços de movimentos e mobilizações sociais que experiências de resistência são praticadas e o reconhecimento social acontece.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo descrevemos o método científico utilizado na construção e desenvolvimento da pesquisa, o qual possibilitou realizar um processo de investigação científica, onde o pesquisador necessita de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seu objetivo seja atingido. A pesquisa foi conduzida a partir da teoria social de Axel Honneth (2003), por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, através do método de estudo de caso, na perspectiva de Robert K. Yin (2005) e da análise de conteúdo, de acordo com Laurence Bardin (2009).

Os principais instrumentais técnicos utilizados foram: a entrevista semiestruturada, escolhida por apresentar elementos que permitem elaborar uma estrutura com perguntas abertas, que imprimem flexibilidade para discorrer sobre o tema sem ficar engessado na pergunta previamente formulada (MINAYO, 1999), e a observação participante, elencada pelo vínculo estabelecido pela pesquisadora no campo de pesquisa, no período de 2005 a 2007, ao desenvolver um trabalho social numa ONG do bairro, o que lhe permitiu participar e vivenciar o cotidiano da comunidade. (BECKER, 1999).

Os dados que foram coletados para este estudo produziram conteúdos a serem analisados. Para estas análises, o método escolhido foi o de Bardin (2009), por este se fazer na prática e permitir focar as análises em duas fontes de dados: nas mensagens, obtidas através das entrevistas semiestruturadas e na observação participante, no viés de conhecer o que está por trás dos comportamentos e, a partir das mensagens, identificar os fenômenos e construir indicadores que possam contribuir e ou alterar a realidade.

A análise dos conteúdos, com ênfase nos aspectos subjetivos dos sujeitos participantes, possibilitou-nos uma compreensão aprofundada e com maior singularidade da realidade, pois esta é constituída pelos efeitos materiais e subjetivos que as beneficiárias agregam aos acontecimentos nas interações sociais.

Segundo Yin (2005, p. 32-33),

[...] uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência [...] e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados.

Enfim, a análise de conteúdos é definida como,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas), destas mensagens. (BARDIN, 1999, p.42).

Uma das etapas que exigiu maior atenção da pesquisadora foi a de sistematização dos núcleos de sentido, ou seja, as unidades de análise, identificando as frequências que estas se apresentaram no campo de pesquisa. (BARDIN, 2009).

Quando fez a opção por este método, a pesquisadora iniciou a pré-análise no período anterior ao da coleta dos dados, pois esta fase diz respeito ao processo de organização e de sistematização do projeto de pesquisa, exigindo muitas leituras, as quais persistiram até o momento da conclusão desta dissertação. A pré-análise sugere leituras aprofundadas sobre os conteúdos que foram coletados, a fim de organizar e ordenar estes, primando pela regra da homogeneidade entre os participantes e a pertinência, a fim de adequar métodos, técnicas e análises ao objetivo da pesquisa.

A segunda fase refere-se à exploração do material constituído no período mais longo da pesquisa, momento em que a pesquisadora codifica, categoriza e quantifica o conteúdo pesquisado. Para codificação foi escolhida a unidade de registro, ou seja, uma palavra chave, a qual se apresenta significativamente no conteúdo das entrevistas. Sendo esta palavra identificada, a unidade de contexto permitirá fazer a compreensão da palavra chave no contexto.

A categorização trata-se do agrupamento, a condensação das palavras-chave. Estas são agrupadas por temas, verbos, sinônimos, que tenham o mesmo sentido. As categorias devem ter um único princípio de classificação, ou seja, cada palavra-chave deve fazer parte de apenas de uma categoria, não devendo se repetir. A palavra-chave deve ser pertinente ao quadro teórico e também deve ser organizada de forma objetiva, com fidelidade e profundidade, para dar uma representação simplificada aos dados coletados.

Além da apresentação do conjunto de procedimentos metodológicos no decorrer da pesquisa, este capítulo também evidenciará o universo da pesquisa, as estratégias para a coleta dos dados, assim como a amostra dos dados coletados e as principais análises, a fim de indicar elementos empíricos que atestem as reflexões e afirmações realizadas nos capítulos teóricos apresentados anteriormente.

4.1 UNIVERSO DA PESQUISA

A escolha deste território, como universo da pesquisa, ocorreu por três motivações específicas: a primeira, por ser um bairro que se diferenciava, em Canoas, por ações inovadoras no que diz respeito a novas alternativas e iniciativas de economia e renda solidária, com experiências que fomentavam a inclusão produtiva, com moedas e feiras específicas de troca, com pequenas associações de mulheres na produção de bolachas artesanais e um galpão de reciclagem (SMAS, 2014); a segunda, por causa da mobilização e da participação política desta comunidade ao ensejar lutas por reconhecimento social, nas iniciativas de inclusão produtiva e na luta por moradia digna e a terceira, pela relação entre os dez anos da implementação da PNAS e as primeiras inscrições do PBF neste território, em 2005, período em que a pesquisadora desenvolvia a função de Assistente Social em um CRAS terceirizado. Este conjunto de elementos, articulados, justifica a escolha deste território, além de outras tantas descobertas nesta trajetória de pesquisa, as quais despertariam o interesse de novas pesquisas.

O bairro Guajuviras fica localizado no município de Canoas. Atualmente, possui 323.827 mil pessoas (CENSO, 2010). Sua área é de 130,73 km² e seu índice de desenvolvimento humano é alto - 0,750. Quanto à cobertura do CadÚnico, possui uma estimativa de 20.104 famílias com perfil de baixa renda, onde 6.815 tem renda até R\$ 77,00 (extrema pobreza), 13.879 com renda *per capita* até R\$140,00, (situação de pobreza) e 18.936 famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo. (CENSO/IBGE, 2010).

Através do plano de ação da PMAS (2012), preenchido no SUAS-WEB, o município pactuou com o MDS o atendimento de 25.000 famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, bem como a implementação de cinco CRAS, sendo quatro equipamentos nos referidos quadrantes e um itinerante, referenciando 5.000 famílias cada, evidenciando uma cobertura de 100% do público-alvo da política social.

No município somam-se 10.582 famílias beneficiárias do PBF, com média de rendimento de R\$136,41 mensais, efetivando uma cobertura de 93,2%. Outro dado que merece destaque é que a população em extrema pobreza está na faixa etária de 18 a 39 anos (MDS, 2013), dado relevante por compor a faixa etária produtiva. Concentra 51,85% da sua população no gênero feminino. A renda *per capita* é de R\$ 952,13 mensais e o percentual de mulheres chefes de famílias é de 15,77% (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

A principal característica do bairro Guajuviras é que, anteriormente, era conhecido como o maior bairro de Canoas, com 80.000 habitantes e o segundo maior, em termos de

população, do Rio Grande do Sul. Fica localizado na parte nordeste da cidade e foi ocupado em abril de 1987, por milhares de famílias que decidiram organizar-se e agir pelos seus direitos, ocupando os prédios e casas do conjunto. As unidades habitacionais estavam, há 20 anos, abandonadas devido a uma disputa judicial entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Canoas.

O bairro foi dividido por setores, porém esta organização foi ignorada pela população, que organizou-se por comunidades, conhecidas como São José, Santa Rita, Coração de Maria, Coração de Jesus, São Miguel, Contel e Nossa Senhora Aparecida. A população é caracterizada por sua capacidade de organização social. Em cada comunidade os moradores instituíram uma associação de moradores para representação nas lutas sociais, sendo, naquele momento, a regularização das unidades habitacionais. O bairro desenvolve seu comércio próprio, fomentando a economia local.

As políticas públicas ampliam suas ações no território ofertando três escolas de educação infantil, cinco escolas de ensino fundamental, com oferta do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) em duas delas e duas escolas do Estado, com ensino médio. O bairro possui 11 núcleos de policiamento, dois postos de saúde, sendo uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Outra referência importante do bairro é este ser o pioneiro na implementação do CRAS no município.

Após sua ocupação, o bairro passou por várias mudanças, entre elas, os conflitos sociais, com a elevação dos índices de violência, o que levou a receber recursos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), em 2008, que diagnosticou o bairro como território de paz. Os recursos do PRONASCI chegaram em 2009 e, com eles, vários projetos foram desenvolvidos, com queda significativa nos índices de violência e homicídios.

O decreto nº120 de 2009, da atual gestão municipal⁵ redefine os bairros. O município passa a ser organizado por quadrantes, com quatro subprefeituras distritais. O bairro Guajuviras, nesta reorganização territorial, passa a ter 39.526 mil habitantes, compondo o quadrante nordeste, junto com os bairros Brigadeira, São José, Igará, Marechal Rondon, Estância Velha e Olaria. A totalidade da população deste quadrante é de 108.997, o mais populoso do município. (IBGE, 2010). Na atualidade, continua como o bairro mais populoso, tendo o maior número de famílias beneficiárias do PBF, com 2.676 famílias.

⁵ Fonte: Site oficial do município: <www.canoas.rs.gov.br> Acesso em: 02 abr. 2014.

Até 2009, não havia proposta e ou programas oferecidos pela política pública de inclusão produtiva no município. As ações eram isoladas e executadas através de convênios com universidades e entidades sociais. A partir de 2010, nascem as Frentes de Trabalho (FET). O programa é executado por uma entidade do terceiro setor contratada e com parceria dos CRAS. Já em 2012, o governo municipal implementa, em parceria com o governo federal, o PRONATEC. O público prioritário para os cursos são os beneficiários do PBF, devendo todos os participantes estar inscritos no CadÚnico. A idade mínima para os participantes é de 16 anos e a escolaridade deverá ser compatível com as exigências de cada curso. Os cursos, no ano de 2014, foram oferecidos pelo SENAI e SENAC, com certificados ao final da formação. Todos os participantes receberiam vale transporte e lanche.

No momento, há um significativo enxugamento dos recursos municipais, estaduais e federais para o bairro, na perspectiva da inclusão produtiva. Os projetos como o PRONATEC e as FETs, que ofereciam os cursos de capacitação profissionais, assim como as ações desenvolvidas com o PRONASCI, foram suspensos. Conforme informações das técnicas sociais dos CRAS estão aguardando o reordenamento orçamentário da União, do Estado e do município para ver que ações serão retomadas e desenvolvidas em 2015.

A intenção da pesquisa, primeiramente, foi identificar as beneficiárias que fariam parte da pesquisa, após o mapeamento das ações e iniciativas de inclusão produtiva da SMDS no bairro Guajuviras. Em seguida, buscamos compreender quais seriam os efeitos materiais e subjetivos atribuídos à inclusão produtiva, como são construídos e quais seriam suas implicações no processo de reconhecimento social das mulheres beneficiárias do PBF. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de reconhecimento social das mulheres referenciadas no CRAS Nordeste, do bairro Guajuviras, beneficiárias do PBF, no âmbito da inclusão produtiva, considerando as esferas do direito e da estima social.

Para alcançar o objetivo proposto, elegemos quatro objetivos específicos:

- a. Conhecer as ações e os procedimentos da PMAS voltadas à inclusão produtiva;
- b. Mapear as beneficiárias do PBF no Bairro Guajuviras a fim de tabular o período de permanência no programa;
- c. Compreender os efeitos materiais e subjetivos atribuídos à inclusão produtiva pelas beneficiárias do PBF e avaliar sua implicação no processo de reconhecimento social;
- d. Contribuir para o aperfeiçoamento e a eficácia das ações de inclusão produtiva na política de assistência social do município.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS

Para atender aos objetivos elencados por esta pesquisa foi necessário buscar uma teoria que permitisse um diálogo crítico e reflexivo com a realidade social, ou seja, com o campo empírico da pesquisa. Muitas leituras foram realizadas e todas trouxeram elementos pertinentes à teoria social. Entre estas leituras, destacou-se a obra de Axel Honneth (2003) que fala sobre a Teoria do Reconhecimento Social, a qual dialoga com a sociedade contemporânea, marcada pelas desigualdades sociais que geram sentimentos de abandono, injustiça e desrespeito. Sentimentos estes que podem acionar o substrato motivacional dos sujeitos a buscar novas normativas de justiça, a engajarem-se em movimentos sociais, assim ampliando sua participação na sociedade.

A Teoria do Reconhecimento Social será aplicada nesta pesquisa no que diz respeito ao reconhecimento das beneficiárias do PBF nas esferas do direito e da estima social, implicados no processo de inclusão produtiva. Assim, identificar, compreender e analisar se houveram melhorias no acesso à documentação, às políticas públicas, à inclusão no mundo formal e ou informal de trabalho, na renda e moradia, assim como o registro de implicações no processo de autonomia e na participação social, bem como se há consciência crítica destas melhorias ou não. O espaço empírico desta pesquisa foi o Programa Bolsa Família (PBF).

A pesquisa delineou, como primeiro passo, o estudo de caso. Este foi adequado por tratar a investigação em um contexto contemporâneo (periferia), o qual possibilitou entrevistas e observações no cotidiano de 20 beneficiárias do PBF. E os dados, ou seja, comportamentos, opiniões, conceitos e conflitos foram relevantes para a pesquisa, a qual desejou desvelar a dimensão material e subjetiva das 20 participantes. (YIN, 2005).

A aplicação do método foi positiva na pesquisa, pois as perguntas estavam bem elaboradas, claras e objetivas e, ao mesmo tempo, flexíveis, permitindo à pesquisadora apreender as percepções, conceitos, valores, medos, sonhos e projetos de vida das entrevistadas. As entrevistas abertas, semiestruturadas e a observação participante permitiram à pesquisadora, no estudo de caso, obter vários dados que outro método não possibilitaria, pois,

[...] a imersão no cotidiano e a familiaridade com as coisas tangíveis velam os fenômenos. É necessário ir além das manifestações imediatas para captá-los e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas. O sujeito precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. (CHIZOTTI, 1998, p.80).

Assim, o estudo de caso permitiu pensar alternativas futuras para os problemas identificados, como as lacunas na operacionalização das políticas sociais, e as dificuldades encontradas no cotidiano da sociedade. Conforme Minayo (1999), o pesquisador, por meio de métodos e técnicas, desenvolve uma atividade de indagação e construção de realidades, estabelecendo uma relação entre pensamento e ação, só passando a ser um problema para a ciência social se antes for um problema na vida dos sujeitos, o que permitirá a aproximação entre o conhecimento científico e o senso comum, o conhecimento emancipado.

Dentro da pesquisa, com caráter descritivo e qualitativo, as participantes foram 20 mulheres territorialmente referenciadas no CRAS Nordeste, beneficiárias do PBF e que participaram dos cursos de qualificação profissional oferecidos dentro do eixo de inclusão produtiva. Após o contato com as técnicas responsáveis pela política de proteção básica, foi entregue à pesquisadora a listagem com as famílias assistidas pelo PBF e que já haviam realizado pelo menos um curso de capacitação e ou qualificação para o trabalho. Outro critério importante foi garantir que 50% das participantes fossem beneficiárias do PBF há mais de cinco anos.

A coleta dos dados ocorreu através de visitas domiciliares, com aplicação da entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram organizadas por comunidades e não eram previamente agendadas com as beneficiárias. Ao chegar à residência, nos identificávamos como pesquisadoras da universidade e apresentávamos a proposta, ou seja, se a beneficiária poderia responder a um questionário sobre o PBF, os cursos que ele oferece e como estava o acesso ao mundo do trabalho.

A pesquisadora também explicou às beneficiárias que todas as respostas seriam sigilosas, sendo utilizadas somente para compreensão científica dos efeitos do PBF nas vidas das famílias. Quando a beneficiária concordava, a pesquisa já era realizada, ou era agendado um novo dia e horário. No decorrer das entrevistas, o principal implicador foram os dados presentes no cadastro das famílias. Alguns endereços não existiam e, em outros, as famílias não moravam mais nos locais indicados nas inscrições. Das vinte participantes, localizamos e realizamos entrevistas com dez, no período de dezembro de 2014 a maio de 2015. O ponto de partida foram as mensagens deixadas nas entrevistas, mas cabe salientar que, além do que foi escrito e dito, também foram consideradas nas análises as percepções e os sentimentos que permeavam o contexto em que cada beneficiária se encontrava.

Após a aplicação dos questionários com as beneficiárias e as entrevistas com as técnicas, a pesquisadora realizou uma escuta qualificada e detalhada de cada entrevista, a fim de buscar “[...] uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades

e percepções são exploradas e desenvolvidas”. (BAUER; GASKELL, 2008, p.73). Assim, a análise de conteúdo permitiu olhar, através da coleta, sistematização, apresentação e análise dos dados, como as motivações, atitudes, valores e crenças influenciam e interferem nos princípios e diretrizes de uma sociedade.

A fase de análise dos dados assume um caráter mais teórico, pois foi preciso identificar, entre os conteúdos, as palavras e as frases mais significativas, as quais se apresentavam com maior frequência nas entrevistas, bem como outros indicadores que surgiram destas análises. O tratamento dos dados objetiva torná-los válidos e significativos. As informações novas são confrontadas com outras pré-existentes, como as leis, diretrizes dos programas e projetos sociais, assim como as principais teorias acerca da política de assistência social e o eixo inclusão produtiva, estabelecendo procedimentos estatísticos e reflexivos que possibilitaram a análise, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 – Síntese das Categorias de Análise

<i>CATEGORIAS DE ANÁLISE</i>	<i>SUBCATEGORIAS</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Bolsa Família 	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva dos Técnicos • Perspectiva dos beneficiários – implicações materiais e subjetivas
<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão Produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva dos Técnicos • Perspectiva dos beneficiários – implicações materiais e subjetivas
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento social 	<ul style="list-style-type: none"> • Esfera do direito • Esfera da estima social • Projeto de vida

Fonte: Elaborado pela autora.

Para apresentar os dados coletados nesta pesquisa optou-se em trazer, como eixo norteador, os objetivos específicos, assim permitindo maior clareza e objetividade dos fenômenos estudados. Na sequência estarão os dados apreendidos das iniciativas e ações de

inclusão produtiva desenvolvidas no município de Canoas, com ênfase na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

4.2.1 A Política de Proteção Social em Canoas e as Iniciativas de Inclusão Produtiva

As ações referentes à Política de Proteção Social no município de Canoas são organizadas e gestadas pela Prefeitura Municipal de Canoas, por meio da SMDS. A referida secretaria atua na proteção, defesa e acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais, com a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios que atendem aos sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social. Para garantir a proteção à família, a SMDS está dividida em três diretorias:

- a) Diretoria de Proteção Social Básica: É responsável pela prevenção das situações de risco e o desenvolvimento de potencialidades, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, ampliando o acesso aos direitos sociais através dos CRAS. Hoje, em Canoas, há cinco CRAS localizados nos quadrantes Nordeste Harmonia, Noroeste Mathias Velho, Nordeste Guajuviras, Sudeste Niterói e Sudoeste Fátima. Os serviços oferecidos são os de acolhimento e atendimento técnico das famílias do território; os serviços pertinentes ao PAIF às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social; serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; cadastro e recadastro no CadÚnico; inscrições das famílias no PBF; acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF; orientações e concessão de benefícios eventuais; inscrições das famílias nos programas de capacitação, como FET e PRONATEC;
- b) Diretoria de Proteção Social Especial: É responsável pelo atendimento às famílias em situação de risco pessoal e social. A unidade executora dos serviços de proteção social de média complexidade é o CREAS, equipamento que oferece serviços e acompanhamento de situações que se configuram como violação de direitos para o fortalecimento dos vínculos familiares. As principais ações desenvolvidas são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET); Serviço Especializado de Abordagem Social; serviço de atendimento de medidas socioeducativas; prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida; serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias. Além dos serviços de proteção especial, o

município oferece à população de Canoas o serviço especializado para pessoas em situação de rua, por meio do Albergue Municipal; o Centro POP, para a população de rua, com ações e serviços a fim de estimular a organização, a mobilização e a participação social na perspectiva da autonomia; o Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Patrícia Esber, garantindo o acolhimento, atendimento psicológico, social e jurídico à mulher; a Casa Abrigo para Mulheres e o Programa Apadrinhamento Afetivo;

- c) Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva: Tem como objetivo garantir à população acesso à alimentação de qualidade, nas quantidades necessárias, com segurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social através de ações de qualificação profissional e geração de renda. As ações desenvolvidas, na perspectiva da segurança alimentar, é o Programa Cidadania Alimentar do Idoso (PCA), o qual atende idosos acima de 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, com o benefício mensal de uma cesta básica, de acordo com as necessidades nutricionais, sendo atendidos, mensalmente, 1.200 idosos. Outra ação específica é o Restaurante Popular, com atividades desde 2005, localizado no Bairro Guajuviras e que oferece refeições por R\$1,00. Diariamente, o Restaurante Popular atende 180 pessoas para o almoço. A Prefeitura informou que busca novo espaço, no bairro Mathias Velho, para abrir nova unidade.

No período de 2014 foram desenvolvidas, pela SMDS, com foco na qualificação social e profissional a partir do Programa Inclusão Produtiva e Mais Cidadania, a gestão e articulação dos programas/projetos: Frentes Emergenciais de Trabalho; Pontos Populares de Trabalho; Programa Recomeçar; PRONATEC/Brasil Sem Miséria; PRONATEC/Mulheres Mil; PRONATEC/EJA, em parceria com o governo federal e o Projeto Cidade da Solda.

4.2.1.1 Frentes Emergencias de Trabalho

É um projeto instituído pela Lei Municipal 5.401/2009 e pelo decreto 489/2010, o qual tem como objetivo oferecer ações de inclusão produtiva através da qualificação dos participantes em zeladoria e manutenção predial. A carga horária dos cursos é de 120 horas, divididas em 6hs semanais, com duração de 5 meses. Ao final de cada curso os beneficiários recebem certificados. O público alvo são cidadãos acima de 16 anos, em situação de desemprego e vulnerabilidade social. As inscrições são realizadas nos CRAS e os

beneficiários do projeto recebem material didático, seguro de vida, transporte, lanche, equipamentos de segurança e cestas básicas de alimentos e de higiene.

Cabe salientar que a grande maioria dos beneficiários são mulheres, beneficiárias do PBF. A metodologia das FET's acontece com um encontro mensal no CRAS, para orientação e fortalecimento das participantes no seu processo de autonomia, aqui entendida na resolução dos conflitos familiares, no acesso aos direitos e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Neste encontro mensal são entregues as cestas básicas. O curso ocorre em duas tardes, em espaço público, previamente definido pela gestão.

Ao chegar ao local do curso, as participantes recebem as orientações quanto ao uso dos equipamentos de segurança. Após, a professora inicia a capacitação em articulação direta com a prática. As participantes realizam manutenção e pequenas obras em escolas, abrigos, postos de saúde, praças públicas e na própria prefeitura. Nos cursos oferecidos em zeladoria e manutenção predial as participantes participam de cursos de pintura, assentamento de lajotas, limpeza e reparos em alvenaria. No final de cada curso recebem certificados específicos.

Em 2014 foram oferecidas 90 vagas e os cursos ocorreram de maio a outubro, totalizando 24hs mês, sendo 18h dedicadas à realização de melhorias nos equipamentos públicos. (SMDS, 2014).

4.2.1.2 Pontos Populares de Trabalho

Instituídos pela Lei Municipal 5401/2009 e regulamentados pelo decreto 489/2010, os Pontos Populares de Trabalho estão diretamente relacionados às FET's, com o objetivo de fortalecer os vínculos sociais e produtivos dos trabalhadores. Assim como nas FET's, o público alvo são trabalhadores desempregados, em situação de vulnerabilidade e risco social. Porém, os Pontos Populares priorizam mulheres que são chefes de família, proporcionando atividades socioeducativas e de capacitação técnica, na intenção da geração de renda e da inclusão produtiva. Os Pontos Populares oferecem espaços e estruturas qualificados para os cursos.

Em 2014 foram oferecidas 100 vagas e os participantes permanecem nos Pontos por doze meses. As inscrições, realizadas nos CRAS, foram abertas em maio, para iniciar o curso em julho. Os Pontos Populares ocorrem no bairro Mathias Velho com a capacitação na produção de pães, técnicas em padaria e corte e costura; no Quadrante Nordeste – Guajuviras, fica a horta comunitária e a incubadora de triagem solidária e no Quadrante Sudeste – Niterói, ocorre a capacitação em costura através da customização. As participantes, além da

capacitação, recebem uma bolsa-auxílio de R\$150,00, uma cesta básica com alimentação e uma cesta com produtos de limpeza. (SMDS, 2014).

4.2.1.3 Programa Recomeçar

O Programa Recomeçar promove a inclusão produtiva, a reinserção social e no mundo do trabalho de sujeitos que estão cumprindo penas em regime fechado e semiaberto. O programa é uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública e Cidadania, Secretaria de Serviços Urbanos e a Secretaria de Desenvolvimento Social. O programa iniciou em 2010 sendo, porém, efetivado somente em 2011, com 18 apenados inseridos.

O programa oferece aos beneficiários 75% do salário mínimo, uma cesta básica, se não houver faltas no mês, e a remissão da pena, ou seja, a cada três dias trabalhados, diminui um da pena. Os participantes precisam trabalhar 40 horas semanais em atividades de serviços gerais junto às equipes da Secretaria de Serviços Urbanos. Também recebem acompanhamento no retorno ao convívio familiar e participam de ações socioeducativas. Em 2014 foram oferecidas 30 vagas. A SMDS também oferta cursos nas áreas da construção civil, manicure, costura e cabelereiro, com suporte para a conclusão, como transporte e lanches. (SMDS, 2014).

4.2.1.4 PRONATEC / Brasil Sem Miséria

Para a realização do PRONATEC/2014, foram oferecidas 260 vagas no primeiro semestre e, no segundo, 500 vagas. Os cursos são oferecidos em parceria com o SENAI, SENAC e o Instituto Federal de Educação. Todos os interessados precisam fazer as inscrições no CRAS de seu território, ter entre 16 e 59 anos, estar no CadÚnico e ser beneficiário do PBF. A escolaridade é critério de seleção, pois cada curso exige uma escolaridade específica, ficando a média exigida entre o 6º e 7º ano.

O PRONATEC oferece cursos específicos para as mulheres em situação de vulnerabilidade social e com baixa ou nenhuma escolaridade. O Mulheres Mil tem o objetivo de fortalecer a autoestima da mulher e privilegiar abordagens no que diz respeito à saúde, questões de violência, direitos e deveres e o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares.

São cursos de auxiliar de manutenção predial e agente de limpeza e conservação, com carga horária de 160 h/a, que visam capacitar a mulher, muitas vezes chefes de família, para sua inserção no mundo do trabalho. O curso também visa à complementação dos estudos ou a

alfabetização das mulheres. Em 2014 foram oferecidas 130 vagas. O curso Mulheres Mil é oferecido pelo Instituto Federal de Educação. Os benefícios oferecidos aos participantes do PRONATEC é uma bolsa-auxílio de R\$100,00, vale transporte e lanche.

O SENAI oferece os cursos de soldador, eletricista predial, caldeireiro e ajustador mecânico. Já o SENAC, manicure e pedicuro, cabelereiro, padeiro, auxiliar de recursos humanos, depilação, cuidador de idosos, auxiliar de nutrição, auxiliar administrativo, montador e reparador de computador, costureiro e barbeiro. O Instituto Federal de Educação, além de ser o executor do Mulheres Mil, oferece cursos nas áreas de auxiliar de recursos humanos, programador de sistemas e curso de espanhol. Também participa da parceria com a Secretaria de Educação, na oferta do PRONATEC/EJA, através dos cursos de programador de sistemas e promotor de vendas.

4.2.1.5 Projeto Cidade da Solda Canoas

O Projeto Cidade da Solda Canoas tem como objetivo a formação de soldadores em comunidades próximas a unidades industriais e fornecedores de bens e serviços, visando contribuir com atendimento da demanda dos grandes investimentos nos setores de petróleo e gás natural, siderurgia, mineração, papel e celulose. Em Canoas o projeto é executado através do Instituto Integrar, com o apoio da Petrobras e da Prefeitura, através da SMDS. O projeto 2014/2015 oferecerá 200 vagas na especialidade de soldador de eletrodo revestido e promoverá a inserção no mercado de trabalho por meio de parcerias com as empresas locais. De julho de 2012 a julho de 2014, o projeto capacitou 557 pessoas. A carga horária do curso é de 240 horas/aula, divididas em formação técnica e cidadania, com 60 horas/aula e específica, com 180 horas/aula. Além do certificado e encaminhamento ao mercado de trabalho, ao final do curso os participantes recebem transporte e lanche.

Estas foram as ações de inclusão produtiva oferecidas pela Política de Assistência Social no Município de Canoas mapeadas pela pesquisa. Cabe destacar que no município há outras ações desenvolvidas na perspectiva da inclusão produtiva, como as ações nos Centros de Formação e Capacitação que ficam nos bairros mais populosos e com os maiores índices de vulnerabilidade social e econômica, como Mathias Velho e Guajuviras. Ações, estas, de economia solidária organizada e gestada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Diretoria de Economia Solidária.

No Centro de Formação do bairro Guajuviras são ofertados cursos de pintura, costura artesanal, encadernação e artesanato em couro. O Centro foi inaugurado em maio de 2012 e

mantém suas atividades com 20 vagas para cada curso, sendo um encontro semanal de 4horas/aula, totalizando 100 vagas por semestre.

O Centro localizado no bairro Mathias Velho oferece cursos de papel mache, tecelagem, vidro fusing, kirigami e cerâmica. Compartilha da mesma metodologia do Centro Guajuviras. Os dois centros totalizam, ao ano, 400 vagas de capacitação.

Outra iniciativa mapeada na pesquisa é o Projeto Qualilar com iniciativa da Secretaria Municipal de Projetos Especiais, Capacitação e Inovação, em parceria com o Movimento Ação por Canoas (MACA). Este projeto iniciou em 2013 e, até junho de 2014, havia qualificado 129 trabalhadores. O Qualilar desenvolve cursos de qualificação para prestação de serviços domésticos divididos em: módulo I, para iniciantes, com 100 horas/aula e módulo avançado, com 200horas/aula. Os cursos são oferecidos em uma casa-escola, montada com toda a estrutura necessária para a qualificação. Os participantes recebem certificado ao final do curso, encaminhamento para inserção ao mercado de trabalho, transporte e lanche.

Após a pesquisa mapear as ações e iniciativas de inclusão produtiva desenvolvidas pela SMDS, a próxima etapa foi compreender como estas ações, efetivamente, são operacionalizadas e ofertadas nos espaços do CRAS. É relevante pontuar que a oferta de ações de inclusão produtiva é, ao mesmo tempo, um desafio aos outros tanto que os trabalhadores sociais enfrentam no dia-a-dia do CRAS. No entanto, com a inclusão produtiva, as ações de proteção básica ampliam o processo de intervenção com a família, possibilitando dimensionar as implicações e os efeitos materiais como a renda, e subjetivos como as escolhas e os desejos, por não estar subjugado ao outro e o processo de autonomia conquistado no mundo do trabalho.

Conforme o MDS, a inclusão produtiva como eixo estratégico da proteção básica, orienta as intervenções com as famílias, as quais deverão ir além da capacidade de cuidarem de si e dos seus através do acesso às políticas públicas. Ela tem a intencionalidade de despertar e mobilizar nos sujeitos, ensejos de mudança, desejos de uma vida melhor. Através das ações e iniciativas da inclusão produtiva, os técnicos conseguem, junto com a família, projetar ganhos de renda de forma concreta e, a partir desta dimensão, projetar os ganhos subjetivos.

Reforçando, a inclusão produtiva proporciona aos sujeitos exercícios de diferentes capacidades, pois é comum, entre os beneficiários da política de transferência de renda, realizar vários cursos. Esta experiência oportuniza o desenvolvimento de diferentes habilidades, assim descobrindo atividades com as quais mais se identificam.

A política de inclusão produtiva, com suas ações, permite fortalecer a expansão das capacidades dos beneficiários, com oportunidades reais de escolhas através dos cursos de capacitação, ampliando as ações através da participação numa relação de mão dupla, pois de um lado a política torna-se mais efetiva e eficiente com a oferta dos programas e projetos e, do outro, as demandas passam a ser desveladas e atendidas.

Dentro desta perspectiva, esta pesquisa realizou uma escuta com as técnicas que estão no cotidiano dos atendimentos nos CRAS, pois, como foi descrito acima, todos os cursos ofertados pela SMDS, demais iniciativas e inscrições são realizadas nos CRAS. A escuta teve, como intencionalidade, compreender a percepção das técnicas na relação entre a política de proteção básica e a inclusão produtiva.

No conteúdo das entrevistas as técnicas revelam que cabe ao CRAS a inserção da família no CadÚnico, sua inscrição no PBF e a oferta dos serviços de proteção básica (PAIF), através dos serviços de convivência e fortalecimento dos vínculos. Também é importante destacar que as inscrições, para todos os cursos de inclusão produtiva, são realizadas ali, assim como o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF.

A SMDS possui uma Diretoria de Proteção Básica, outra de Inclusão Produtiva e outra do PBF, o que dificulta estabelecer uma articulação, um diálogo entre os três serviços, os quais deveriam ser gestados e operacionalizados em conjunto. No decorrer do ano de 2014, a partir de um projeto piloto, em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), o qual buscou discutir a inclusão produtiva como política de proteção básica, a direção da proteção básica organizou seminários sistemáticos, os quais constaram com uma representação técnica de cada CRAS. Nos encontros foram discutidas as responsabilidades frente à operacionalização da inclusão produtiva, assim buscando uma metodologia unificada no município.

Porém, os seminários ficaram restritos às técnicas que participaram e à gestão da política, pois não foi garantido, no CRAS, um momento de socialização e de pensar ações estratégicas para legitimar a inclusão produtiva enquanto política, evidenciando como ponto relevante na pesquisa a dificuldade e os ruídos no processo de comunicação. (TS, 2015).

As técnicas pontuam reflexões pertinentes quanto à gestão da informação, pois o CRAS Nordeste é referência para 39.526 habitantes no quadrante, onde 1.832 possuem renda *per capita* de até R\$ 77,00 reais/mês. O número de beneficiários do PBF é de 2.676 e que possuem o BPC são 1.072 famílias. Mesmo a PNAS, por meio do SUAS, referencia 5.000

famílias por CRAS. É um público significativo para 02 técnicas acompanharem. (DVSAGI/SMDS, 2014).

Cabe ressaltar que o CRAS Guajuviras foi implantado no mesmo período da regulamentação do SUAS, em 2005. Desde lá, o grande desafio é torná-lo um equipamento, conforme preconiza a NOB/SUAS (2005), a qual orienta que o CRAS deve possuir quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe os SUAS, dois destes técnicos com, no mínimo, nível médio. Dentre os quatro técnicos de nível superior, ter designado um para a função de coordenador (estatutário ou comissionado) e os outros três para atendimento direto ao público.

Pode-se observar que o processo de implantação ainda ocorre no CRAS Nordeste, onde o espaço físico é pequeno, com três salas, uma para o acolhimento, outra para o atendimento individual com as técnicas e uma sala maior, onde ocorrem os grupos de convivência. Há um banheiro para as técnicas, outro para os usuários e uma pequena cozinha. Quanto ao quadro técnico, encontra-se reduzido, com uma coordenação, duas cadastradoras e duas técnicas sociais.

As técnicas sociais, no decorrer da entrevista, relataram que as condições das unidades de referência estão precárias, havendo carência de equipe técnica.

*[...] hoje só há duas assistentes sociais, o que torna o trabalho mais desgastante.
[...] aqui tu hora é assistente social, hora pode ser recepcionista, ou o que precisar.
[...] em Canoas nenhum CRAS teve a equipe completa, conforme a NOB/RH. (TS, 2015).*

Até o período da entrevista, no primeiro semestre de 2015, as técnicas informaram que 2.500 famílias foram referenciadas, ou seja, já foram atendidas por uma das técnicas no CRAS.

[...] não sei, mas na rotina do CRAS a gente vive um momento bem complicado de excesso de trabalho, de atendimentos e acompanhamentos, as equipes muitas reduzidas parece que estamos remando sempre contra a maré. (TS, 2015).

Relataram uma rotina exaustiva, afinal, são dois trabalhadores para um universo de 2.500 famílias já referenciadas, entre estas, muitas em acompanhamento sistemático. Sem considerar as demandas oriundas da vigilância social quanto às metas do MDS, referentes às famílias em extrema pobreza.

[...] nós sabemos das famílias em situação de extrema pobreza? [...] mais ou menos, não uma coisa pronta [...] aqui na Nancy tem tantas famílias, ali tem tantas [...] O Guajuviras é imenso. O cadastro único tem estes dados, mas lá na vigilância social. Algumas coisas, sim, vêm pra gente de tempo em tempo, vem pra gente, pois existe a meta do MDS, tantos % do cadastro único em situação de extrema pobreza tem que estar atendido pelo CRAS. Mas é inviável [...] dois técnicos atender as metas do MDS [...] não sei a totalidade das famílias nas comunidades extremamente pobres, mas há casas sem chão, sem banheiro, muitos pobres. (TS, 2015).

Apesar da Política de Proteção Social em Canoas, desde 2005, vir buscando articular ações e estratégias a fim de implantar, de forma efetiva, os CRAS, no período da pesquisa ainda observou-se comportamentos e atitudes conservadores, como por exemplo, a resistência em construir, de forma articulada, a Política de Proteção Social com a Educação e o Desenvolvimento Econômico. Esta articulação como uma rede intersetorial, com a Educação como papel fundamental para o avanço da proteção básica no que diz respeito aos índices de analfabetismo e abandono dos estudos, assim como o desafio das vagas na educação infantil, e o Desenvolvimento Econômico, para pensar estratégias ampliadas nas ações de inclusão produtiva, rompendo o pragmatismo dominante de ações fracionadas por setores públicos e a regulação da gestão da informação.

Os trabalhadores do CRAS estão vivenciando momentos de grande contradição. Ao mesmo tempo em que a tecnologia avança, tornando-se presente no cotidiano de grande parte da sociedade, os CRAS não têm acesso à internet, o que provoca situações de desrespeito aos trabalhadores e lentidão e, em alguns casos, obstrução do trabalhador ao mundo do trabalho. O sentimento que perpassa é de desesperança e de abandono por parte da gestão municipal da política de proteção básica, o que nos remete à reflexão dos modelos contraditórios presentes na sociedade contemporânea. Por um lado, implementação de políticas de proteção social e, por outro, exploração e flexibilização das condições de trabalho de quem opera esta política.

Quanto à percepção dos técnicos no que diz respeito aos programas/projetos da SMDS no eixo da inclusão produtiva, estes destacam as FET's, que acreditam já estar na 6ª edição, o projeto Cidade da Solda e os cursos do PRONATEC e do Mulheres Mil. Apontam que há outros, mas que não são gestados pela SMDS, como o Qualilar, os Pontos Populares e os que acontecem nos Centros de Economia Solidária. O que há de comum em todos os cursos é que a grande maioria das inscrições ocorre nos CRAS, não havendo uma orientação ou informações prévias aos técnicos. Ocorre das famílias chegarem ao CRAS para a inscrição e as técnicas ainda não terem recebido nenhuma informação sobre o evento.

As FET's, o PRONATEC e o Mulheres Mil têm maior articulação com o CRAS. Além das inscrições, as técnicas realizam os encontros socioeducativos, na perspectiva do

fortalecimento da autonomia. O que diferencia as FET's, o PRONATEC e o Mulheres Mil, segundo as técnicas, é o critério da escolaridade e da idade. No Mulheres Mil, preferencialmente, o público alvo é mulheres de 16 a 59 anos, que tenham cursado até a 5ª série. Já nas FET's, podem participar homens e mulheres, sem limite de idade e de escolarização.

[...] acho importante as equipes do CRAS ter oficina mensal com grupos das Frentes de Trabalho para a referência da família no CRAS, para inserir no cadastro único, e no Programa Bolsa Família, fazer a documentação, acompanhar a família a fim de identificar o perfil e o que precisam. (TS, 2005).

Para as técnicas participantes da pesquisa, o eixo inclusão produtiva é essencial para o enfrentamento da situação de pobreza, porém não cabe ao CRAS sua execução, ou melhor, sua operacionalização.

[...] acho que são coisas que precisam andar juntas, mas não tem que estar dentro do CRAS [...] é mais uma porta de entrada. Aqui em Canoas são diretorias diferentes e cada uma tem sua equipe: a proteção básica e a inclusão produtiva. [...] é importante saber que existe no município e que possamos acionar e encaminhar as famílias, mas não dentro do CRAS. (TS 2005).

Observou-se que a temática da inclusão produtiva, na prática do dia a dia do CRAS, fica restrita aos encaminhamentos e às inscrições nos cursos oferecidos pelos programas e projetos da política pública do município. Cabe ressaltar que os cursos possuem editais e períodos específicos de inserção, ou seja, há períodos em que não há nenhuma oferta de atividades, de cursos de capacitação para geração de trabalho e renda, o que limita as perspectivas de projetos futuros das famílias assistidas pelo CRAS.

Nos demais serviços como os cadastros, acolhimentos, atendimentos, sejam individuais ou coletivos, e os grupos de convivência, busca-se orientar as famílias que os programas como o PBF, assim como os cursos das FET's, PRONATEC e o Mulheres Mil são temporários, que possuem início, meio e fim, devendo aproveitar sua execução para se capacitarem na busca pela inserção no mercado de trabalho. Porém desconhecem os recursos do Desenvolvimento Econômico para as beneficiárias acessarem de forma mais efetiva. Quanto ao PBF, as orientações são efetivas de acordo com as condicionalidades do programa, não possuem condições, tempo para abordar questões de transitoriedade e, sim, focam no fortalecimento da família e a superação das dificuldades no acesso aos direitos.

[...] quando não há nenhum programa de inclusão produtiva algumas famílias continuam em atendimento no CRAS, temos umas 10 famílias que já fizeram umas seis Frentes e estão aqui no CRAS, recebem os benefícios eventuais, mas não é sempre, é eventual [...]. Claro, cada situação é vista e depende da avaliação, de como está cada família. (TS, 2015).

Em um olhar mais crítico e reflexivo, as técnicas discutem que a política de inclusão produtiva precisa existir, compreendendo sua importância e implicação na vida das famílias. Mas é necessário um monitoramento mais efetivo, evidenciando e mensurando o impacto real das ações, desde a metodologia, o perfil das famílias prioritárias, os cursos oferecidos e o número de inclusões no mundo do trabalho, formal e informal. Com este cruzamento de dados, a SMDS poderia identificar o motivo que leva às evasões e porque a mesma família que já participou mais de seis vezes dos cursos ainda não conseguiu gerar alguma renda.

[...] atendemos muita gente que fez curso e vem aqui contar que conseguiu trabalho de carteira assinada, mas sei que muitas famílias já fizeram seis Frentes e continuam na mesma situação. [...] outras abandonaram, não passam no contrato, outras porque não tem creche. [...] a gente trabalha com as políticas públicas, mas nas famílias nada é estático, tudo muda o tempo todo e os programas são temporários. Tem que ter oferta sempre, para gente poder trabalhar com estas famílias. Tenho uma família analfabeta com crianças, em primeiro lugar tem que ter creche para depois ver outras possibilidades, e não temos vagas [...] ficamos sem alternativas. (TS, 2015).

Quanto à avaliação das ações e iniciativas de inclusão produtiva é unânime a aprovação das técnicas, porém ressaltam a importância de um monitoramento e de avaliações frequentes das ações, a fim de romper com modelos que ainda repetem padrões assistencialistas, ou seja, a política pela política e não a política para o sujeito. De acordo com a beneficiária F4, quando diz “[...] eu faço as Frentes, lá na sub-prefeitura. Ah, trabalho que nem condenada, né. Lavo parede, lavo chão, 'oia', lá tem que lidar com balde o dia inteirinho. Mas só o que mata mais a gente é a escova.” (F4), evidenciando a não compreensão dos cursos enquanto política de inclusão produtiva, refletindo, ainda, a reprodução de modelos dominantes, assistencialistas.

[...] quando a família chega no CRAS a gente pensa em incluir no cadastro, ver o perfil da família, suas demandas, o que pode ser feito e o que a família consegue fazer [...] junto com a família pensa um plano [...]. Todo este processo leva uns meses [...] e enquanto tudo isso acontece, o pessoal se vira, são os famosos bicos, as faxinas, é bico, bicos [...]. (TS, 2015).

Há situações em que as famílias perdem o período de inscrição por não ter acesso às informações corretas; inscrições realizadas sem os sujeitos escolherem os cursos, ou horários,

pois não há esta informação por parte da diretoria; os cursos começam e as passagens para o transporte das beneficiárias só chegam ao final do curso. Situações que comprometem os resultados esperados, que colocam em risco o projeto político de um país sem miséria e reforça o vínculo aos programas e projetos pelo benefício assistencial que ele oferece: bolsa-auxílio e cestas básicas.

Quando abordamos o PBF, as técnicas acreditam que está melhorando. [...] *é um programa temporário. Quando vejo uma família há 10 anos fico muito triste, é sinal que a família não superou suas vulnerabilidades.* (TS, 2015). Mas, assim como as ações de inclusão produtiva, o PBF necessita de fiscalização, de uma equipe específica pensando e monitorando suas ações. Nos CRAS, há tanto famílias inscritas no programa em situação extrema de risco e vulnerabilidade há mais de seis meses e que, ainda, não estão recebendo o benefício quanto outras, que já poderiam ser desligadas do programa.

Na compreensão das técnicas e da SMDS, as políticas de transferência de renda, como o PBF, devem ser operacionalizadas em sua totalidade nos CRAS. A estes cabe a função de identificar, através da busca ativa, as famílias prioritárias para a inclusão nos cursos de inclusão produtiva e realizar sua inscrição. No decorrer do período da família no programa o CRAS só é acionado novamente para uma intervenção quando a família está em descumprimento das condicionalidades.

O sentido das técnicas não relacionarem o PBF ao cotidiano do CRAS é que todas as ações e estratégias são construídas a partir de diretorias, excluindo uma participação mais direta das técnicas, além desta compor uma equipe técnica específica para gestar o programa. Outro indicador importante é que os dados mapeados por meio do controle social, qual compõe a diretoria do PBF, não são compartilhados com as técnicas do CRAS.

Sob este aspecto, onde as ações do PBF não são objeto de processos interventivos por parte da equipe técnica do CRAS, entendem como serviços a serem desenvolvidos os que estão explicitamente descrito no SUAS e na tipificação, através do PAIF, no que diz respeito ao acolhimento, cadastro e encaminhamentos, oficinas e grupos de convivência e fortalecimento de vínculos. Isso suscita uma nova investigação, afinal qual é mesmo o público do PAIF, da Política de Proteção Básica? Com diferentes diretorias há um deslocamento das diretrizes do PNAS e do PBF, onde o CRAS compreende como público prioritário a população do território, sem vincular o benefício do programa. Quando as técnicas são acionadas pela SMDS para organizar e ofertar os grupos de fortalecimento na perspectiva da autonomia para as beneficiárias que estão inseridas nos cursos de inclusão produtiva, isso

provoca um desconforto na equipe técnica, pois estas não entendem esta prática como uma função do CRAS.

4.2.2 Perfil das Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Neste momento, serão apresentados os dados referentes ao mapeamento das dez beneficiárias do PBF que participaram desta pesquisa, identificadas como F1, F2, F3, até F10. Os dados foram sistematizados por meio de gráficos a fim de evidenciar o período que as beneficiárias recebem o benefício, o número de dependentes, o nível de escolaridade, o valor do benefício, assim como a atividade produtiva e a renda declarada.

Como já explicado no início deste capítulo, como metodologia foram pré-selecionadas 20 beneficiárias do PBF, porém algumas beneficiárias não residiam mais no local indicado pelo cadastro, outros endereços não foram localizados. No decorrer do período da pesquisa foram realizadas várias tentativas para localizar as beneficiárias. Dentro deste contexto, trabalhamos, efetivamente, com dados de dez entrevistas.

O perfil das beneficiárias são mulheres, com idade média de 42 anos e com 4 filhos por família, em média. A maioria possui um companheiro e residem juntos. Duas beneficiárias estão separadas. Todas as mulheres desenvolvem alguma atividade produtiva, onde 80% são responsáveis diretamente pelo sustento financeiro da família e os companheiros complementam a renda. Parte das beneficiárias relata que seus companheiros estão em processo com a previdência social e, por este motivo, não podem realizar atividades no mundo do trabalho formal, realizando “bicos”, sem vínculo empregatício.

As beneficiárias residem nas áreas mais vulneráveis do bairro, onde as ruas não possuem asfalto, ligações clandestinas de água ou luz. As casas são simples, construídas geralmente com madeiras. Algumas casas são mistas, parte em madeira e parte em alvenaria. É comum ter outras casas no mesmo terreno, geralmente de familiares, como irmão, filhos ou pais. Duas beneficiárias ainda não conquistaram sua casa, situação que provoca o comprometimento fixo da renda com aluguel e, em outra situação, fortalece o vínculo e o poder com o tráfico, pois a residência fica em espaço cedido.

É comum, entre as beneficiárias, a relação da conquista da casa própria com movimentos de ocupação e ou com cedência de terreno por amigos, familiares e ou lideranças. Em todas as entrevistas o “desejo” comum é a casa própria, no que diz respeito à compra, “conquista” e ou melhorias. Esta característica é pertinente nas comunidades em situação de pobreza. A luta pela moradia é comum entre as histórias relatadas e motivos, pelo

qual, tornaram-se moradoras do bairro, podendo-se dizer que sua história pessoal se confunde com a do bairro. Neste sentido, é comum famílias residirem no mesmo espaço e, quando novos membros chegam por meio do casamento ou separação, uma nova “peça” é construída. Esta aproximação, ou seja, o estreitamento das fronteiras entre a vida privada e a pública acaba por misturá-las, sobrepondo a vida privada na pública.

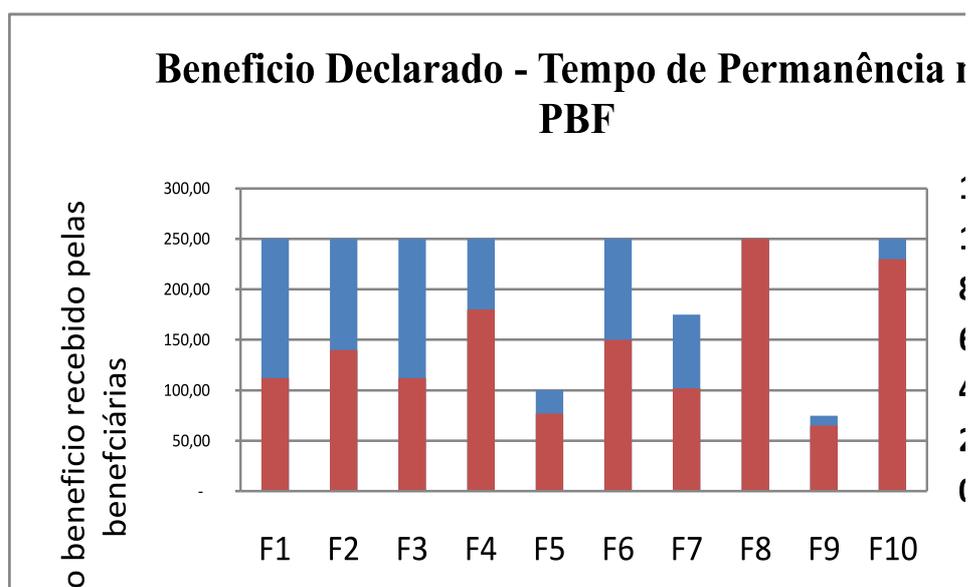
[...] A Bianca? Minha filha, ela ganhou gêmeos. Ela tá morando do lado da minha casa. Só que agora de momento ela não tá aí. [...] Aquelas peças ali, casa nova, ela ganhou do pessoal minha vida não sei das quanta aí. E daí eu botei ela a morar comigo ali. Que ela tava penando muito pela rua, aí, eu juntei ela de volta. (F4).

Esta sobreposição da vida privada é identificada no conteúdo das entrevistas, com comprometimento excessivo da vida privada, como se a vida pública não tivesse um papel, uma função diferenciada. Não demonstram uma consciência quanto ao papel da vida pública, pois suas falas remetem a um sentimento de não pertencimento. As experiências que compartilham na vida pública remetem à situação de desrespeito, de violação de direitos, como as abordagens do Conselho Tutelar, as visitas técnicas por parte das políticas sociais, quanto às condicionalidades dos programas, os envolvimento com o tráfico, a exploração da mão de obra, entre outras situações relatadas.

E aí eu fico pensando no caso. Como é que eu vou fazer isso? Se no caso vai dar direitinho pra fazer trabalhar e cuidar dos meus pretos. Quando eu tô num lugar assim, eu tô lá, mas o meu pensamento tá aqui em casa, pois às vezes eu deixo as minhas crianças sozinhas, os maior cuidam dos menores. E eu tenho muito medo do Conselho, que comecem a vir na minha casa. E pegam os meus 'pretos' sozinho, e daí? Eu já perdi uma vez no conselho tutelar. Não posso perder de novo. (F4).

Inseridas nesta emaranhada relação entre vida pública e privada, observam-se outros elementos que acabam limitando sua inserção na vida pública, como a baixa escolarização, fenômeno que perpassa a realidade de todas participantes, quando 80% das beneficiárias cursaram até a 5ª série do ensino fundamental. No decorrer da pesquisa observamos que a escolarização foi um elemento que provoca sentimento de vergonha, de desvalorização e que evidencia a preocupação com o estudo dos filhos. A atividade produtiva declarada, serviços gerais, catadoras, auxiliar de cozinha e faxineira, também está limitada ao nível de escolarização, lembrando que os cursos oferecidos pelo PRONATEC e os Mulheres Mil trazem a escolarização como critério de inserção. Outro elemento importante nesta análise do perfil das beneficiárias é a permanência no PBF, onde a média é de oito anos sendo assistidas pelo programa.

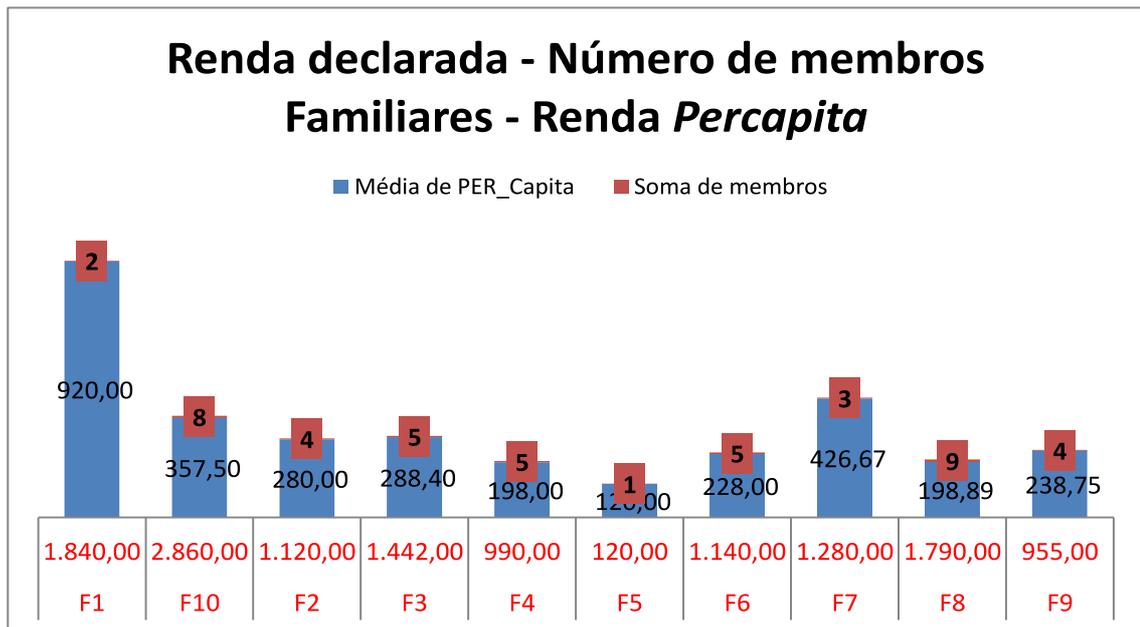
Gráfico 1 – Benefício Declarado – Tempo de Permanência no PBF



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 1 evidencia o período que as beneficiárias estavam no PBF, além de identificar os valores dos benefícios recebidos. O segundo gráfico identifica que as famílias com maior número de membros são as que declararam a maior renda. Esta declaração foi livre, sem nenhum tipo de apresentação de comprovante. Também observamos que a renda é expressa como sentimento valorativo, de orgulho. Um elemento fundamental é que as famílias não mais atendem ao perfil para continuarem beneficiárias do PBF.

A renda *per capita* das famílias participantes, representada no gráfico 2, evidencia que apenas uma família atende aos critérios do programa para continuar sendo beneficiária. As demais estão acima do critério estipulado, sendo este de R\$77,00 para famílias em situação de extrema pobreza e de R\$154,00 para situação de pobreza.

Gráfico 2 – Renda Declarada – Nº de Familiares – Renda *Per Capita*

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro dado relevante a ser considerado é que os beneficiários, em nenhum momento da pesquisa, demonstraram uma real compreensão acerca do que é o PBF, seus objetivos e os resultados que se espera alcançar. As famílias deveriam ser orientadas sobre o PBF, seu objetivo, condicionalidades e benefícios, o que refletiria na mudança de comportamento, na ruptura do ciclo de pobreza. Isso quer dizer que os beneficiários podem, espontaneamente, procurar o cadastro único para informar que conseguiram um trabalho com vínculo formal e ou informal e que a renda aumentou. Deste modo, poderão ser assegurados, ou seja, quando a renda *per capita* da família é atualizada, a família continua por mais dois anos a receber o benefício, desde que a *per capita* da família não ultrapasse o valor de meio salário mínimo - R\$394,00. Esta regra existe desde 2010. E se a renda novamente baixar, a família pode requerer novamente o benefício. (MDS, 2015).

Entre as famílias participantes, três usuárias estão inseridas no mercado formal de trabalho e as outras estão desenvolvendo atividades produtivas com renda. No quadro acima é possível analisar as rendas *per capita* e identificar que apenas duas famílias - a F1 e a F7 - não estão cobertas pelo programa de proteção. A inclusão no programa de proteção poderia servir como estímulo às beneficiárias, assim fortalecendo o processo de autonomia e o reconhecimento social.

A pesquisa evidenciou um recorte quanto ao perfil das beneficiárias do PBF. Nos próximos capítulos seguiremos com mais elementos a fim de ampliar os dados aqui

apresentados, a partir do cruzamento destes com as análises dos conteúdos das entrevistas e a articulação com os capítulos teóricos desta dissertação.

5 PRINCIPAIS PERCEPÇÕES E ANÁLISES DOS DADOS PRODUZIDOS

Assim, como no resto do Brasil, Canoas traz um significativo número de famílias em situação de pobreza que necessitam buscar, nas políticas sociais, alternativas de enfrentamento e superação em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Dados do IBGE (2010) informam que houve redução nos índices da situação de pobreza e que o PBF, através da transferência direta de renda e do conjunto de ações estratégicas que oferece aos usuários, contribuiu significativamente para alcance destes resultados.

O PBF possibilita às famílias beneficiárias a ruptura com a situação da extrema pobreza, sendo indicador importante nos efeitos da dimensão material na vida das beneficiárias como pagamento de água, luz, compra de materiais para escola, roupas, calçados e melhorias na alimentação e na moradia, como também, nos efeitos simbólicos. Após o alívio imediato da fome e da miséria que a transferência de renda propicia, os sujeitos beneficiários do PBF passam a pensar e a olhar para sua vida de forma diferente, pois passam a ensejar novos desejos e sonhos.

Este movimento de estar presente, ser sujeito a partir das condicionalidades que o PBF exige da família que, num primeiro momento provoca um sentimento de obrigação, transforma-se em sentimento de cidadania. Assim, este exercício de cidadania permite às famílias voltarem ao tecido social com a participação nos cursos de inclusão produtiva, a frequência nos grupos de convivência e fortalecimento dos vínculos. Porém, nada é mais significativo que a ruptura com o processo de estigmatização, de sentir-se excluído, à margem dos processos sociais.

5.1 PERCEPÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Saber o que as beneficiárias entendem sobre o PBF é fundamental para compreender a proposta do programa e os resultados atingidos. Sabe-se que o PBF, em um olhar mais senso comum, se traduz pela transferência de renda. A pesquisa objetivou compreender se o programa é um espaço ou um meio social disponível para as famílias socializarem suas experiências, vivências e, a partir destas, construir novos projetos de vida.

Na intenção de contemplar e justificar esta compreensão acerca do que as beneficiárias entendem sobre o PBF, abaixo segue a síntese das falas:

Quadro 3 – Síntese do entendimento das participantes sobre o que é o PBF

F1	<i>Ah, uma ajuda [...]. Eu acho que é uma ajuda pra gente, dentro da tua casa, né? Tu comer um pouco melhor, poder comprar uma roupa, um calçado melhor pros filhos. Eu fiz o curso pelo Bolsa Família, arrumei um emprego um pouco melhor [...]. Hoje o Bolsa Família está bloqueado, [...] eu entendo assim também, como eu já peguei há 10 anos, acho que também tem que dar uma prioridade pra outras pessoas, né? Uma reciclagem, uns entram outros saem. O Bolsa Família é fornecer uma varinha pra ti aprender a pescar, né?</i>
F2	<i>Pra mim o Bolsa ajuda bastante. Eu pago a água e a luz e compro coisas pras crianças [...]. aquele dinheiro é sagrado, saio do banco direto pra água e a luz.</i>
F3	<i>Ajuda na renda; às vezes falta um gás, às vezes falta um leite, (...) ajuda muito né? O Bolsa Família me deu autoestima, de levantar, fazer os cursos lá na Mathias.</i>
F4	<i>Recebo o Bolsa há mais de 20 anos. [...] ajudou bastante. Eu consegui fazer bastante coisa, comprar uma casinha pra mim. Com madeiras usadas, mas consegui comprar e consegui comprar coisas pra dentro da casa, eu não tinha nada. Continua me ajudando. Compro gás, roupa para as crianças e faz a festinha de aniversário deles.</i>
F5	<i>Me ajuda muito, né</i>
F6	<i>É uma ajuda boa né! Dá pra comprar um remédio ou alguma coisa que tá precisando pra eles [...] pro colégio; O governo diz que é pra não deixar passar fome. Mas só com o Bolsa Família não tem como não passar fome.</i>
F7	<i>Olha, me ajudou. Me ajudou em tudo, nos estudos, alimentação. Agradeço, recebi o que tinha que receber.</i>
F8	<i>É uma ajuda, assim, pra mim, que me ajudou bastante quando estava desempregada, [...] os cursos que a gente faz, pra mim foi muito bom; O Bolsa ajudou a fazer os documentos, a vaga na creche pras criança; O Bolsa deu portas de emprego pra mim.</i>
F9	<i>Ajuda para comprar material pra escola.</i>
F10	<i>Ah o Bolsa ajudou nós muito [...] só que os cursos que eles dão pra gente pelo Bolsa, né, tem que ter estudo, e eu não tenho.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar as falas acima referidas, podemos concluir que o que se faz presente no imaginário coletivo se justifica. As famílias que participam, há mais de dez anos, continuam compreendendo o PBF como uma “ajuda” para manter as crianças vinculadas à escola e à saúde. A razão coletiva deste entendimento por parte das usuárias está caracterizada pelas penalidades, ou melhor, pelas condicionalidades que o PBF exige, pois a ausência das crianças da rede escolar ou a não vacinação e acompanhamento médico das nutrizes, induz à suspensão do benefício. Outro elemento importante que fortalece é a sobreposição da vida privada à vida pública, é sentimento que perpassa na como “ajuda” o que remete a ausência de uma consciência de cidadania, pois mesmo acionando diferentes direitos, como

documentação, educação, saúde, habitação e benefícios sociais, mantém a centralidade na vida privada.

Ah o Bolsa ajudou nós muito [...] só que os cursos que eles dão pra gente pelo Bolsa, né, tem que ter estudo, e eu não tenho. (F10).

É uma ajuda boa né! Dá pra comprar um remédio ou alguma coisa que tá precisando pra eles (...) pro colégio; O governo diz que é pra não deixar passar fome. Mas só com o Bolsa-Família não tem como não passar fome. (F6).

A compreensão do PBF estar relacionada à “ajuda” reforça o sentimento de não ser cidadã, pois quando sou merecedora de “ajuda”, e não de “direito”, não tenho assegurado o *status* de cidadania, de sujeito em condições iguais, que garanta a proteção e o acesso às demais políticas públicas. O PBF é um meio social disponível para esta transição, para possibilitar que as beneficiárias acionem e fortaleçam suas habilidades e potencialidades, enquanto sujeitos de direitos e deveres.

Nas entrevistas, as beneficiárias destacaram positivamente o programa por “ajudar” a garantir o alívio imediato da situação de pobreza. Relataram ser um dinheiro certo, que assim conseguem planejar e pensar o que será comprado. Na grande maioria foca-se no investimento das crianças na escola, mas as participantes também direcionam os recursos para contas fixas, como água e luz.

Pra mim o Bolsa ajuda bastante. Eu pago a água e a luz e compro coisas pras crianças [...]. Aquele dinheiro é sagrado, saio do banco direto pra água e a luz. (F2).

Recebo o Bolsa há mais de 20 anos. [...] ajudou bastante. Eu consegui fazer bastante coisas, comprar uma casinha pra mim. Com madeiras usadas, mas consegui comprar e consegui comprar coisas pra dentro da casa, eu não tinha nada. Continua me ajudando. Compro gás, roupa para as crianças e faz a festinha de aniversário deles. (F4).

O valor recebido através do programa permitiu aos participantes pequenos movimentos de autonomia, seja na melhoria das condições de vida ou nas escolhas com relação à aplicação dos recursos do programa. Há todo momento encontramos possibilidades e limites no acesso ao PBF e, mesmo sem demonstrar, no decorrer das entrevistas, uma consciência cidadã mais reflexiva e crítica ao PBF em suas vidas, como, por exemplo, estar participando do programa há mais de “vinte anos”, quando, em 2014, comemorava-se os dez anos do PBF, as beneficiárias demonstram, mesmo que, parcialmente, que a inserção na

política de transferência de renda possibilitou-lhes acessar um direito e a pensar em ter mais direito a uma vida digna.

O PBF apresenta limites quanto ao enfrentamento direto à pobreza. Pode-se dizer que o programa necessita de mudanças no que diz respeito à operacionalização das ações que o mesmo prioriza, como a articulação na promoção do alívio da pobreza, a melhoria no acesso aos direitos básicos como saúde, educação e assistência social e o planejamento e gestão de programas complementares para as beneficiárias acessarem cursos de capacitação e inserção ao mundo do trabalho formal e ou informal.

Entre as ações prioritárias, o alívio imediato da fome pode ser avaliado de forma positiva, no que diz respeito à sua cobertura para os que estão assistidos, pois atende aos objetivos considerando o nível de vulnerabilidade, o número de membros familiares e a renda *per capita*. Quanto ao valor de referência do benefício, este precisa acompanhar o aumento do custo de vida, a inflação. Dados do IBGE (2010) demonstram, no capítulo 2 desta dissertação, que a maior limitação é o número disponível de cotas por território, o que, em muitas situações, não consegue atender à totalidade da situação de pobreza no país. Fato justificado na fala das técnicas com relação às famílias em situação de extrema pobreza já inscritas e que ainda não estão cobertas pelo programa. Quando o IBGE aponta que a procura pelo benefício é maior que o número de cotas disponibilizadas pela política de proteção social, precisamos considerar no que tange ao critério de renda, as beneficiárias que participaram desta pesquisa teriam que ser desligadas. Porém, a política ainda não constituiu instrumentos que possam avaliar as particularidades de cada cidadão.

Quanto à proteção básica (saúde, educação e assistência), os objetivos percebidos pelas beneficiárias ficam restritos à “obrigação”, à coerção. Cabe destacar que a cobrança na política de assistência social é usual, pois remete à troca (PEREIRA, 2002). O PBF, segundo o guia de políticas e programas do MDS, afirma que o objetivo das condicionalidades é permitir que as beneficiárias que não atenderem às contrapartidas possam ser identificadas e acompanhadas, assim superando as situações de violação de direitos ou o não acesso à informação e orientação correta.

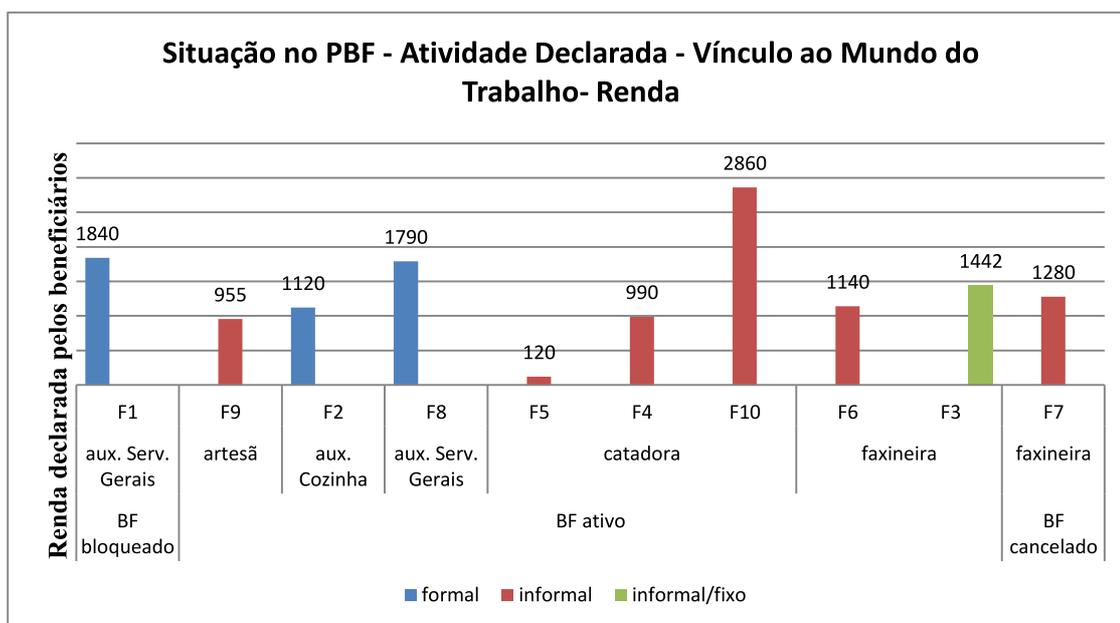
[...] se a gente não leva na escola eles cortam o Bolsa (F4). [...] é um saco, se as crianças faltam, ficam doente a gente tem ir no posto, pegar atestado. [...] não queria mandar ela na escola, só incomoda, tem problemas não aprende, mas sabe né, eles cortam o Bolsa. (F10).

O relato acima evidencia a preocupação do MDS (2008), pois sem compreender a importância da educação, por esta não estar culturalmente inserida na vida da beneficiária, reproduz aos filhos a mesma realidade. Porém, Zimmermann e Silva (2006) pontuam, em seus estudos, que o direito não deve ser acompanhado de imposições e cabe ao Estado garantir a educação, saúde. Os autores também destacam que o PBF é um instrumento de promoção de dignidade e de fortalecimento no acesso a novos direitos a novas conquistas.

Silva e Silva (2007) acrescentam ao debate sobre o PBF que as condicionalidades apresentam desafios a serem considerados, destaca que todos os sujeitos devem ter acesso ao mundo do trabalho e aos serviços e programas ofertados pelo Estado e a insuficiência dos serviços públicos ofertados, a educação infantil, destacado pelas beneficiárias. Estes desafios estão postos na realidade. Os dados construídos na pesquisa apontam resultados pertinentes às conclusões de Pereira (2002), que permitem pensar as condicionalidades como uma ponte, um meio de incluir as beneficiárias nos serviços, no acesso a bens e direitos antes desconhecidos.

Para finalizar este capítulo, um gráfico resumindo a situação das beneficiárias que participaram da pesquisa no PBF, com uma síntese das atividades declaradas e a renda e tipo de vínculo estabelecido no mundo do trabalho.

Gráfico 3 – Situação no PBF – Atividade Declarada –Vínculo ao Mundo do Trabalho - Renda



Fonte: Elaborado pela autora.

No gráfico acima é possível observar que duas beneficiárias estão com seu benefício suspendido. O da F1 está bloqueado e esta relatou que procurou o CRAS para entender o motivo, porém não conseguiu entender o porquê do bloqueio. Fez relação ao fato de estar trabalhando com vínculo formal e renda declarada. E a F7 está com o benefício cancelado, pois passou a receber o BPC para a filha. As demais famílias continuam a receber o benefício normalmente.

Não podemos deixar de registrar o sentimento de esperança, de alegria e a fé que as beneficiárias passaram no decorrer das entrevistas, sempre buscando no cotidiano da vida inspiração para continuar na luta. Os relatos trouxeram situações tristes, de desrespeito, de violação de direitos, porém traziam no rosto, além das marcas da vida, um sorriso, uma fala de superação. O PBF, através da transferência de renda com condicionalidades, possibilitou às beneficiárias a saída da situação de extrema pobreza, o enfrentamento à situação de violência, a recuperação da autoestima, prevendo ações que lhes assegurem manter e ou ampliar a qualidade de vida no contexto as quais estão inseridas. Indicadores, estes, presentes nas falas e nos gráficos apresentados. (PINZANI; REGO, 2013).

5.2 PERCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO PRODUTIVA

Ao desenvolver esta pesquisa, a categoria inclusão produtiva é compreendida na intenção de ampliar o entendimento sobre as diferentes alternativas de geração de trabalho e renda, no que diz respeito à oferta da SMDS, assim como as atividades que as famílias realizam para garantir o sustento dos seus, expressando indicadores no processo de autonomia.

Neste sentido, observamos que, ao perguntar às famílias se estas trabalhavam, 70% delas informou que não e, quando retomamos a pergunta, não enfocando a categoria trabalho, mas sim se realizavam alguma atividade, 100% declararam ter uma atividade e que esta garantia o sustento de sua família. Cabe salientar que o sentimento observado acerca da categoria trabalho remete a um lugar a se chegar, um sonho. Relataram que, em algum momento de suas vidas já haviam trabalhado de carteira assinada, momento que expressaram sentimento de orgulho, de mérito.

Das dez mulheres entrevistadas, seis já trabalharam com carteira assinada, quatro nunca trabalharam e três permanecem no mundo formal de trabalho. As principais atividades desenvolvidas estão concentradas na prestação de serviços domésticos, como faxineiras,

prestação de serviços gerais, como auxiliar de limpeza e auxiliar de cozinheira, na área do artesanato e como catadoras de materiais reciclados.

Com a flexibilização do trabalho a partir do modelo neoliberal implantado no Brasil a partir de 1990, o mercado informal constitui um novo cenário de geração de trabalho e renda. (ANTUNES, 2013). As atividades irregulares, como faxineiras, catadoras e as próprias artesãs são trabalhos instáveis, sem reconhecimento na esfera do direito, sem as garantias da legislação trabalhista.

A ausência de capacitação e ou qualificação das beneficiárias, somadas ao baixo nível de escolarização, reforça esta situação irregular e de desproteção social, que favorece que homens e mulheres trabalhem sem a proteção social e da legislação trabalhista, o que provoca um alto custo social, pois, na informalidade, os trabalhadores estão sujeitos a acidentes, enfermidades ou a uma velhice sem amparo, cabendo às políticas sociais esta responsabilidade e custo.

Com o crescimento da tecnologia, o mundo do trabalho está exigindo um novo modelo de trabalhador. O trabalho, que antes era destinado ao público dito excluído socialmente, passa a ser ocupado pelos trabalhadores que não conseguem acompanhar este padrão com as exigências da tecnologia e da globalização. Com as transformações no mundo do trabalho, a política de assistência social amplia sua cobertura. O público alvo da política era sujeitos em extrema situação de pobreza e exclusão. Agora, com este novo modelo, passam a ser público alvo os trabalhadores, sujeitos que estão inseridos nas esferas do direito e da estima social, mas que perderam sua autonomia quanto ao sustento. (PAUGMAM, 2003).

O autor destaca que a inserção destes trabalhadores deve ser o mais rápida possível, a fim de manter o convívio e o vínculo social. Quanto maior for o período de permanência enquanto usuário da política, mais o sujeito irá perdendo seu *status* de trabalhador, passando à dependente, com risco de chegar a ser tutelado e excluído socialmente. Para atender a população que esta à margem, não só do trabalho formal, mas também da nova normativa que o trabalho informal adquire, a política de assistência social assume a responsabilidade, com esta população, na garantia da proteção social, entre elas a inclusão produtiva. Na SMDC, a inclusão produtiva se dá através dos cursos de capacitação. No decorrer das entrevistas as participantes expressaram sentimentos e percepções acerca dos cursos oferecidos, assim como o que já ouviram falar do termo inclusão produtiva.

Quadro 4 – Percepções sobre os Cursos de Inclusão Produtiva

F1	<i>Fiz um curso pelo Bolsa Família e consegui emprego.</i>
F2	<i>Nunca fiz curso no CRAS, só no Gansa (ONG).</i>
F3	<i>Fiz vários cursos, das Frentes; no Gansa e no Qualilar de doméstica, os cursos são bons ensinam a gente a trabalhar; uns 7 cursos.</i>
F4	<i>Faço os cursos das Frentes de Trabalho. Trabalho que nem condenada, né. Lavo parede, tem que limpar tudo que tiver que limpar. Lá na prefeitura tem que lidar com balde o dia inteiro; o que mata a gente é a escova; não aprendemos nada novo, eu já sei limpar, fiz isso a vida inteira.</i>
F5	<i>Eu tô na Horta comunitária [...] são 10 famílias, cada um tem um terreno, a gente ganha as semente planta, depois a gente pode vender, a gente vai lá 3 vezes na semana; [...] eu não sou de vender, sou mais de dar. A vizinha sempre dá uma coisa ou outra pra gente, então eu sou mais de compartilhar sabe! O projeto é para aumentar a renda que eles querem. Mas é tão pouquinho que não dá, são 6 canteirinhos e se planta assim, agora é só alface...as verduras da época. É um quebra-galho [...] um entretenimento pra gente né. Já fiz cursos de costureira, cozinheira.</i>
F6	<i>Fiz os cursos das Frentes de Trabalho e das Mulheres Mil, me ajudaram, ontem o CRAS ligou tem uma vaga para trabalhar com limpeza.</i>
F7	<i>Faço o curso Mulheres Mil, de limpeza e manutenção. [...] os cursos são de aula na sala de aula e depois nas escolas, na prefeitura fazemos a prática. Também tem os grupos, falamos de trabalho, como surgiu o homem a mulher os direitos; nas aulas a gente aprende a cobrar conforme o metro quadrado da casa [...] tudo tem seu valor. Já fiz 6 cursos.</i>
F8	<i>Tenho 3 diplomas, [...] Foi com os diploma dos das Frentes de Trabalho que eu levei lá no Zaffari e consegui lá.</i>
F9	<i>Os cursos no Gansa (ONG) são bons.</i>
F10	<i>Nas Frentes não cheguei a terminar os cursos, lá a gente trabalha nas obras e na limpeza [...] nos chamamos das fetifeti (risos); Não posso fazer os cursos do SENAI, eu sou analfabeta só me colocam nas Frentes.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se observar, pelo conteúdo das falas das participantes desta pesquisa, que a SMDS de Canoas desenvolve ações diferenciadas para as famílias com baixa ou nenhuma escolaridade e as que possuem uma escolaridade mínima até a 5ª série, ao ofertar os cursos de inclusão produtiva. Este dado também pode ser observado nos gráficos analisados anteriormente. As ações específicas são as FET's e o Mulheres Mil, onde as que possuem até a 5ª série são inscritas nas FET's e as demais, ou seja, com a escolarização acima da 5ª série, podem participar do Mulheres Mil.

A percepção quanto à metodologia dos cursos é plenamente entendida pelas beneficiárias, alegando o fato de não ter uma escolarização “boa”, não podem ter cursos melhores. Esta justificativa cabe pelo fato de que às participantes dos cursos oferecidos pelas FET's não é oferecido o módulo teórico, apenas as aulas práticas. Os encontros são realizados diretamente nos espaços públicos, o que reforça o sentimento de incapacidade, de desvalorização. Também ressaltam que os grupos socioeducativos são separados.

*Nas Frentes, [...] lá a gente trabalha nas obras e na limpeza [...] nos chamamos das fetifeti (risos); Não posso fazer os cursos do SENAI, eu sou analfabeta **só me colocam nas Frentes**. (F10, 2015, grifo nosso).*

[...] Faço os cursos das Frentes de Trabalho. Trabalho que nem condenada, né. Lavo parede, tem que limpar tudo que tiver que limpar. Lá na prefeitura tem que lidar com balde o dia inteiro; o que mata a gente é a escova; não aprendemos nada novo, eu já sei limpar, fiz isso a vida inteira. (F4, 2015).

Aqui a beneficiária relaciona as FET's com o não cheirar bem, ser analfabeta, não ser capaz de aprender. Elas também trazem o trabalho como punição, pelo fato de necessitarem do benefício oferecido pelo curso - as cestas básicas. Sabe-se que a situação de desrespeito, de violência e de pobreza é disparada por diferentes fenômenos sociais. A falha ou a ausência do reconhecimento social, no que diz respeito à autoconfiança, ao autorespeito e à autoestima poderá, segundo Honneth (2003), gerar conflitos sociais. Estes podem fazer-se presentes na vida dos sujeitos de diferentes formas. A ausência da segurança dos rendimentos para o sustento da família provoca nos sujeitos insegurança, o quê, de certa forma, paralisa seu olhar sobre o mundo, não permitindo, assim, que busquem outras formas de superação.

Os cursos de capacitação podem ser disparadores de sentimentos de exclusão, vergonha e desrespeito, mas também podem agregar valor. Sentimentos que elevam a autoestima reforçam as capacidades, as habilidades e empoderam as beneficiárias, conforme os relatos:

Fiz um curso pelo Bolsa Família e consegui emprego. F1 (2015).

Faço o curso Mulheres Mil, de limpeza e manutenção. [...] os cursos são de aula na sala de aula e depois nas escolas, na prefeitura fazemos a prática. Também tem os grupos, falamos de trabalho, como surgiu o homem a mulher os direitos; nas aulas a gente aprende a cobrar conforme o metro quadrado da casa [...] tudo tem seu valor. (F7, 2015).

Tenho 3 diplomas, [...] Foi com os diploma do das Frentes de Trabalho que eu levei lá no Zaffari e consegui lá. (F8, 2015).

Esta ambivalência de percepções quanto aos cursos está diretamente relacionada ao critério da escolarização. Porém, outros indicadores podem ser refletidos, como, por exemplo, ao oferecer-se sempre a mesma formação. Não há investimento em novos cursos, novas propostas, em especial para as beneficiárias do PBF com baixa escolaridade. Nos cursos oferecidos pelos Pontos Populares, as participantes evidenciaram não compreender a lógica da proposta, não havendo um entendimento enquanto projeto futuro de renda. Quanto aos cursos de corte e costura e de artesanato, as participantes que realizaram trouxeram que não foi agregado conhecimento, pois os cursos começaram e não havia professores, uns ajudaram os outros, ensinavam o que sabiam. O professor chegou já no final do curso. Soma-se a este dado as falas das técnicas sociais de que muitos cursos precisavam ser revistos, em especial as FET's. Os cursos abrem suas inscrições e não possuem a estrutura mínima necessária para seu desenvolvimento, não havendo definição de qual capacitação será ofertada, os dias que ocorrerão, o local, o número de vagas. Outro indicador importante a ser revisto é o transporte para as usuárias. É um benefício na intenção de garantir a participação, mas os vale-transportes são entregues somente após a conclusão do curso.

No decorrer da operacionalização da política de proteção básica dentro da segurança de rendimentos (MDS, 2014), é necessária uma reflexão crítica acerca das alternativas de geração de trabalho e renda que a SMDS está oportunizando. A política de assistência social, na responsabilidade de garantir a proteção social, entre elas a segurança de rendimentos, acaba por restringir suas ações, imprimindo um caráter compensatório, com cesta básica e transferência de renda, na intenção dos mínimos sociais e focalizado suas ações na oferta de cursos de serviços gerais, por acreditarem ser estas as melhores opções de inserção no mundo do trabalho. Porém, esta prática poderia ser ampliada quando pensadas em políticas de proteção social integradas com as demais políticas públicas, como o Desenvolvimento Econômico e a Educação.

Ações isoladas, mesmo enquanto política pública, de trabalho e renda, tende a não responder às necessidades impostas pelo modelo neoliberal. O alcance das ações torna-se restrita a um público específico. As famílias envolvidas nos cursos vivenciam sentimentos de insegurança no que se refere às atividades precárias que realizam e às expectativas futuras, pois sabem que a renda de faxinas e serviços gerais é baixa e instável. Neste processo não são partilhados valores coletivos para pensar estratégias de superação no grupo. Os questionamentos e medos são internalizados, pois há a vergonha e a sensação de não pertencimento.

A participação nos cursos deve permitir o fortalecimento das capacidades e habilidades no que dizem respeito à convivência social através da socialização e das vivências, assim permitindo acionar desejos ainda desconhecidos e, a partir destes, buscarem seus direitos através das políticas de habitação, saúde, educação, entre outras.

Mais um indicador que reforça a necessidade da SMDS pensar novas estratégias para os cursos de inclusão produtiva é que, no decorrer da pesquisa, todas as participantes relataram “nunca” terem escutado a palavra inclusão produtiva. Abaixo a síntese dos conteúdos.

Quadro 5 – Síntese das respostas sobre o termo Inclusão Produtiva

<i>JÁ OUVIRAM FALAR EM INCLUSÃO PRODUTIVA?</i>	
<i>F1</i>	<i>Não.</i>
<i>F2</i>	<i>Não (risos).</i>
<i>F3</i>	<i>Não.</i>
<i>F4</i>	<i>Não, que bicho é esse? (risos).</i>
<i>F5</i>	<i>Não.</i>
<i>F6</i>	<i>Nunca ouvi falar.</i>
<i>F7</i>	<i>Não.</i>
<i>F8</i>	<i>Não, não ouvi [...] o que é?</i>
<i>F9</i>	<i>Não, nunca ouvi falar...</i>
<i>F10</i>	<i>Não, nunca ouvi falar [...]. Sabe eu gostaria de fazer um empréstimo, para comprar mais um cavalo, ai ficava com três carroças, uma comigo, outra meu filho e posso chamar mais uma mulher. O povo precisa trabalhar [...] aqui tem muita mulher que cata [...] sabe, se tu sair todo dia tu tem material [...] eu catando tiro R\$600,00 por semana, fora os fretes que faço, coloco uma brita no pátio, mas R\$60,00 por semana [...] Saio às 4hs da manhã, retorno às 12hs, levo as crianças na escola, volto a trabalhar às 13hs e fico até escurecer, uma 18hs [...].</i>

Fonte: Elaborada pela autora.

No segundo capítulo desta dissertação, abordamos teoricamente o termo inclusão produtiva, o qual é compreendido como um processo, ou seja, todo o caminhar do sujeito até a inserção no mundo do trabalho, seja este formal ou informal. E este acesso permite às famílias transformarem ou ressignificarem sua participação na sociedade. O instrumento para este

processo são as políticas sociais, as quais, em suas diretrizes, propõem ações a fim de fortalecerem habilidades e potencialidades para esta integração. (MARTINS, 2002).

O sentimento de não saberem o que significa inclusão produtiva não implicou no fato das famílias acionarem as políticas sociais. Ao comparar o quadro acima, o fato de não compreenderem e nunca terem escutado o que é inclusão produtiva, com os relatos das técnicas, é possível estabelecer uma relação que justifique as respostas.

No decorrer da pesquisa as técnicas relataram que, nos grupos de fortalecimento, não havia uma abordagem específica quanto à palavra inclusão produtiva. Os temas circulavam em torno da autonomia, em uma perspectiva mais macro, com temáticas referindo-se às condicionalidades do PBF, às questões de violência na família, à importância da documentação, entre outros temas relevantes ao grupo. Outro dado importante é que as atividades ditas irregulares, que são desenvolvidas pelas beneficiárias, não são potencializadas e investidas como a política do PBF preconiza, por estas serem compreendidas pelas técnicas como “bicos”.

Conforme Antunes (2013, p. 177), “se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura [...] o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se”. Quando não há espaços que valorizem as atividades produtivas ditas informais, reforça-se a centralidade no trabalho formal, impossibilitando a construção de novas formas de pensar a inclusão produtiva.

Mesmo com os atravessamentos referentes às ações de inclusão produtiva que preconizam o PBF e o entendimento das técnicas na operacionalização do programa, cabe ressaltar que as beneficiárias, mesmo sem perceber ou ter uma consciência crítica das suas conquistas enquanto trabalhadoras, sujeitos de direitos, estão inseridas no mundo do trabalho, como já dito, mesmo sem esta legitimidade reconhecida no mundo privado e no público.

Eu trabalho na limpeza, já faz dois anos e três meses de carteira assinada, das 10hs às seis da tarde. (F8, 2015).

Eu tô nessa vida ai, na carreta, faço meus biscate; faço minhas faxina. (F4, 2015).

Eu faço tapete, faço cadeiras e vendo temperos e também eu cato na rua e depois vendo nos ferro velhos. (F5, 2015).

Faço os cursos “Mulheres Mil” de limpeza, estou esperando que me chamem. Também faço alguns de artesanatos para vender... (F6, 2015).

Faço faxina, limpeza nas casas, tenho duas fixas. (F7, 2015).

[...] só faço os cursos no Gansa de artesanato, o que faço aqui vendo na minha rua. (F9, 2015).

Outro aspecto fundamental da inclusão produtiva, no sentido subjetivo, é a percepção das mulheres enquanto sujeitos com desejos, de direitos e este sentimento perpassando novas conquistas, como mulheres que romperam com situações de violência, saíram de casa e buscaram novos espaços de vida.

Eu trabalho na escolinha de Auxiliar de Serviços Gerais; É de carteira assinada, [...] Nos finais de semana faço bicos de faxineira e como pintora, me sustento e sustento minha filha. Com o trabalho me separei, tava cansada de ser humilhada. (F1, 2015).

Eu trabalho como auxiliar de cozinheira no Hospital Nossa Senhora das Graças, 6 horas por dia; Trabalho de carteira assinada já há 8 anos. [...] é maravilhoso trabalhar. Ter teu dinheiro no final do mês. Não depender de homem nenhum, poder escolher o que comprar. É muito bom. (F2, 2015).

Em outros relatos, declaram ser a única fonte de renda e sentem-se orgulhosas por não dependerem de ninguém, como F3 (2015): “*Eu faço faxina, tenho duas casas fixas de 15 em 15 dias; me sustento e sustento meus filhos, meu marido está encostado*”. As transformações nos padrões normativos estabelecidos alteram os valores éticos, sociais e econômicos. Muitas destas mulheres estão imprimindo uma nova relação com a sociedade e esta nova relação, sendo construída com reconhecimento social (HONNETH, 2003), conforme relato de F10 (2015): “*Eu estou trabalhando para mim mesma [...] junto pet, faço fretes [...] cuido dos meus filhos, do meu marido, sustento minha casa. Nunca assinei a carteira, eu queria abrir um negócio, pagar meu INPS*”.

Observa-se que as pretensões subjetivas estão fortemente vinculadas com a família, no cuidado e na proteção, valores materiais e simbólicos que se misturam, mas que, porém, se complementam. Todas as pretensões, sonhos e projetos futuros têm como norte o bem estar com a família.

Outra pretensão subjetiva que identificamos na pesquisa é em relação ao outro, a preocupação com o outro, o igual. No processo da pesquisa foi comum observar e identificar, no conteúdo das falas, ações de solidariedade, de partilhar bens materiais com pessoas da comunidade por já terem vivenciado o mesmo dilema. Este cuidado com o outro remete à estima social, à crença na força do coletivo, evidenciado pela fala da F5 em dividir a produção do seu canteiro na horta comunitária, no empréstimo da carroça e do cavalo para o vizinho não perder sua venda de materiais reciclados, na ajuda através da cedência de móveis, madeiras e utensílios para melhorar a vida do outro, entre outras ações.

Neste contexto, fortalece-se a ideia de inclusão como um sentimento maior, de fazer parte, estar incluído socialmente e produtivamente, uma nova alternativa de modo de vida, de economia, de pensar a emancipação social, onde as políticas públicas e sociais passam a ser articuladas e complementares entre si, assumindo o papel de mediador, fomentador e incentivador deste ideário. (SOUSA, 2004).

Pensar modelos de inclusão produtiva é ir muito além da distribuição de renda, é oferecer aos sujeitos oportunidade de formar um novo *ethos* social, um novo modo de vida, fortalecendo e desenvolvendo capacidades individuais e coletivas, a partir de novas formas de sociabilidade, novas formas de organização social, desconstruindo modelos cristalizados de relações de produção e construindo novas culturas, novos valores. (SEN, 2000).

Incentivar novas alternativas de vida é fortalecer a autonomia, reconhecer os sujeitos nas esferas do direito e da estima social, legitimando e ampliando conceitos de qualidade de vida – alimentação, moradia, educação, permitindo, desta forma, novas culturas, novos modelos normativos com livre participação e com construções de vida coletiva, espaços que promovam reais ações contra-hegemônicas e que fomentem novos projetos societários.

Tais ações estão na contramão do processo histórico capitalista. Necessitam aprofundar os debates em torno destas alternativas a fim de legitimar, ou melhor, reinventar economias alternativas. Conforme Santos (2006, p. 25), “a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas”.

Segundo o autor, nestas novas relações, novos diálogos são estabelecidos na construção e reconstrução de diferentes normativas de justiça social e, a partir da socialização dos diferentes saberes e práticas, torna-se possível construir uma sociedade mais inclusiva, mais democrática. (SOUSA, 2004). Para pensar a inclusão produtiva, hoje, é preciso romper com os modelos e heranças deixados pela modernidade, a qual limita o mundo do trabalho formal, reconhecendo as diferentes alternativas de inclusão produtiva não capitalista e, assim, oferecendo reais oportunidades, como por exemplo, as catadoras da pesquisa. Elas garantem o sustento de suas famílias com a reciclagem. A renda desta atividade, em média, ultrapassa dois salários mínimos, sendo que uma das beneficiárias já emprega outra família, gerando mais renda na comunidade.

É imprescindível discutir a reorganização das relações de produção por parte da SMDS. É preciso valorar as atividades que geram renda para as famílias e para a comunidade local. Hoje, no Guajuviras, há duas iniciativas de economia solidária na perspectiva da reciclagem. As participantes da pesquisa declararam que é significativo o número de mulheres

que trabalham informalmente como catadoras. Porém, seu produto é comercializado por atravessadores, o que faz com que percam parte do seu lucro. A relação desigual no mundo do trabalho está no cerne dos conflitos sociais. Quem detém os meios de produção acaba regulando o mercado e reforçando o modelo dominante. De acordo com Honneth (2003), pensar novos modelos de uma vida melhor é ir além da distribuição de renda. É oferecer, aos participantes das políticas de inclusão produtiva, oportunidades de fato para formar um novo *status* através do desenvolvimento de suas capacidades. É olhar para o que o sujeito tem de melhor, o que sabe fazer, tanto individual como no coletivo, assim desconstruindo modelos cristalizados de relações de produção e construindo novas culturas de bem viver.

Para Honneth (2003), a emancipação social é conquistada na participação dos sujeitos em diferentes contextos sociais. E é nestas interações que agregam valores, como os cursos e grupos da inclusão produtiva em que os sujeitos se fortalecem, assim permanecendo inseridos socialmente e incluídos, de alguma forma, no mundo do trabalho.

5.3 PERCEPÇÕES ACERCA DA ESFERA DO DIREITO E DA ESTIMA SOCIAL

Falar em reconhecimento social é falar no acesso dos sujeitos nas dimensões do direito e da estima social. É compreender o processo de transformação das dimensões material e subjetiva desenvolvidas pelos sujeitos sobre si mesmos e na relação com o outro, na construção do autorespeito e da autoestima. (HONNETH, 2003). Para o autor, o processo de reconhecimento está vinculado às situações de injustiças e de negação dos direitos.

As beneficiárias da política de assistência social, ao acessarem seus serviços, programas e projetos, buscam por justiça, por inclusão social e produtiva, pois estas são público alvo por estarem em situação de vulnerabilidade social, ou seja, vivenciam, em seu cotidiano, a pobreza, o desemprego, a fome, entre outros fenômenos presentes na questão social.

As participantes e beneficiárias do PBF relataram, no decorrer da pesquisa que, em algum momento de suas vidas sofreram algum tipo de desrespeito, de negação ou privação de seus direitos. Mesmo a nossa CF (1988) legitimando que somos sujeitos de igual valor na sociedade, com direito ao trabalho, à saúde, à moradia digna, à educação, entre outros, as beneficiárias vivenciam condições precárias em suas moradias. Muitas destas foram conquistadas por movimentos de ocupações, terrenos cedidos por parentes ou amigos ou, ainda, pagam aluguel ou moram de favor. Outra situação de desrespeito é quanto à

inserção no mundo do trabalho, quando a baixa escolarização limita a inserção no mundo formal de trabalho, ocupando atividades irregulares, como catadoras, faxineiras ou na limpeza geral.

Segundo Honneth (2003, p. 197),

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorespeito”.

O processo do autorespeito é conquistado no convívio coletivo em sociedade. Quando este direito é negado, ou negligenciado, os sujeitos passam a vivenciar situações como as compartilhadas nesta pesquisa. A principal situação de violação de direitos relatada pelas beneficiárias foi a ausência de escolarização. Apenas 20% das participantes chegaram ao 7º ano do ensino fundamental, 60% cursaram até o 3º ano e outros 20% são analfabetas. No diálogo estabelecido nas entrevistas, as participantes expressaram sentimento de vergonha ao trazerem, em suas falas, situações que as deixavam constrangidas.

Ser tão analfabeta, por que tem coisas que a gente fala sem saber, até fala errado, eu falo e as pessoas dão risadas de mim por isso. (F3, 2015).

[...] eu trabalho desde 6 anos, sempre morei na casa dos outros, tinha que trabalhar [...] com seis anos cuidava d'uma senhora e limpava a casa, nunca estudei, né. (F8, 2015).

Entre as situações de violência, as falas registram momentos de grande risco para as beneficiárias, pois há envolvimento com o tráfico de drogas, violência doméstica, preconceito. As situações de violência perpassam por todas as outras situações de desrespeito.

Seguem relatos de situações de desrespeito, de vergonha e violação de direitos experienciados pelas participantes da pesquisa:

[...] as pessoas sempre te julgam, ninguém quer saber o que tu passou. [...] fiquei 22 anos casada. Eu chegava em casa podre de cansada[...] Ai chegava em casa, ele (companheiro) estava bêbado e dizia: “Ah, tu tava dando”. Muita humilhação...tu vai...vai...tu cansa.... Peguei minha filha de 15 anos, os outros são mais velho e fui embora [...] Hoje os problemas são outros [...] Estou com muita vergonha, não consigo pagar o aluguel, já é o segundo mês, tô com medo do dono me mandar embora. (F1, 2015).

[...] eu vi meu companheiro ser assassinado dentro da minha casa, na minha frente, me desiludo, perdi tudo, deixei tudo [...] Meu irmão falou das ocupações aqui no Guajuvira me deu uma lona e eu vim pra cá, fiquei 7 anos, ai me ergui, consegui me levantar, fiz minha casinha. Me aborreci, meu filho começou a usar droga. Se envolveu com dois bandidos, camuflaram ele a pau e me ameaçaram. Hoje um filho tá preso, o outro tá na vida. Ai eu peguei e larguei também lá. Ai fui para o Beco dos Tris Pouco a pouco consegui, mas minha filha se envolveu com bandido, teve gêmeos eu que tô cuidando, a vida é difícil mais tô ai...não me entrego. (F4, 2015).

Ai a gente na rua a gente aguenta uns desaforos. Por que tem umas mulher bem ignorante né? Um dia desses uma encarnou num dos meus guris, eu fui lá e já botei a boca na velha (sic). Ela disse que os meninos estavam bagunçando os lixos [...] Ah aquele negrinho bagunçou sim [...] Alto lá isso é racismo [...] Falei para ela é porque tu não precisa [...] não é só preto que trabalha na carroça, tem branco também. [...] ela chamou meu outro guri de negro preto [...] nós tamo trabalhando [...] eu disse 'tá errado, não é porque eu tô trabalhando na carroça que eu não tenho educação'... Eles sempre querem pisar em cima dos outros só porque alguns são melhor do que os outros...Tão num lugarzinho melhor? Eu acho errado. Sabe na vida já vivi de tudo [...] Hoje moro de favor aqui, um amigo que me emprestou, eu cuido pra ele, ela tá preso. (F10, 2015).

Quando este sentimento de desrespeito torna-se coletivo e sistemático, ou seja, agregando diferentes sujeitos por diferentes formas de violação de direitos em um determinado território ou sociedade, acaba por instituir processos de estigmatização, promovendo os cidadãos a um *status* de subcidadania, a qual nega a identidade social destes sujeitos e passa a atribuir categorias socialmente construídas a partir de um modelo tradicional burguês, como incapazes.

No Brasil, assim como em Canoas, o processo de cidadania vem ocorrendo paralelo ao avanço na implementação das políticas públicas. (CARVALHO, 2001). A cidadania ou o reconhecimento social, enquanto sujeito de direito, está vinculado aos resultados alcançados pela política de proteção social. Avanços, estes, que ampliam a cobertura da proteção social, como na pesquisa, onde o reflexo da ampliação das ações da política de proteção social está relacionado aos participantes no PBF, com a transferência direta de renda. Em seguida, cita-se o acesso à documentação, quando todas as beneficiárias participantes declaram possuir todos os documentos. Quanto ao acesso ao mundo do trabalho, as participantes citam os cursos como um meio. Todas as beneficiárias conhecem e já acessaram o CRAS, por diferentes motivos.

Quadro 6 – Síntese do acesso à política de proteção social básica - CRAS

<i>VOCÊ CONHECE E JÁ ACESSOU, ALGUMA VEZ, O CRAS?</i>	
<i>F1</i>	<i>Sim, já fui lá para refazer o cadastro do Bolsa Família. [...] nunca participei de nenhum grupo.</i>
<i>F2</i>	<i>Sim, faço o recadastro do Bolsa Família.</i>
<i>F3</i>	<i>Sim, a gente faz lá as inscrições pros cursos; Já participei de grupos lá.</i>
<i>F4</i>	<i>O CRAS é uma belezura, só reunião, só sentadinha, trazem doce, agente come bastante, a gente dança, se apresenta. No CRAS a gente refleti coisas boas e leva coisas boas.</i>
<i>F5</i>	<i>Sim, recebo o Bolsa e faço os cursos lá, agora tô na Horta Comunitária; já fui nos grupos.</i>
<i>F6</i>	<i>Sim, a gente faz as inscrições pros cursos [...] Também participei dos grupos falavam sobre os direitos das mulheres [...].</i>
<i>F7</i>	<i>Sim, faço os cursos, lá que a gente se inscreve.</i>
<i>F8</i>	<i>Eu usei muito, por causa dos cursos, a psicóloga, foi ai que comecei a gostar de mim, de ser mais eu. [...] no CRAS tu consegue os documentos, faz cursos e emprego.</i>
<i>F9</i>	<i>Sim, lá eles ajudam a gente, uma psicóloga, tem dias que a gente não acorda bem, né? A gente marca psicóloga, eu converso com ela [...]</i>
<i>F10</i>	<i>Sim, fiz cursos lá, peguei rancho, ajudou para colocar as crianças na creche. [...] Nunca fiz os grupos [...] Tô fora , Tô fora de tudo.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

O acesso aos serviços oferecidos pelo CRAS evidencia o processo de reconhecimento dos sujeitos quanto à esfera do direito. Esta esfera busca ampliar as relações e interações sociais para o todo da sociedade. Acessam novas normativas de convivência, permitindo romper com situações de exclusão. Ao acessar o CRAS, as beneficiárias da política passam a se enxergar como sujeitos, com direitos iguais aos demais da sociedade. Assim, passam a aderir às normas sociais, sentimento que reflete o pertencimento e o autorespeito.

A atitude positiva que os sujeitos podem tomar em relação a si mesmos, quando eles adquirem esse reconhecimento legal, é a de auto-respeito (sic) elementar. Eles se tornam capazes de compartilhar, na comunidade, os atributos de um ator moralmente competente. As relações legalmente fundamentadas [...], permitem a generalização de seu ambiente característico de reconhecimento, nas duas direções da extensão material e social dos direitos. (HONNETH, 2007, p. 86).

Canoas, especificamente o bairro Guajuviras, reflete muitos contrastes sociais, fato que o tornou, pelo Ministério de Justiça, território de paz. Este conjunto de desigualdades

sociais produz uma sensação de mal-estar, provocado pela incerteza em relação ao amanhã. A participação e o acesso ao CRAS e às políticas de proteção social possibilitam aos sujeitos socializarem seus conflitos. Inseridos nos cursos de inclusão produtiva e ou nos grupos de convivência, os sujeitos partilham suas experiências e vivências. Nesta partilha, também olham de forma diferente as situações antes vistas apenas por um ângulo e, principalmente, os diferentes meios de enfrentá-las e superá-las.

Toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito (sic), de pretensões de reconhecimento, contém novamente em si, a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política. (HONNETH, 2003, p. 224).

O desejo por reconhecimento social, construído a partir de pequenas trocas e partilhas nos cursos de inclusão produtiva e ou nos grupos de convivência, desperta nos sujeitos a necessidade de organização em grupos para lutar por melhorias na própria comunidade. O sentimento de solidariedade, que já se faz presente na comunidade, é impulsionado pelos movimentos dos grupos sociais, o que gera novos conflitos e, estes, novas conquistas. (HONNETH, 2003).

Para o autor, para avançar na luta por reconhecimento social é fundamental pensar no fortalecimento da subjetividade individual, o “eu” e o “eu-coletivo”, para, assim, engajar em lutas por novas normativas, novos modelos, novos valores sociais. Neste contexto, foi possível observar que as famílias estão inseridas em um processo constante de busca para o enfrentamento de sua realidade. Mesmo que a motivação maior nos cursos de inclusão produtiva esteja condicionada ao benefício das cestas básicas, o que remete à condição de assistidas, a articulação, a inserção e a participação nos diferentes programas e projetos sociais, podem ser instrumentos para despertar uma consciência coletiva sobre as situações de desrespeito, de injustiça e, a partir deste movimento, ensejar lutas por reconhecimento social. (HONNETH, 2013).

Este comportamento, em parte, rompe com o paradigma dominante em que as beneficiárias são pessoas que não se esforçam, que ficam tuteladas pela política, que não procuram se qualificar. A pesquisa evidenciou que elas buscam, sim, a qualificação e questionam o aproveitamento nos cursos. Mesmo estabelecendo uma relação direta com o PBF em relação à escola, conseguem avançar e compreender o quanto o estudo poderia ter alterado suas vidas, desejando, para os filhos, um futuro melhor. Em nenhuma entrevista houve relato de crítica às condicionalidades do PBF e as mesmas demonstram compreender os critérios exigidos.

Mas é notável o esforço que dispensam para manter-se inseridas socialmente. Souza (2009) nos ajuda a refletir que, muito mais que entender a pobreza a partir das situações vivenciadas pelos sujeitos, é preciso compreender a pobreza nos aspectos macro da economia e da sociologia. É preciso reconhecer que as experiências vividas pelos beneficiários das políticas de transferência de renda e sujeitos dos cursos de inclusão produtiva, possuem experiências de superação que devem ser socializadas, servindo de exemplo para pensar-se novas formas de enfrentamento à desigualdade social. O quadro abaixo identifica os projetos futuros, o que mostra o sentimento de resistência e de luta por um novo amanhã.

Quadro 7 – Síntese das respostas sobre seus sonhos futuros – (projeto de vida)

<i>QUAL SEU SONHO?</i>	
F1	<i>Eu quero arrumar um amor. [...] e se Deus quiser, ter minha casa [...]</i>
F2	<i>Eu queria um dia sair de férias, passear com as crianças, ainda não dá. [...] Construir minha casa. [...] gostaria de emagrecer, fazer uma lipo; [...] mas no fundo do meu pensamento eu queria mesmo é estudar, queria saber mais [...]</i>
F3	<i>Meu sonho é construir minha casa, [...] ter conforto é bom. [...] sabe quando eu era criança eu queria ser médica, (risos) hoje poderia ser enfermeira, [...] e eu vou realizar esse sonho ainda. Quero voltar a estudar, fazer o EJA.</i>
F4	<i>Fazer minha casa. Trabalhar com tijolos.</i>
F5	<i>Eu gostaria de botar uma loja, um brechó.</i>
F6	<i>Trabalhar, ter meu dinheiro... [...] Lá fora não tinha sonho [...] Eu não tinha tempo [...]</i>
F7	<i>Passar no concurso da prefeitura, a professora do curso esta nos ajudando.</i>
F8	<i>Aumentar e melhorar a casa.</i>
F9	<i>Um sonho [...] eu já começo a chorar [...] Eu queria ter um negócio próprio de artesanato.</i>
F10	<i>É ter minha casa, meu terreno [...], e ter meu negócio próprio, ser chefe.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

A atitude positiva que um sujeito pode tomar em relação a si mesmo, quando reconhecido dessa forma, é a da auto-estima: ao se achar estimado por suas qualidades específicas, o sujeito é capaz de se identificar totalmente com seus atributos e realizações específicas. [...] o relacionamento de reconhecimento associado à solidariedade incorpora o princípio da diferença igualitária, que, resultante da pressão que vem dos sujeitos individualizados, pode se desenvolver mais plenamente. (HONNETH, 2007, 87).

Quando os sujeitos olham para si e conseguem se reconhecer enquanto iguais, buscam seus direitos e acessam serviços para alterar a realidade em que vivem, evidenciam movimentos de estima social. A estima social parte da valorização das habilidades, das competências, do seu carisma na comunidade e de sua autoestima. O sujeito, quando ocupa este *status* de valorização social, enseja lutas coletivas por um bem comum, promove e fortalece a identidade de um grupo, assim reconhecendo o outro como um ser valioso.

Para pensar ações e movimentos que disparem possibilidades de mudança nos padrões e normativas já instituídas, serão necessários espaços que permitam aos sujeitos expressarem as situações de desrespeito e, a partir do movimento de indignação e de resistência, fortalecer as lutas por reconhecimento social.

Cabe avaliar que, no que diz respeito à esfera do direito, as políticas sociais, mesmo que fragilmente, vêm oferecendo este espaço. A pesquisa aponta como alternativa de fortalecimento da estima social, os cursos de inclusão produtiva por este espaço permitir desenvolver e fomentar, tanto a dimensão subjetiva, que corresponde aos desejos, aos sonhos e ao querer uma vida melhor, quanto à dimensão material, que concretiza, de fato, o acesso a bens e serviços, assim ocorrendo o reconhecimento do sujeito, sua autorealização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo mapear as principais ações de inclusão produtiva no município de Canoas, bem como compreender o sentimento de reconhecimento social das beneficiárias, através do Programa Bolsa Família (PBF), objeto empírico desta pesquisa, identificando os efeitos materiais e subjetivos atribuídos à inclusão produtiva e como estes são construídos, considerando as esferas do direito e da estima social.

A pesquisa define como público alvo, as beneficiárias do PBF referenciadas no CRAS Nordeste, uma das unidades onde ocorre a operacionalização da política de proteção social básica no município, ofertando um conjunto de serviços à população por meio do PAIF, do PBF, do BPC e da oferta de cursos de capacitação para a inclusão produtiva aos indivíduos e suas famílias em vulnerabilidade social e risco social.

A pesquisa evidenciou, como principais ações de inclusão produtiva no município, as Frentes de Trabalho Emergencial e o PRONATEC/Mulheres Mil. Ambos são direcionados à população em situação de pobreza, com baixo nível de escolaridade e com oferta de qualificação na área de serviços gerais, como faxineira, catadora e artesã, a partir de materiais reciclados. Evidenciou-se, no decorrer da pesquisa, que as beneficiárias já realizaram mais de um curso, algumas já com seis diplomas. Todas as entrevistadas já realizaram algum curso ofertado no CRAS, onde três foram encaminhadas para o mercado formal de trabalho e permanecem. As demais continuam realizando algum curso de inclusão produtiva e desenvolvendo atividades irregulares, ou seja, não reconhecidas pelo sistema de previdência social.

As principais ações de inclusão produtiva ficaram centralizadas na SMDS, não dialogando com outras políticas públicas do município, o que limitou sua abrangência no que diz respeito à inserção das beneficiárias ao mundo do trabalho. O impacto desta centralidade reflete na restrição do limite de vagas, na diversificação dos cursos, na qualidade e, principalmente, no monitoramento e avaliação dos cursos na vida dos beneficiários como, por exemplo, os índices de inserção das mulheres no mundo do trabalho e as melhoras na qualidade de vida. Outra questão pertinente é a reincidência das beneficiárias nos cursos, para além do vínculo da cesta básica, o que justifica a necessidade de um diagnóstico sobre os projetos de inclusão produtiva na SMDS.

A inclusão produtiva ainda requer mudanças de paradigmas enquanto garantia da política social, pois a superação dos aspectos econômicos é urgente. O município de Canoas, através da SMDS, atende, na maioria, sujeitos fragilizados econômica, cultural e socialmente. A grande maioria que acessa a política de proteção são mulheres, chefes de suas famílias,

responsáveis pelo sustento da casa. Estas possuem baixa ou nenhuma escolarização, estando excluídas do mundo do trabalho formal, com renda inferior ao salário mínimo, algumas em estado de extrema pobreza e sem nenhuma renda.

Dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), registram melhorias nas condições habitacionais, nos cuidados com a saúde, na frequência e no progresso escolar das beneficiárias do PBF, identificando, porém, diminuição na participação no mercado de trabalho formal. Em consonância com os dados identificados nesta pesquisa, apontam que este comportamento resulta da incompreensão das famílias sobre as regras do programa, gerando receio de trocar a transferência de renda estável por um vínculo laboral “instável”, ainda que formal, visto que as atividades desenvolvidas no mercado informal não são consideradas nas pesquisas.

Quanto ao vínculo das beneficiárias no PBF cabe, além do fator acima exposto, ao não reconhecimento da vida pública, restringindo sua existência ao mundo privado, pois ao acionarem as políticas de proteção social não relacionam a dimensão de direitos, mas sim de “ajuda”. Mesmo com uma renda *per capita* superior ao critério de situação de pobreza e ou extrema pobreza, sentem-se dependentes e esta dependência acaba por ser condição indispensável para sobreviver. (PAUGAM, 2013).

O autor acrescenta que o sentimento de dependência resulta no enfraquecimento dos vínculos sociais, os quais mantêm os sujeitos integrados socialmente. Este sentimento de não pertencer, de não igual, fragiliza o sujeito nas esferas do direito e da estima social, evidenciando, novamente, a necessidade de ressignificar o termo inclusão produtiva e validar novas formas de economia não formal.

Os autores Pinzani e Rego (2013) identificam, em suas pesquisas, que as mulheres beneficiárias do PBF ainda não conquistaram sua independência financeira, mas que saíram da situação de extrema pobreza e mendicância, passando a ser pobres. Estas conquistaram espaços de liberdade, o que pode ser indicativo da ampliação da vida privada para a pública. Outro indicador apontado pelos autores é o fortalecimento das relações sociais no âmbito familiar e comunitário, atribuindo valor e reconhecimento social às famílias, tanto na dimensão material, pois passam a controlar e gerir seus custos, quanto na dimensão subjetiva, identificada na elevação da autoestima, no poder de escolher o que comprar e onde comprar, reconhecendo suas necessidades e seus desejos. Em uma comparação entre os dados das pesquisas, pode-se afirmar que os resultados são similares, porém nesta pesquisa não foi possível identificar nas beneficiárias uma consciência de sua condição, pois ainda continuam recorrendo ao CRAS, à política de proteção social.

Outro dado similar às pesquisas de Pinzani e Rego (2013) é em relação ao sentimento equivocado de acomodação por parte dos beneficiários do programa, encontrando-se, no entanto, muito trabalho, muita luta por uma vida melhor. A pesquisa pôde concluir que a informalidade, por parte de 70% das participantes, não corresponde apenas à dificuldade de acesso ao mundo do trabalho. Devemos considerar as questões subjetivas e materiais, a partir das escolhas das mulheres em estarem incluídas formalmente e com um salário mínimo ou trabalharem informalmente e conseguir ampliar a renda.

A inclusão produtiva dialoga com a Teoria do Reconhecimento por também primar pelo plural, ou seja, sua construção é constituída nas inter-relações, na família, na comunidade, nos grupos sociais, nos cursos de capacitação nos programas sociais, entre outros. Porém, estamos inseridos em uma sociedade marcada por um modelo econômico excludente, o qual incentiva e promove o individualismo, a concorrência, a disputa por *status* social. Este modelo fratura o tecido social, havendo uma ruptura nas inter-relações dos sujeitos sociais. O sentimento de ser reconhecido socialmente não está mais vinculado à honra e à estima deste sujeito perante o coletivo, mas sim, ao sucesso individual na relação de produção no mundo do trabalho.

Uma parte da honra garantida pela hierarquia se democratizava, em certo sentido, ao outorgar-se a todos os membros da sociedade um respeito igual por sua dignidade e autonomia como pessoas jurídicas, enquanto a outra parte permanecia *meritocrata*, em certo sentido: cada um desfrutaria da estima social segundo seu êxito como *cidadão produtivo*. (HONNETH, 2003, p. 112).

Assim, as beneficiárias, para sentirem-se pertencentes e sujeitos de direitos, precisam reconhecer o outro como igual e, a partir desta inter-relação, sentirem-se reconhecidas como cidadãs de direitos. A esfera da estima social é construída através das relações sociais proativas ou não, mas que geram espaços onde os sujeitos possam reconhecer suas habilidades e suas potencialidades. Este reconhecimento ocorre a partir da relação no coletivo, agregando valores, alterando modelos normativos na sociedade através da participação, o que foi possível identificar nas pesquisas, nos espaços oferecidos pelos serviços ofertados pelo PAIF, como os grupos socioeducativos ou de fortalecimento.

Mesmo que os grupos socioeducativos não atendam à totalidade social que demanda da realidade de vida de cada beneficiário, ali eles podem expressar sentimentos de desrespeito, e estes, compartilhados e socializados, podem mobilizar o desejo coletivo por mudanças, na inserção dos movimentos sociais, das associações de bairro, de igreja. Este desejo pode-se traduzir como sentimento moral de justiça de “luta por reconhecimento”. (HONNETH, 2003).

[...] trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 257).

Conforme o autor, o reconhecimento é um “dispositivo de proteção intersubjetiva que assegura as condições de liberdade objetiva e subjetiva” (HONNETH, 2003, p.274), o que pode ser evidenciado nesta pesquisa quando as beneficiárias, através de diferentes atividades produtivas praticadas, estão assegurando as condições de sobrevivência de suas vidas, permitindo certo grau de liberdade, de poder de decisão e de escolhas.

A inclusão produtiva permite que o processo de reconhecimento dispare um conjunto de dispositivos que levam os sujeitos à autorealização, tanto no que diz respeito aos desejos materiais e de renda, quanto aos subjetivos, como melhorias na qualidade de vida para a família, assim aumentando o sentimento de estima, de reconhecimento e *status* social. A política de inclusão produtiva permite às beneficiárias experienciarem situações positivas consigo mesmas, o que leva à autoconfiança, ao autorespeito e, conseqüentemente, à autoestima, tornando-se um suporte para o fortalecimento da autonomia.

O reconhecimento social para Honneth (2003) está vinculado à compreensão de eticidade e justiça social, sendo eticidade entendida como o processo de socialização e a justiça social entendida como inclusão social, como pertencimento. Assim, os sujeitos acessam seus direitos para a garantia da justiça e da inclusão social, acionando os meios sociais disponíveis. Nesta pesquisa apontamos o Programa Bolsa Família como este meio social, por possibilitar espaços e condições para que as famílias possam acionar ensejos por reconhecimento na esfera do direito e da estima social.

Para o autor, a luta por reconhecimento social está relacionada aos conflitos vivenciados pelos sujeitos em seu cotidiano, bem como aos esforços simbólicos e práticos a fim de alterar e transformar padrões hegemonicamente injustos. A inclusão produtiva, somada à transferência direta de renda, pode ser um instrumento fundamental da política de proteção social para o enfrentamento das situações de pobreza e extrema pobreza. Porém, cabe a reflexão apontada por esta pesquisa que, para este enfrentamento à situação de pobreza, a política de assistência social necessita estar articulada, organizando e gestando estas ações e metodologias com as demais políticas setoriais, como educação, desenvolvimento econômico, habitação, saúde, entre outras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

_____. **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho.** São Paulo. 2008. Disponível em: <www.fundacentro.gov.br>. Acesso em: maio 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUE, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **Desigualdades e Pobreza no Brasil:** retrato de uma estabilidade inaceitável, textos para discussão n. 800, Rio de Janeiro. 2000.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; TSUKADA, Raquel. **Portas de erradicação da extrema pobreza.** indd - MDS – 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/boletimmds/2981/Estudo_Ricardo%20Barros_Rosane%20Mendonca_Raquel%20Tsukada_SAE.p>. Acesso em: 11 maio 2015.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, Howard S. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1999.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3%A7%20ao.htm>. Acesso em: 11 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS - Lei 8.742,** de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

_____. **Lei 10.219 de 11 de abril de 2001.** Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/2001/L10219.htm>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Decreto 3.877 de 24 de julho de 2001.** Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 25 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm>. Acesso em: 11 mar. 2015.

_____. **Medida Provisória 2.206-1 de 06 de setembro de 2001.** Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde: Bolsa Alimentação, e dá outras providências. Diário

Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2206-1.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Decreto 4.102 de 24 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Medida Provisória nº18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao Auxílio-Gás. Diário Oficial da União, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4102.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Lei 10.835 de 08 de janeiro de 2004**. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br/arquivos/pnas_final.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2005.

_____. **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social**: orientações técnicas para os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). Brasília: MDS/SNAS, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Guia de Ações para Geração Trabalho e Renda**. Brasília: 2007.

_____. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. MDS. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Minuta para consulta popular. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS/SNAS, 2010.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. IPEA. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, DF, [2014?]. Disponível em: <<http://www.brasilsemisericia.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Sistema de**

Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

_____. _____. **O Programa Bolsa Família – PBF.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. _____. Programa Bolsa Família (PBF). **Identidade Visual do Programa Bolsa Família.** Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/banner/identidadevisual/banner/identidade visual/identidade-visual-para-download](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/banner/identidadevisual/banner/identidade%20visual/identidade-visual-para-download)>. Acesso em: 31 jun. 2015.

_____. _____. O Programa Bolsa Família – PBF. **Informações Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. _____. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CADERNOS DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATES. n.13. (2010) Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2006 -2010.** ISSN 1808-0758. Org. TAPAJÓS, Luziele; QUIROGA, Júnia.

CARTILHA DO MDS. **Plano Brasil Sem Miséria.** Brasília, DF, [2014?]. Disponível em:<http://www.brasilsemisericia.gov.br/documentos/Caderno,P20de,P20Graficos,P20BSM,P20-,P2025,P20anos,P20P20atualizado,P20em,P2011mar14.pdf.pagespeed.ce.bnN_qL_Gp_w0.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2015.

CARVALHO, J.M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios.** São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?.** São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, Berenice Rojas, Yazbek, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.** In COUTO, Berenice Rojas et al. (org) O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

DRAIBE, Sonia. **Brasil anos 90: as políticas sociais no marco das reformas estruturais.** São Paulo. 1999.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil, 1964-2002: Entre cidadania e caridade.** 2005. Campinas: UNICAMP – Tese de Doutorado.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____.; VIANA, Ana Luiza d'Ávila. **Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p.1505-1512. 2007.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**: Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ O Dia, 1993.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **Redistribución como reconocimiento**. Respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico*. Madrid: Morata, 2006.

_____. **Reconhecimento ou distribuição?** A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé, MATOS, Patrícia (Org.) *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo, Annablume, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**: manual do supervisor. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **IBGE**: Downloads. 2014. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 05 maio 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/canoas_rs>. Acesso em: 15 abr. 2015.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). **Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**: artigo de periódico, dissertação, projeto, relatório técnico e/ou científico, trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese. São Leopoldo: UNISINOS, Set. 2013.

MARQUES, Angela. **Dimensões da Autonomia**: O Programa Bolsa-Família do discurso midiático e na fala das beneficiárias. Disponível em: <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/viewFile/517/359>>. Acesso em: 10 maio 2015.

MARTINS, J. de S. **O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal**. In: *Exclusão social e a nova desigualdade*. (pp. 25-38). São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, Rosemara. **Contextualizando a Família dos Idosos do Grupo Trocando Idéias**. Porto Alegre: FSS, 2003.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Transferência de Renda no Brasil**. Novos Estudos- CEBRAP, n. 79, 2007. DOI: 10.1590/S0101-33002007000300001.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Dimensão intersubjetiva da autorrealização**: em defesa da teoria do reconhecimento. Rev. bras. Ci. Soc. vol.24 no.70 São Paulo June 2009. ISSN 0102-6909. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000200009>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio de conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

_____. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio**. Lisboa: United Nations Information Centre, 2000.

_____. **As oito metas do milênio**. Disponível em: <<http://trajedia.zip.net/images/8metas2.jpg>> Acesso em: 02 abr. 2015.

PAIVA, Beatriz Augusto de. **O SUAS e os direitos socioassistenciais**: a universalização da seguridade social em debate. IN: Serviço Social e Sociedade n°87. São Paulo: Cortez, 2006.

PAUGAM, Serge. **Fragilização e Ruptura dos Vínculos Sociais**: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n° 60, p. 41-59, jul. 1999.

_____. **A desqualificação social**: ensaio à nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC. Vortez, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

PINZANI, Alessandro; REGO, W.D.L. **Vozes do Bolsa Família**. Autonomia, Dinheiro e Cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Por intermédio da Resolução no. 145 de 15 de outubro de 2004 e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano**. In: Relatório do Desenvolvimento Humano 1997. Brasília: 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Glossário de Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano.** In: Relatório do Desenvolvimento Humano 2000. Brasília: 2000. Disponível em: <Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento>. Acesso em: 14 jun. 2015.

SAAVEDRA, Giovane Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. **Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth.** Revista: Civitas - Revista de Ciências Sociais 2008 8(1) ISSN impresso: 1519-6089 ISSN eletrônico: 1984-7289. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/742/74211531002.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume 1: São Paulo: Cortes, 2000.

_____. 2001. **Nuestra America. Reinventing a subaltern paradigm of recognition and redistribution.** Theory, Culture & Society, 18(2- 3): 185-217.

_____. **Produzir para viver.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Em defesa das políticas sociais.** Caderno Ideação - Políticas Sociais para um Novo Mundo Possível. II Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2002.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado.** Lisboa: Afrontamento, 2003.

_____. **Nuestra América: reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição.** In: B.S. SANTOS, Gramática do Tempo. São Paulo, Cortez Editora, 2006 p. 191-225.

_____; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Editora Cortez. 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão.** Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, B. **Introdução: Exclusão ou inclusão perversa?** In: B. Sawaia, (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* (pp.7-13). 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** In: B. Sawaia, (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* (pp.100-116). 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. **O programa bolsa família nos marcos da luta contra a pobreza no Brasil.** São Luís, 2006. (mimeo).

_____. **Os programas de transferência de renda na política social brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites.** 2013. Publicado em Revista de Políticas Públicas. V. 8 n 2. 2004, p. 113-133. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1/168>.> Acesso em: 15 abr. 2015.

_____; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: Prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2006.

SILVEIRA, A. M. **Redistribuição de renda.** Revista Brasileira de Economia, v. 29, p. 3-15.1975.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira. **Assistência Social e inclusão produtiva: algumas indagações.** (O Social em Questão – Ano XVII-nº30 – 2013) pg.287 -298. PUC-RJ.

SOUZA, J. **Uma teoria Crítica do Reconhecimento.** Lua Nova, nº50, p.132-158, 2000.

_____. **A Gramática Social da Desigualdade Brasileira.** RBCS, vol.19, nº54, 2004.

_____; MATTOS, Patrícia (orgs.). **Teoria Crítica no século XXI.** São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **A Ralé Brasileira – quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 55, p. 9-38, nov. 1997.

_____. **A Inclusão Social e o Programa de Renda Mínima.** In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 66, p. 76–90, jul. 2001.

_____. **Regulação Social Tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio.** Caderno Ideação - Políticas sociais para um novo mundo possível. II Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2002.

STOTZ, Eduardo Navarro. **Pobreza e Capitalismo.** In: VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline Bertino. Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda e Cidadania: a saída é pela porta.** São Paulo: Cortez, Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Renato de Oliveira. **Para além das condicionalidades: desafios para o programa bolsa família no município de Esteio/RS.** Porto Alegre, 2014. Diss.(Mestrado) - Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS.

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social**: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social**: expressões da questão social no Brasil. Temporalis 3. Brasília: ABEPSS, 2001, p. 33-40, jan./jun. 2008.

_____. **As Ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n° 77, p. 11-29, mar. 2004.

_____. **Questão Social**: Desigualdade Pobreza e Vulnerabilidade Social. In Curso de Capacitação de Gestores Sociais IEE – 2008.

_____. **Sistema Único de Assistência Social e a Política de Assistência Social no Governo Lula**. Edição de 24 de dezembro de 2004. Caderno Especial n° 5. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/cadespecial34.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos/ Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. **Concepções neoliberais nas políticas sociais brasileiras**. Revista Espaço Acadêmico, Maringa, n.64, set.2006. Disponível em: <http://w.w.w.espacoacademico.com.br/064/64zimmermann.htm>>. Acesso em: jun. 2015.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaramos, por meio deste termo, que eu _____, concordo em ser entrevistado na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado “Programa de Inclusão Produtiva e sua Implicação no Processo de Reconhecimento Social das beneficiárias do Programa Bolsa Família”. Fui informado, ainda, de que a pesquisa é coordenada por Estelamaris de Barros Dihl, a quem poderemos contatar a qualquer momento que julgarmos necessário através do telefone nº (051)99763717 ou e-mail esteladihl@uol.com.br.

Afirmo que aceito participar por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o êxito da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo que, em linhas gerais é conhecer e compreender quais são os efeitos matériais e subjetivos atribuídos á inclusão produtiva, como são construídos e quais são suas implicações no processo de reconhecimento social das beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas individuais ou grupos focais. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora, alunos bolsistas e pesquisadores colaboradores.

Estou ciente de que, caso tenha dúvida ou me sinta prejudicado, posso contatar a pesquisadora responsável. A pesquisadora principal nos ofertou cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Fui ainda informado de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou quaisquer sanções ou constrangimentos.

Canoas, ___ de _____ de 2014.

30. Nos cursos que participou qual você já sabia alguma coisa e pode aprender mais?
31. Que curso você gostaria de fazer? E que profissão gostaria de ter?
32. Você já trabalhou fora de casa? Em que?
33. Qual trabalho mais gostou?
34. Nos cursos oferecidos havia momentos de debates sobre os problemas e as dificuldades para entrar no mundo do trabalho? Como, por exemplo, onde deixar as crianças? E outras situações?
35. Após os cursos vocês são acompanhadas, participam de encontro, para a entrada no mundo do trabalho e ou encaminhadas para vagas de trabalho? Como?
36. Se hoje você recebesse uma proposta de trabalho, estaria preparada para entrar no mundo do trabalho? Se sim como organiza tua família? Se não quais seriam as dificuldades?
37. Qual seu sonho? Tens um Projeto de Vida?
38. Você que buscou o PBF, esta fazendo os cursos para trabalhar, o que você pretende alcançar?
39. Qual teu sonho, desejo, objetivo de vida?

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS TÉCNICAS DO CRAS - GUAJUVIRAS

A. Percepções quanto ao Grupo de Trabalho (GT) organizado pela Diretoria de Proteção Básica:

1. Anteriormente ao GT, houve alguma prática ou reflexão sobre inclusão produtiva?
2. O que foi o GT, no teu entendimento?
3. Como foi participar do GT?
4. Como avalias os resultados desse processo? (para vocês enquanto técnicas e para a política)
5. Como vêes a continuidade ou o futuro da inclusão produtiva na assistência social no município? (conjunta entre as técnicas, com a gestão, com a SMDE)
6. O que farias diferente?

B. Inclusão Produtiva:

1. O que entendes como inclusão produtiva?
2. Qual é a tua opinião a respeito da inclusão produtiva como eixo da política de assistência social?
3. Como a inclusão produtiva tem sido trabalhada no cotidiano da assistência social? (no CRAS em que trabalhas e no município).
4. Quais os recursos de inclusão produtiva que conhecem e para os quais costumam encaminhar as usuárias da assistência social?
5. Como avalias esse trabalho voltado à inclusão produtiva no município?
6. Quais os limites?
7. Que sugestões dariam para a qualificação da inclusão produtiva no município?